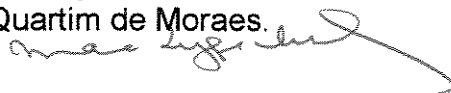


Ana Mércia Silva Roberts

**CIDADANIA INTERDITADA: UM ESTUDO DE
CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS
(SÃO CARLOS - SP)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas ,
sob orientação da Profa. Dra. Maria
Lygia Quartim de Moraes.



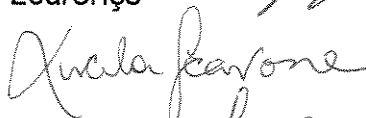
Este exemplar corresponde
à versão final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 27/02/2002.

Banca:

Prof. Dr. Francisco Antonio Lourenço



Profa. Dra. Lucila Scavone



Profa. Dra. Lygia Constantino Gonçalves



Profa. Dra. Monica Graciela Zoppi-Fontana



Profa. Dra. Rosely Gomes da Costa (suplente)

Fevereiro de 2002

UNIDADE 30
Nº CHAMADA T/UNICAMP
R541c
V EX
TOMBO BC/ 18999
PROC 16.837/02
C DX
PREÇO R\$ 11,00
DATA 15/05/02
Nº CPD

CM00167263-9

BIB ID 240131

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

R541c **Roberts, Ana Mércia Silva**
 Cidadania interdita : um estudo de condomínios horizontais
 fechados (São Carlos – SP) / Ana Mércia Silva Roberts . - -
 Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Reprodução (Sociologia). 2. Condomínio (Habitação) – São
 Carlos (SP). 3. Cidades e vilas – Medidas de segurança.
 4. Consumo. 5. Escolha social. I. Moraes, Maria Lygia Quartim
 de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
 e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os caminhos trilhados e inúmeros os olhares e braços amigos envolvidos na elaboração dessa tese:

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES, minha orientadora, que soube ser nos momentos certos.

OS DIVERSOS ENTREVISTADOS que me cederam seu tempo e particularmente os especialistas consultados que pacientemente me guiaram em algumas das intrincadas passagens do Direito, Urbanismo e Educação.

MARIZA CORRÊA e LYGIA CONSTANTINO que me deram sugestões e inspirações no exame de qualificação.

TONITA CHIPPARI que me deu horas sem fim de conversa lúcida e amiga, me oferecendo a cumplicidade necessária para entender a maré e redirecionar o barco.

TÂNIA LOTTO que leu meticulosamente o texto final, com um cuidado e amizade que me emocionou e impulsionou a tarefa.

SILVANA SANTOPAULO que, ao ler o texto final, teceu comentários que fizeram avançar a análise.

LÍVIA DE SOUSA que transformou perplexidades em momentos intensos de amizade.

CHLOË FURNIVAL que, sem saber, me deu frases inspiracionais para refletir e superar meus impasses.

CLAUDIA BIANCHI que me ouviu nas dúvidas e incertezas e foi fundamental para que eu entendesse e superasse as agitações do mar.

MARÍLIA LUDGERO que soube ser bem mais do que uma profissional; foi uma amiga.

OS COLEGAS DO GRUPO DE GÊNERO que me propiciaram um espaço amigo e estimulante onde conhecer novas discussões e temas e tentar ultrapassar defasagens.

O 'PESSOAL' DO LABEURB que me fez conhecer na prática multidisciplinariedade e a riqueza das diferentes 'falas' e da busca por diálogo.

MINHA FAMÍLIA em São Paulo que me emocionou em seu entendimento e respeito às minhas decisões (afinal, não é fácil entender os desejos de volta ao estudo de alguém já "tão adulto").

O CNPq que me possibilitou a infra-estrutura básica para desenvolver o trabalho.

CAMILLA e TIM que acreditaram e me ajudaram a acreditar na força da tarefa e da análise.

A TODOS, MEU OBRIGADA.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

01/12/2010

Dedico a Camilla e Tim,

que sempre estiveram juntos comigo neste processo - na decisão e no esforço, no desânimo e nos encantamentos.

RESUMO

Este trabalho se coloca na interface das áreas de Urbanismo, Direito e Sociologia (particularmente dos estudos sobre Consumo e Reprodução Social) e tem como objetivo compreender os processos de produção e reprodução de espaços habitacionais segregados e suas consequências na apropriação cidadã do espaço urbano.

O trabalho de campo foi desenvolvido em condomínios horizontais fechados e bairros 'abertos' de São Carlos, cidade média do interior paulista, procurando revelar as diferentes representações existentes, associadas às opções de moradia segregadas.

No desenvolvimento da investigação, as razões apresentadas para a escolha de moradias fechadas - segurança, vida familiar e educação das crianças - foram consideradas e analisadas. O argumento segurança foi relativizado e exploraram-se as considerações quanto às dimensões 'status' e marcas de distinção. Numa análise abrangente discutiu-se o consumo, visto não somente como a última etapa do processo de produção, mas como algo que inclui projetos e estilo-de-vida, envolvendo consumo conspícuo, a emergência de novos desejos e vontades. O papel da família foi entendido como elemento privilegiado nos processos de decifrar, produzir e reproduzir os códigos associados às dimensões de 'status' e marcas de distinção. Questões sobre espaço foram abordadas, seguindo recentes estudos que urgem por pesquisas multidisciplinares da realidade de microespaços.

Na análise e interpretação dos dados do trabalho de campo, o referencial teórico básico utilizado foi o de Pierre Bourdieu, particularmente suas noções de *habitus*, escolha, representações, consumo de produtos culturais e mercado simbólico. Mostraram-se também bastante importantes estudos de M. Davis sobre questões de urbanismo, arquitetura e segurança e estudo de C. Campbell sobre o processo de consumo e a emergência de novos desejos e vontades.

Finalmente, o trabalho apresenta sugestões práticas ao Poder Público Municipal, no sentido de procurar soluções que contemplem duas ordens de direito inscritas na Constituição Federal: de locomoção e de integridade física. As sugestões se aplicariam a centros urbanos médios, acreditando que neles o processo de fechamento de áreas públicas, estando em seu início, possa ser ainda direcionado.

ABSTRACT

This work is located at the interface of Town Planning, Law and Sociology (particularly Studies on Consumption and on Social Reproduction) and has the objective of understanding the processes of production and reproduction of segregated housing spaces and their consequences for citizenship in the urban space.

The fieldwork was developed in both horizontal closed condominiums and ordinary "open" districts of São Carlos, a medium size town in São Paulo State. In the fieldwork the existence of different representations in relation to the choice of segregated housing was revealed.

In the process of work the reasons given by interviewees to justify the choice of closed housing - safety, family life and children's education - were analyzed. The safety argument was found to be relative and status and distinction marks were explored. In a broad analysis of consumption, not considered as the last stage in the process of production but as including projects and life-style, questions such as conspicuous consumption and the emergence of desires were discussed. The role of the family was understood to be crucial to the deciphering, production and reproduction of the codes related to the making of the status and marks of distinction. Questions related to space were addressed, following recent studies that call for multidisciplinary research into microspaces.

In the stage of analysis and interpretation of data from the fieldwork, the studies of Pierre Bourdieu constituted the main theoretical framework used, particularly his notions of *habitus*, choice, representations, consumption of cultural products and symbolic market. Studies by M. Davis on questions of urbanization, architecture and safety, and by C. Campbell on the process of consumption and the emergence of new desires, were also very important.

Finally, the work presents practical suggestions to the Municipal Authorities in the sense of indicating some solutions that bring together two types of basic rights (i.e. present in the Federal Bill of Rights): the right to move to and fro and the right to physical integrity. These suggestions may apply to medium size urban centers, because it is believed that in medium size towns the process of closing public areas is in its beginning and its course can be reoriented.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO, 1

CAPÍTULO 1

JUSTIFICATIVA E CONCEITOS BÁSICOS UTILIZADOS, 9

- 1.1 Justificativas do estudo, 9
- 1.2 O processo de reprodução social, 12
 - 1.2.1 Consumo e cidadania, 13
 - 1.2.2 A família, 16
 - 1.2.3 O espaço e a questão de segurança, 18

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DE CAMPO, 23

- 2.1 O recorte e suas justificativas, 23
 - 2.1.1 Por que São Carlos, 23
 - 2.1.2 Por que condomínios horizontais fechados, 24
 - 2.1.3 Condomínios horizontais em São Carlos, 26
- 2.2 O trabalho de campo propriamente dito, 26
- 2.3 Pressupostos Teóricos, 31

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSUMO, 33

CAPÍTULO 4

A ESCOLHA: AS QUESTÕES DE ESPAÇO, SEGURANÇA E FAMÍLIA, 47

- 4.1 Considerações gerais sobre a questão espaço, 47
- 4.2 A escolha por condomínios residenciais horizontais fechados (tabelas), 51
- 4.3 "Desmistificando" o argumento segurança - real mas apenas parcialmente responsável pela escolha por isolamento habitacional, 53
- 4.4 A escolha por isolamento habitacional e a questão da educação das crianças,

CAPÍTULO 5

O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO DE ... 'STATUS', 77

- 5.1 O conceito de 'habitus' (Bourdieu) e o processo de produção e reprodução de marcas de distinção, 77
- 5.2 A realidade do condomínio e a corrida por, não tão obscuros , objetos de desejo, 80
 - 5.2.1 O microcosmo representado, 81
 - 5.2.2 Considerações sobre o processo de produção e reprodução de marcas de distinção e algumas reflexões sobre a emergência de novos desejos e vontades, consumo conspícuo e a ação da família, 86

Capítulo 6

OS MÚLTIPLOS LADOS DO MURO: REPRESENTAÇÕES E CIDADANIA, 97

- 6.1 "... Loteamentos fechados? " Definindo condomínios residenciais (horizontais) fechados e loteamentos, 98
- 6.2 Vantagens dos esquemas híbridos para os incorporadores e outros atores políticos, 101
- 6.3 Os esquemas híbridos e o bem comum: reflexões sobre o processo de cidadania, 103
- 6.4 A questão da tolerância, 107
- 6.5 "O que você fez no último fim-de-semana? Os entrevistados e o lazer, 112
- 6.6 Inclusão, exclusão e reclusão: três movimentos com um só muro, 114

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 133

APÊNDICES 1 a 7

INTRODUÇÃO

O mundo social não é compartimentalizado. Costumamos dividi-lo na busca de explicações mais profundas. Contudo, muitas vezes, o entendimento de certas particularidades advém de enxergá-lo em suas multifacetas e suas complexas redes de relações, buscando articulações relevantes. Arquitetura, Urbanismo, Direito, Sociologia, tudo se junta, quando se quer entender a produção e a reprodução de espaços habitacionais segregados e suas conseqüências no desenvolvimento do processo de cidadania, objeto desta investigação.

Este tema emergiu do somatório de algumas experiências.

A primeira experiência que contribuiu para essa reflexão diz respeito a um curso que realizei em 1976. O curso explorava alguns aspectos econômicos e sociais do processo de urbanização na cidade de São Paulo. Após leituras e discussões interdisciplinares, o desenho do urbano não pôde mais ser entendido como acidental, mas como um processo, fruto de opções e desejos concertados entre setores sociais dominantes. Já naquela época existiam condomínios de diversos prédios com muros e a proliferação de grupos de menores de rua.

A segunda experiência se refere à minha vivência fora do Brasil. Nos muitos anos em que vivi na Inglaterra, aprendi que o processo de participação pode envolver uma gama variada de ações (em oposição ao bipolarismo vivenciado nos anos 70) e, relacionada a isto, pude observar a existência de um maior sentido de comprometimento e responsabilidade com o coletivo. Foi nos anos iniciais de minha vivência lá que, surpresa, tomei conhecimento de um mercado imobiliário voltado para a maioria da população, e que não era guiado por questões de consumo ou *status*, mas pelo critério de necessidade: as casas, de propriedade do *Local Council* (Autoridade Local), eram alugadas por um preço baixo e utilizadas enquanto delas se precisava, numa certa rotatividade.

Durante alguns meses morei com um casal que tinha três filhas, entre 7 e 11 anos, em uma casa grande, com vários quartos. Após alguns anos reencontrei-os, agora morando sozinhos. As meninas haviam saído de casa para estudar ou morar sós e, na

lista do *Council*, o casal aguardava uma casa ou um apartamento pequenos; em suas palavras: “deixando a casa grande para um casal mais moço, com filhos adolescentes”. Tudo muito lógico. Não havia neles a necessidade do ter, a urgência do mostrar. Nesses muitos anos que se passaram, as coisas mudaram muito e sempre penso no casal e em sua vida simples sem ser simplória, pois aproveitavam a ausência de *stress*, do ter que ganhar mais para consumir mais, em úteis e interessantes cursos e atividades de lazer. Penso em sua crença na lógica de todo aquele processo, envolvendo o coletivo de maneira absolutamente não-partidária. Eram gente perfeitamente comum: ele, vendedor de cereais de uma multinacional e ela, dona de casa. Pude refletir, com a experiência deles, sobre algo muito importante quanto à questão do sentimento de posse.

A terceira experiência se refere à discussão de dois fatos, protagonizados por jovens abastados, que chocaram setores da sociedade (1997/1998). No primeiro, cinco jovens da classe média alta e parentes de importantes nomes da vida pública atearam fogo a um índio que dormia numa parada de ônibus. Denunciados por um transeunte, justificaram o crime, dizendo pensarem tratar-se de um mendigo, a quem só queriam assustar¹. No segundo, um jovem, acompanhado de seu pai, o então Ministro dos Transportes, atropelou e matou um pedestre, fugindo a seguir. Foi denunciado por um passante local. Durante o processo no tribunal, uma das justificativas para a fuga foi “que a vítima morreu na hora e que portanto o prestar socorro imediato teria sido mesmo inócuo”. Seguiram-se discussões, muitas enfatizando o papel da família no processo de socialização. Diferentes posições emergiram, colocadas dentro dos marcos do tema mais amplo do processo de construção de identidade: da importância do outro no processo de constituição identitária e dos problemas que emergem do encontro de iguais que ocorre em ambientes protegidos (*Shopping Centers* e condomínios fechados entendidos como centros de lazer e sociabilidade controlada) e que portanto não implicariam no aprendizado das habilidades necessárias em qualquer processo de negociação. Em ambos os casos, colocavam-se também questões quanto à defasagem existente entre o discurso cristão e jurídico de cidadania, no qual todos são iguais, e uma realidade marcada pela desigualdade de direitos e obrigações.

¹ Após quase cinco dias de julgamento, a 10 de novembro de 2001, os responsáveis por atear fogo ao índio foram considerados culpados por homicídio qualificado e condenados a 14 anos de reclusão em regime fechado.

As discussões relativas à urbanização da cidade de São Paulo, a experiência vivida fora do país e os acontecimentos ocorridos em Brasília motivaram-me a questionar o que muitas vezes parecia óbvio, talvez enxergando com estranheza o que se tomava por natural no mundo social. "Fotografei" um indivíduo andando paralelamente a muros altos, numa rua vazia e pensei em seu isolamento, insegurança e identidade mutante, uma hora, cidadão "normal" (isto é, como "qualquer outro"), e outra hora, "suspeito". Estranhei ver casas que apesar de vizinhas apresentavam aparatos de segurança díspares. Enquanto uma delas era cercada por altas grades e câmeras de vigilância sofisticadas, a outra, ao lado, era desprovida de qualquer sistema.

Essa discrepância me levou a pensar na existência de diferentes representações quanto ao que seja segurança e violência. Segurança, por exemplo, não podia ser o único fator a ser considerado na explicação da dinâmica espacial urbana. A multiplicidade de representações precisava ser considerada nessas explicações.

Com o objetivo de conhecer as diferentes representações existentes quanto a segurança e moradia busquei as justificativas que levam as pessoas a optarem por condomínios horizontais, associando-os a melhores condições de segurança.

A presente investigação procura compreender o processo de produção e reprodução dessa escolha e suas conseqüências no desenho urbano da cidade de São Carlos e na utilização e apropriação cidadã desse espaço. Procurei saber quem escolheu, por que o fez, e as razões de quem - apesar das condições econômicas, em princípio, para tal - não privilegiava essa opção. O estudo procurou também conhecer as diferentes representações sustentadas pelos diversos grupos de moradores da cidade quanto a vida intramuros, processo educacional e participação na cidade. O estudo procurou conhecer a opinião de especialistas nas áreas jurídicas (legislação e urbanismo), educacional (trabalhos com menores carentes e infratores) e policial, através de entrevistas e pesquisa bibliográfica em jornais locais sem que em nenhum momento pretendesse rotular aqueles que haviam feito a opção "condomínio fechado".

Ao processo de escolha de moradia não se aplicam os adjetivos *certo* ou *errado*, mas simplesmente opções individuais diante de alternativas apresentadas pelo poder

público , o qual confere legitimidade a essas alternativas². No caso de cidades menores, o fechamento do espaço urbano está apenas em seu início, e indagações sobre suas características podem ser relevantes, por se tratar de um processo ainda passível de redirecionamento, de acordo com interesses coletivos.

A pergunta que guiou a investigação foi a seguinte: Por que, numa cidade média do interior de São Paulo, livre, em princípio, dos 'males' da poluição, intenso tráfego e acirrado grau de violência, as pessoas se sentem impulsionadas a se protegerem por muros?

Dois hipóteses nortearam o estudo. Inicialmente, a de que a existência de diferentes modos de se proteger contra uma situação geral de insegurança parece indicar a existência de diferentes representações quanto ao que entendem por violência/segurança. Em segundo lugar - a primeira hipótese se confirmando - a existência de diferentes representações indicaria que os temas violência /segurança não compõem um bloco monolítico de explicação e que o movimento de rápida proliferação de residências em loteamentos fechados, em São Carlos, não está apenas relacionado a questões de segurança/proteção contra violência.

Assim, o **objetivo geral** colocou-se como o de compreender o processo de produção e reprodução da escolha de moradia numa cidade média do interior paulista e suas conseqüências no desenho urbano e na utilização e apropriação cidadã do espaço. Nesse sentido, partindo do conhecimento dos motivos para a escolha (ou não) de moradia em condomínio horizontal, o estudo objetivou analisar as relações entre segregação habitacional/segregação espacial, o processo de reprodução social e a questão da cidadania.

Dois convicções me acompanharam no desenvolvimento do trabalho. A primeira é a que afirma a importância de multidisciplinariedade em qualquer esforço de análise. Objetivando entender os múltiplos discursos, rígidas fronteiras disciplinares precisam ser

² Esta pesquisa foi conduzida anteriormente ao estabelecimento do "Estatuto da Cidade" e assim os comentários dos entrevistados e análises devem ser entendidos num contexto de ausência de um Plano Urbano Central. As "Considerações Finais" trazem algumas informações sobre o Estatuto da Cidade. O que se coloca aqui é a questão da confusão de direitos a que é submetido o indivíduo na ausência de um Plano Diretor Municipal.

superadas³. Mais ainda, numa realidade que promove a compartimentalização, investigações que contemplem temas que forcem diferentes tipos de pessoas a encontrar uma linguagem que não tinham antes do encontro⁴ podem indicar questões sociais potencialmente interessantes.

A segunda convicção é a da necessidade de superar o sentimento geral de naturalidade diante de soluções que ferem direitos. Medidas restritivas são muitas vezes facilmente aceitas se, por exemplo, menciona-se que o que está em jogo é a segurança. Por exemplo, as obstruções que "aparecem" como do nada (literalmente, às vezes, do dia para a noite) em ruas públicas, não são naturais e, o tomá-las como tal indica a complexidade do tema. Não existe nada natural a respeito de fronteiras, qualquer que seja sua dimensão : "territorialização, no final das contas, é o resultado de lutas e decisões políticas feitas num contexto de condições tecnológicas e político-econômicas".⁵

Discutindo essa questão, Bourdieu, afirma que direitos universais não são coisas do passado (como o discurso da globalização nos quer fazer acreditar) e que cabe à sociologia resgatar essa discussão. Segundo ele, as Ciências Sociais têm a tarefa de "transformar o olhar através do qual o mundo social é captado, apontando o quanto há de construção social e circunstância histórica no que parece ser natural e óbvio"⁶.

O desenvolvimento do trabalho procurou incorporar alguns pressupostos específicos:

- a) A dimensão cultural está no centro da economia política moderna e particularmente a esfera de consumo constitui-se em "*locus*" da luta de classes

³ GONDIM, L. Um encontro com Habermas nas encruzilhadas da pós-modernidade: a contribuição de J. Forester para uma teoria da prática de planejamento. **Cadernos IPPUR**. UFRJ, no. 1, Ano IX, 4 jan-dez. 1995.

⁴ HARAWAY, D. and D. HARVEY. Nature, politics and possibilities: a debate and discussion with David Harvey and Donna Haraway, **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 13, p.507-527, 1995.

⁵ HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000, p. 75.

⁶ Em novembro de 2001 (10 a 12 daquele mês) ONGs, movimentos sociais, sindicalistas, artistas, intelectuais e pessoas de esquerda em geral, reuniram-se em Viena num encontro ("Oposition Bilden") cujo objetivo era o de aproximar ciência e sociedade. Pierre Bourdieu, representando o grupo 'Raison d'Agir', disse sobre os intelectuais, que seu papel seria o de "provar, a partir de pesquisas históricas e sociológicas, que a cartilha neoliberal é nada menos que uma tentativa de transformar em dogma universal interesses financeiros particulares. Quanto aos movimentos sociais, o sociólogo espera que cada um mantenha suas especificidades dentro do todo articulado e que todos juntos mostrem que direitos sociais não são "coisas do passado". (Revista 'Caros Amigos', janeiro 2001, pp. 23-23)

moderna⁷, com diferentes grupos da sociedade disputando, no mercado, acesso ao "capital cultural"⁸

- b) Consumo não deve ser entendido simplesmente como a última etapa do processo de produção (espelhando mecanicamente este), nem tampouco como um processo automático de administração consciente de bens simbólicos, mas como uma dimensão onde ocorrem articulações, negociações, acordos e onde, portanto, a questão da existência de diferentes representações se coloca.
- c) O processo de consumo possui duas ordens de significados: a que se relaciona a necessidades físicas e aquela que se relaciona a 'status' e alusões culturais⁹.
- d) Um objeto comprado não adquire sua inteireza a menos que seja colocado em uso, isso implica na importância de cenários outros que não os da compra direta e na importância do estudo das relações do cotidiano¹⁰.
- e) As relações de propriedade forjam as formas de apropriação e uso do espaço urbano¹¹. O crescimento do elemento policial na vida da cidade e a proliferação de sistemas de controle na busca da "segurança total" ¹² - vista tão só como uma questão tecnológica - traz como consequência a disseminação de espaços cerceados e o empobrecimento dos espaços públicos.
- f) Espaços fechados, em princípio 'compráveis' , são poderosos agentes na determinação e reprodução de critérios quanto a : quem é o eu, quem é o outro, quem pode ou não circular ou estar, quem é ou não cidadão.

Os pressupostos acima, relacionados entre si, indicam a centralidade da **família** no processo de reprodução social. A família deve ser vista não somente como poderosa unidade de consumo, mas também como uma unidade eficaz para a transmissão dos códigos de representação e sua leitura, constituindo-se , portanto, numa esfera privilegiada para se analisar a maneira como se dá a articulação entre mercado abstrato e vida cotidiana.

⁷ LEE, M. **Consumer Culture Reborn** the cultural politics of consumption. London: Routledge, 1993.

⁸ BOURDIEU, P. **La Distinction** critique sociale de jugement. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979.

⁹ HARTWICK, E. Geographies of consumption: a commodity-chain approach. **Environment and Planning D : Society and Space**. Vol. 16, pp. 423-437, 1998.

¹⁰ PRED, A. Interfusions: consumption, identity and the practices and power relations of everyday life. **Environment and Planning A** Vol. 28, pp. 11-24, 1996.

¹¹ HARVEY, D. **Social Justice and the city**. London: Edward Arnold. 1973.

¹² Davis, M. **Cidade de Quartzos** Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltd., 1993.

A estrutura geral do trabalho apresenta-se da seguinte forma:

O Capítulo 1 apresenta as justificativas do estudo e os conceitos básicos utilizados: reprodução social, consumo, cidadania, família e o binômio violência / segurança. O Capítulo 2 apresenta reflexões técnico-metodológicas e os procedimentos adotados em relação ao trabalho de campo.

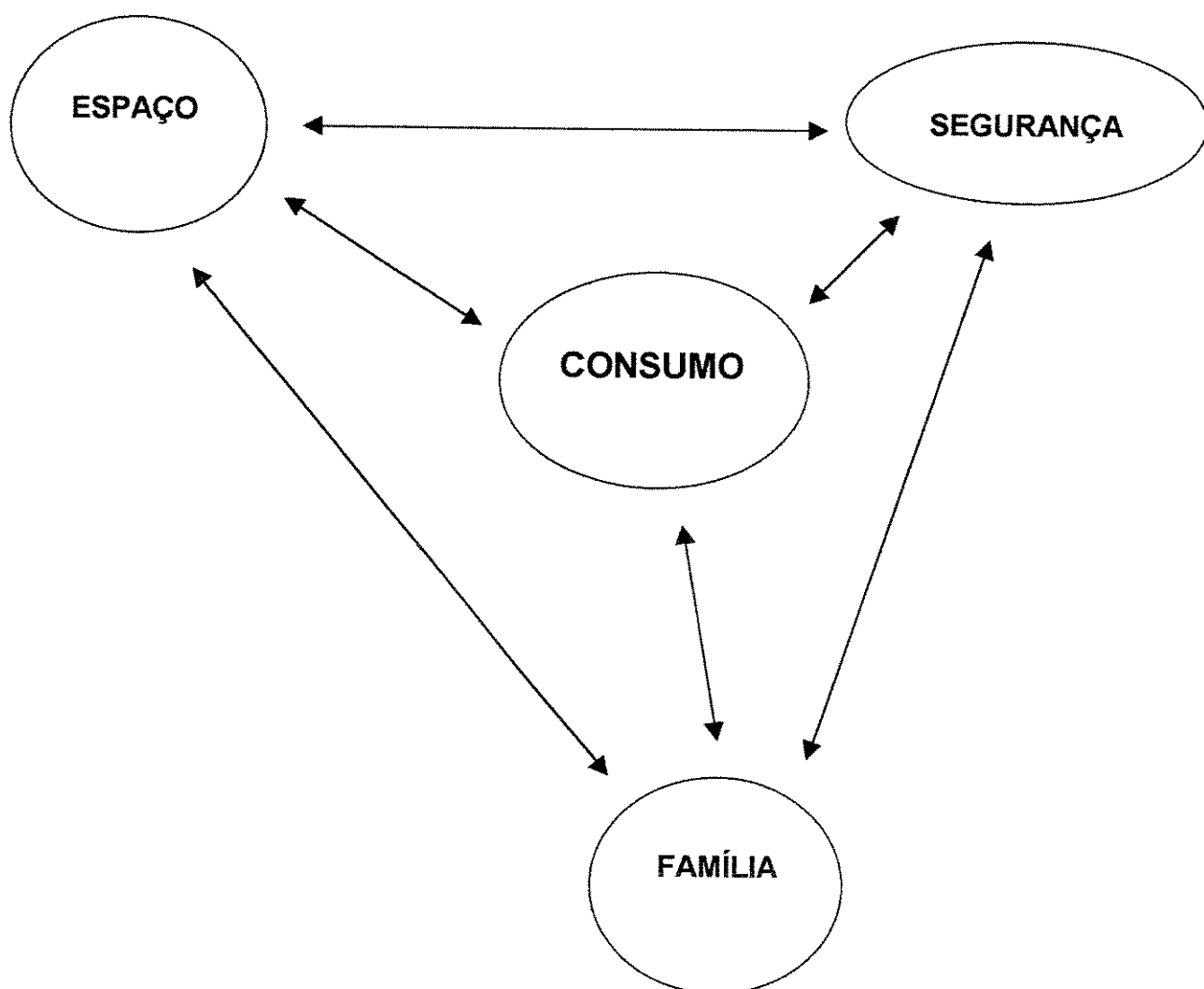
Quando indagados a respeito das **razões de escolha** por moradia em condomínio horizontal, as respostas foram **qualidade de vida**, entendida principalmente pelas oportunidades do novo espaço propiciar à família, especificamente às crianças, possibilidades de brincar ao ar livre . E **segurança**, entendida como um afastamento físico da violência que se percebe na cidade de uma forma geral. Essas respostas, indicaram três dimensões a serem investigadas: família, espaço e segurança, todas articuladas entre si e ligadas estreitamente à dimensão consumo, que é considerada neste trabalho uma dimensão "privilegiada" no sentido de que impregna as demais esferas. O conceito de cidadania permeia todas as relações que se estabelecem entre as quatro esferas, direcionando-as e redirecionando-as.

O Capítulo 3 apresenta algumas resenhas e reflexões sobre o processo de consumo de modo geral, consumo conspícuo , publicidade e emergência de novos desejos e vontades. O Capítulo 4 focaliza as justificativas apresentadas quanto à escolha de moradia fechada, a discussão sobre o binômio violência/segurança, e considerações sobre o processo de reprodução social e a família.

O Capítulo 5 , utilizando o arcabouço teórico desenvolvido por Bourdieu, particularmente sua noção básica de *habitus*, aborda as questões de *status* que ganharam proeminência na explicação de segregação habitacional, sendo consideradas questões relativas ao processo contínuo de produção e reprodução de marcas de distinção. O Capítulo 6 discute algumas questões envolvidas na problemática da apropriação cidadã do espaço urbano, incluindo a definição jurídica de condomínios e loteamentos e o conflito de dois direitos constitucionais básicos , o direito à integridade

física e o direito de ir e vir. Finalmente, Considerações Finais apresenta os resultados obtidos e algumas sugestões à Administração Municipal.

O esquema a seguir indica a inter-relação das dimensões do trabalho. Apesar de serem analisadas separadamente, todas as dimensões do desenho acham-se relacionadas e uma separação entre elas é artificial e somente se justifica enquanto contribui para o trabalho de análise. Esta análise baseia-se em exemplos das entrevistas e em textos teóricos selecionados, isto é aqueles que, no decorrer do trabalho de investigação, considerei mais frutíferos para entender a realidade da proliferação dos condomínios horizontais numa cidade média.



Capítulo 1

JUSTIFICATIVA E CONCEITOS BÁSICOS UTILIZADOS

1.1 JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO

O trabalho teórico e de pesquisa desenvolvido objetiva elucidar aspectos do processo social de fechamento e isolamento que está ocorrendo largamente. De fato, desde meados dos anos 70 mas principalmente a partir dos anos 80 até hoje, uma transformação importante operada no cenário urbano é a segregação espacial enquanto fenômeno ligado a setores abastados da sociedade, com acesso a bens materiais e culturais. O muro é altamente emblemático da sociedade atual, particularmente da brasileira, onde é imensa a diferença entre os que têm e os que praticamente nada possuem, sendo talvez o melhor símbolo desta desigualdade.

Considerando-se, apenas três meses do ano 2000, dois fatos bastante exemplares do fenômeno ocorreram na região:

No início de junho, o jornal *Folha de São Paulo* (10/06/00) trouxe matéria sobre um bairro em Ribeirão Preto chamado Jardim Canadá, em parte de classe média alta, que resolveu murar alguns quarteirões. O jornal publicou a opinião de vários moradores do bairro, sobre o muro. Quem estava dentro, dizia por que resolvera colocar; quem estava fora, mas imediatamente próximo, reclamava do muro não ter atingido também sua rua. Na crítica percebia-se que, além da questão de segurança, havia a das diferenças de *status*, porque mesmo sendo do mesmo bairro, com os mesmos problemas, não haviam sido consultados. Havia também quem não concordava, achando que o muro iria atizar a curiosidade dos ladrões. Na reportagem, o promotor defendia o ponto de vista da cidade, de que um grupo não pode simplesmente decidir pela colocação de um muro, num bairro público; as ruas devem estar livres para que todas as pessoas possam passar, pois o direito de ir e vir é garantido pela Constituição.

Em agosto, também o jornal *Folha de São Paulo* (08/08/00) reportou um fato inusitado: o prefeito da cidade de Itacemápolis, próxima a Rio Claro, decidiu cercar a cidade, alegando questões de segurança e seu desejo de transformar a cidade numa espécie de condomínio fechado. Ainda segundo o próprio jornal, a cidade, com 16 mil

habitantes, possui em média um roubo por mês. Esse prefeito estava concorrendo à reeleição e, portanto, pensava que a medida adotada teria um grande respaldo da população (dificilmente um candidato à reeleição, tomaria uma medida anti-popular num momento pré-eleitoral). Ainda segundo o jornal, “o projeto previa a instalação de três portais nas principais entradas da cidade, equipados com câmeras de vídeo”. Enquanto alguns especialistas afirmavam não tratar-se de medida inconstitucional, outros chamavam a atenção para o artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal ¹ que proíbe qualquer constrangimento com relação ao direito de ir e vir.

Os dois exemplos ² expõem questões quanto à necessidade de se conhecer melhor as razões associadas ao fenômeno. Estaríamos presenciando uma certa volta às cidades encasteladas da Idade Média? Como explicar a contradição com princípios cristãos e jurídicos do “somos todos iguais”? Quais os limites neste processo de fragmentação? Que tipo de representações as pessoas, de dentro e de fora, fazem desses obstáculos? Que tipo de representações as pessoas, de fora dos muros, fazem da vida intramuros?

Um estudo relevante é o de Michael Lind ³, ao mencionar o número cada vez maior de americanos, brancos e afluentes, que se segregam em comunidades fechadas (*‘gated enclave communities’*). Lind denomina esse fenômeno de *‘brazilianization’* (seguindo suas observações durante estada no Brasil), entendendo-o como o principal perigo a ser enfrentado pelos Estados Unidos no século XXI e definindo-o como a separação de raças, por classes sociais, e não a separação de culturas por raça.

A expressão “encastelamento urbano” tem sido utilizada para expressar o fenômeno de separação física, exigência fundamental para a implantação do sistema de

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA:

TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

² Foram entrevistados o Promotor de Habitação e Urbanismo em Ribeirão Preto e o Prefeito do município de Itacemópolis. Trechos dessas entrevistas acham-se transcritos nos capítulos posteriores.

³ LIND, M. **The Next American Nation** The New nationalism & the Fourth American Revolution. New York: Free Press Paperbacks, 1996.

apartação⁴ que vem ocorrendo no Brasil, com a proliferação de condomínios residenciais horizontais, prédios de apartamentos fechados, praias e ruas particulares, centros de compras e lazer, grades e muros altos cercando praças, parques, todos com sistemas de vigilância sofisticados: "Pouco a pouco, a paisagem do Brasil se reorganiza em uma rede de ilhas privilegiadas, cercadas, como os castelos medievais, contra os pobres"⁵.

Certamente é mundial o fenômeno de segregação residencial, por setores mais abastados da sociedade, mas no Brasil, a proliferação desse fenômeno tem sido particularmente rápida: cada vez mais a implantação de condomínios residenciais horizontais fechados se alastra, envolvendo, também, outros setores da classe média e não somente os grupos de maior poder aquisitivo. Pesquisa bibliográfica em importantes bases de dados (SOCIOFILE, WEB of SCIENCE, UNIBIBLI e ERIC) indicou que, praticamente a totalidade das análises sobre segregação habitacional tende a se concentrar na existência de 'bolsões de pobreza' ou condições econômicas precárias associadas a exclusão racial e minorias sejam elas étnicas, etárias ou de pessoas deficientes. Um significativo número das referências bibliográficas obtidas, referia-se também à análise de um fenômeno cada vez mais comum nos estudos urbanos: o processo de 'gentrification', isto é, o processo de reconstrução de determinadas áreas da cidade, predominantemente áreas urbanas centrais, resultando em valorização econômica e substituição de famílias de classes trabalhadoras, por famílias de classe média. No Brasil, em geral os estudos de segregação habitacional aparecem associados às camadas mais pobres da sociedade, "fechadas", sem muros, nos guetos dos loteamentos clandestinos, sem serviços de infra-estrutura e equipamentos sociais, empurradas para longe da zona urbana central. Assim, é significativa a quase ausência de estudos no campo da habitação e do espaço urbano, que contemplem a questão da proliferação de condomínios horizontais fechados, excetuando-se os estudos de Caldeira⁶, de 1992, e outros, citados no decorrer desta pesquisa.

⁴ Segundo C. Buarque, apartação surgiu do termo *apartheid* e tem sido usado no Brasil "para significar o ato ou efeito de apartar ou separar. (...) é o sistema econômico em que os grupos sociais são tratados segregadamente conforme a categoria econômica a que pertençam: incluídos ou excluídos da modernidade". BUARQUE, C. Pequeno glossário de termos da apartação. In: BOCAYUVA, P. e VEIGA, S. **Afinal, que país é este?** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. p. 100

⁵ *Id. ibid.* p. 106.

⁶ CALDEIRA, T. **City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo**. Berkeley, 1992. Dissertação de Doutorado em Antropologia. Universidade da Califórnia. 1992.

O presente trabalho, focalizando a questão de consumo de bens de luxo - no caso específico, condomínios horizontais fechados - discute teorias de consumo, em particular a questão de consumo conspícuo, e utiliza o referencial teórico de Bourdieu⁷ sobre o processo de reprodução social, especialmente suas noções de *habitus*, capital cultural e simbólico, marcas de distinção, representações e esquemas classificatórios na análise do material de entrevistas. São exploradas as Implicações do isolamento habitacional/espacial e lazer entre iguais, além das questões de cidadania e educação.

1.2 O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Bourdieu possui importantes contribuições quanto ao estudo das práticas culturais e sua relação com a estrutura social. Entre uma concepção e a análise subjetivistas que não reconhecem o papel da realidade social de dar forma à consciência e uma concepção e análise objetivistas que, de certa maneira, negam que os indivíduos dão forma ao mundo social através de suas concepções e representações, Bourdieu afirma a simbiose entre aspectos simbólicos e realidade social. Aspectos simbólicos são imbricados nas condições materiais de existência, uns não estando reduzidos aos outros. O autor introduz o conceito de *habitus*, trazendo à discussão o conceito de agente e, portanto, ultrapassando a dicotomia idealismo / determinismo⁸. Para ele, poder simbólico é difuso mas amalgamado a poder econômico e político legitima representações e classificações cotidianas de desigualdade, dando-lhes um certo aspecto de 'normalidade'.

O conceito de *habitus* avançado por Bourdieu⁹ e adotado neste trabalho de investigação, é visto como o princípio gerador de todas as práticas, incluindo tanto a capacidade para produzir práticas classificáveis, bem como a capacidade para diferenciar e apreciar estas práticas (e produtos) que representam o mundo social, o espaço onde o estilo de vida é constituído. É a noção de 'habitus' que "dá conta" das práticas e produtos classificatórios e que permite a percepção e o julgamento, eles próprios classificáveis, dessas práticas, colocando-as num sistema de marcas de distinção. É dentro disso que se encontram as categorias de 'bom-gosto' e escolha. 'Bom-gosto' está associado a

⁷ BOURDIEU, P. 1979. *Op.cit.*

⁸ Importantes discussões desses aspectos acham-se em JENKS, C. (Org.) **Cultural Reproduction**. London: Routledge, 1993 e em MICELLI, S. Introdução: A força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1974. Argumentos de ambos os autores foram utilizados nas análises apresentadas neste item.

⁹ BOURDIEU, P. *op. cit.* 1979.

esquemas classificatórios definidos e vai gerar práticas ajustadas tanto às regularidades de uma condição determinada, como a um conjunto de escolhas.

Ao mesmo tempo em que *habitus* é um conjunto de princípios que geram e organizam práticas e representações é também " o resultado de um longo processo de inculcação, que tendo começado na mais tenra infância, torna-se uma espécie de 'sexto sentido' ou uma segunda natureza"¹⁰. E, neste processo, agentes são governados por um conjunto de relações sociais objetivas, situações concretas, não agindo num vazio. Para Bourdieu, há diversas formas de capital, nenhuma delas redutíveis a capital econômico. Considerando especificamente o campo da produção cultural, Bourdieu distingue, como particularmente importantes, duas formas: o capital simbólico, que se refere ao grau de prestígio, honra etc. acumulados, e o capital cultural, que se refere às diversas formas de conhecimento e competências. Essas duas formas de capital instrumentam o agente e o tornam apto a decifrar os códigos embutidos em relações e objetos culturais: "a posse desse código, ou capital cultural, é acumulada através de um longo processo de aquisição ou inculcação que inclui a ação pedagógica da família ... " ¹¹.

Assim, o processo de reprodução avançado por Bourdieu, porque é um esquema que inclui as noções de continuidade e mudança, permite uma análise bastante instigante de aspectos da vida cotidiana.

1.2.1 O processo de reprodução social: Consumo e Cidadania

Concordando com a estreita vinculação entre consumo e cidadania, tal como a contextualiza Canclini¹², este trabalho pretende decifrar como os diversos grupos e atores interagem num espaço habitacional específico e como em suas práticas mais detalhadas revelam-se cenários com diversas ambigüidades.

Refletindo sobre a questão da identidade moderna - identidades que *antes* se definiam por essências a-históricas, *agora* dependem daquilo que se possui, ou daquilo

¹⁰ JOHNSON, R. Introduction. In: BOURDIEU, P. **The field of Cultural Reproduction**. Columbia University Press. 1993, p. 5.

¹¹ *Id. ibid.* p.7, grifo meu.

¹² CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos** Conflitos Multiculturais da Globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995.

a que se pode chegar a possuir – o autor discute como diferentes maneiras de consumir alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Consumo incluiria também a apropriação de bens e símbolos e maneiras de participação na realidade social. Para Canclini¹³ a participação do cidadão poderia ter efeitos democratizantes no sentido de que lutariam mais por seus direitos, seguindo regras de pertencimento dadas pelas práticas de consumo.

Contudo, os dados obtidos no trabalho de campo e literatura pesquisada parecem indicar que as associações assim formadas podem ter caráter bastante excludente. Esses dados parecem ser compatíveis com estudo sobre Los Angeles ¹⁴ que descreve as associações de proprietários residenciais como poderosos agentes da fragmentação metropolitana, "sindicatos" de um importante segmento da classe média, os quais, possuem interesses microscopicamente localizados, bastante ligados a vantagens de valorização imobiliária.

Por outro lado, os dados da realidade pesquisada indicaram como uma análise de segregação habitacional também precisava contemplar a existência de processos identitários ambíguos, fragmentados e efêmeros e a coexistência de múltiplas lógicas de apropriação e participação. Essa visão encaixa-se no debate mais amplo sobre pos-modernidade, seu entendimento e significados. Qualquer que seja a definição de pos-moderno, aceita-se que o discurso característico da modernidade tardia ao enfatizar a lógica da fragmentação e a política da diferença abala irreparavelmente esquemas totalizadores. Reflexões sobre a realidade pos-moderna têm colocado a necessidade de sair-se de esquemas de explicação totalizantes, unívocos e teleológicos e o abandono de abordagens binárias que descrevem aspectos da realidade através de alternativas de oposição (" ou ... ou "). Haraway assinala como esses dualismos são sistêmicos para a lógica das práticas de dominação de todos que se constituem em 'outros'¹⁵. Ao contrário da 'certeza' de dualismos e contrapontos fixos, o período da modernidade tardia marca-se

¹³ "Um traço comum a estas comunidades atomizadas é que elas se organizam mais em torno de consumos simbólicos do que em relação a processos produtivos (...) como um conjunto de pessoas que compartilham gostos de leitura em relação a certos bens (gastronômicos, desportivos, musicais) os quais lhes fornecem identidades comuns". *id. ibid.* p.261.

¹⁴ DAVIS, M. *op. cit.*

¹⁵ HARAWAY, D. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. (org.) **Tendências e Impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. 1994. Segundo Haraway, os principais desses dualismos seriam os binômios eu/outro, corpo/mente, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, realidade/aparência, todo/parte, agente/recurso, criador/criado, ativo/passivo, certo/errado, verdade/ilusão, total/parcial, Deus/homem.

por divisões e conflitos que produzem posições identitárias fugazes e conflitantes e, assim, identidade, mais do que um estágio a ser alcançado indicaria estados em processo, posições continuamente construídas e negociadas.

Esses pressupostos formaram o cenário onde procurou-se entender processos de identidade continuamente mutantes à força também de disposições espaciais. Todas essas questões trouxeram à tona a necessidade de se repensar os processos de identidade e cidadania ¹⁶.

Dentre os diversos aspectos ressaltados nas discussões sobre o processo de cidadania, esse trabalho irá considerar cidadania apenas em seu aspecto de acesso ao espaço público e acesso a mecanismos da Justiça, levando em conta as discussões sobre pertencimento e identidade.

No Brasil, particularmente a partir da Constituição Federal de 1988, direitos sociais e coletivos foram introduzidos assim como a criação de mecanismos jurídicos para sua proteção, especialmente a atividade do Ministério Público. Esses mecanismos objetivam "a conversão de direitos formais em direitos reais" ¹⁷ e portanto a questão de acesso, principalmente de setores tradicionalmente excluídos, coloca-se com centralidade.

No caso de consumo, dimensão que mais e mais transforma-se em essencial na discussão sobre o exercício da cidadania, não é aqui entendida apenas como a última etapa do processo de produção mas de uma forma ampla, englobando o consumo de produtos culturais em termos por exemplo de um projeto e estilo de vida, no qual diversos fatores, desde organização emocional e formas de identidade social, são levadas em conta¹⁸. Mais especificamente ainda, para evitar a 'mesmice' de muitos estudos de consumo, é necessário pensar o processo de consumo como absolutamente ligado às práticas, relações de poder e discursos cotidianos¹⁹. Como detalhado por Bourdieu²⁰, uma análise que iguale tão simplesmente consumo e renda não pode explicar casos nos

¹⁶ Ver a questão cidadania em ORLANDI, E. A desorganização cotidiana. **Escritos**. No.1 Laboratório de Estudos Urbanos. UNICAMP. s/d. cidadania (...) " se significa nos modos como o Estado subjetiva as relações sociais na relação do político com o simbólico. Esses modos administram fortemente os processos de significação que dizem respeito ao espaço público" (p.10).

¹⁷ CAVALCANTI, R. **Cidadania e Acesso à justiça**. São Paulo: Ed. Sumaré. 1999, p.16. .

¹⁸ EARLI *Apud* FRIEDMAN, J. **Consumption and Identity**. Switzerland: Harwood Academic Publishers. 1994.

¹⁹ PRED, A *op.cit.*

²⁰ BOURDIEU, P. 1979. *op. cit.*

quais à uma mesma renda estão associados padrões de consumo diferentes. Naquele estudo, o autor parte de seus conceitos básicos de *habitus*, campo e capital simbólico e explora as noções de distinção, *status*, estilo-de-vida, estratégias de adiamento de recompensas, luxo e necessidade, bom-gosto, diferenciação e hierarquias. O estudo de Bourdieu sobre 'distinção' compôs o principal referencial teórico utilizado na análise dos dados do trabalho de campo sobre condomínios.

O presente estudo sobre uma comunidade de consumidores numa cidade do interior paulista procura contemplar o caráter ambíguo dos processos de identidade e cidadania, indicando como a sociabilidade resultante tende a reproduzir processos de separação e desigualdade. Esta análise será feita a partir da consideração de diversas visões dos condomínios (moradores e não-moradores) numa busca pelas diferentes representações dos muros.

1.2.2 O processo de reprodução social: A família

A reflexão da unidade familiar neste trabalho de investigação se dá considerando o papel importante da família no processo de formação e reforço no aprendizado de códigos que permitam o deciframento de relações culturais (Bourdieu). Relacionado a isto, este trabalho considera mais ainda que, na sociedade moderna, felicidade é igualada à capacidade de consumo²¹ e assim o processo de educação informal, com a preponderância da influência da família e pressões grupais mais imediatas necessita ser mais detalhadamente investigado.

Hartwick²² destaca a preparação sociocultural de receptores de sinais e, acredito que neste processo de construção e ensino de sinais e sua leitura, a família é uma unidade privilegiada. Estas preocupações se colocam dentro do que a autora chama de significados de segunda ordem, isto é aqueles que se relacionam a 'status' e alusões culturais (diferentemente dos significados de primeira ordem, relacionados a necessidades físicas). E, ao lado do grupo familiar, como Bourdieu assinala em suas diversas obras, colocam-se também membros do grupo próximo maior, membros da formação social (educação difusa) e instituições sociais (educação institucionalizada).

²¹ LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração* A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed. 1991.

Falando da existência de uma rede complexa e às vezes contraditória de sistemas de valores e crenças que são sugeridos pelas diversas agências, visando regular rotinas, práticas e modos de pensar que são encontrados no cotidiano de pessoas comuns, Lee²³ diz que no centro do impacto social provocado pelas profundas modificações nas relações sociais de trabalho existem diversas mudanças radicais na vida doméstica e que este fato "envolveu o reconhecimento por parte das agências do capital e do Estado de que a unidade doméstica e a organização dos membros da família se tornaram num *locus* crítico para a reprodução tanto das relações dos salários como das relações de mercadorias"²⁴ É neste sentido que a unidade doméstica se transforma de espaço doméstico, simplesmente, em unidade moderna de consumo, fonte importante, entre outras, pela promoção e reprodução de um tipo ideal de formação cultural, local privilegiado para a articulação das demandas e características do mercado abstrato e das relações e demandas concretas do cotidiano.

Em artigo que examina a dinâmica existente entre consumo, identidade, práticas sociais e relações de poder no cotidiano, Pred²⁵ enfatiza que é somente a partir de uma análise que associe todos estes processos em situações do dia-a-dia que poder-se-à entender o significado de um determinado bem ou serviço adquirido. Isto porque é em espaços cotidianos e específicos que um determinado objeto de consumo "adquire" sua dimensão mais completa:

" Um vez adquirida, (...) ou controlada, uma mercadoria não é consumida até que seu 'casamento' com o consumidor seja consumado pela utilização, (...) , até que seja incorporada em rotinas ocasionais ou freqüentes, até que seja empregada seja com firme propósito ou irrefletidamente, até que lhe seja dado um sentido (...) " ²⁶

Assim, segundo este autor, análises de consumo não podem ser separadas do 'fazer' isto é do colocar em uso o objeto de consumo e, ele enfatiza, a formação de necessidades, vontades, desejos não pode ser dissociada do fazer cotidiano. Segue-se então, de acordo com o autor, que elementos do processo de consumo não podem ser

²² HARTWICK, E. *op. cit.*

²³ LEE, M. *op. cit.*

²⁴ *Id. ibid.* p. 89.

²⁵ PRED, A *op. cit.*

²⁶ PRED, A *id. ibid.* p. 12.

dissociados das relações de poder que impregnam as práticas do dia-a-dia em um local específico:

" ... [elementos do processo de consumo] não podem ser separados daquelas relações sociais que definem quem - individual ou coletivamente - pode ou não fazer o que, quando ou onde, sob quais condições de controle ou vigilância (...). " ²⁷

Estas reflexões apontaram dois pontos importantes, ambos contemplados por esse trabalho sobre condomínios em São Carlos. Em primeiro lugar, a consideração de que análises de consumo devem ser também realizadas em espaços outros que não os dos espaços exclusivos de compras²⁸. Em segundo lugar, a consideração da importância de estudos sobre o papel da família e de grupos sociais informais mais próximos.

Dentro do universo de condomínios horizontais numa cidade média específica serão entrevistados indivíduos considerados enquanto seu pertencimento a um núcleo familiar determinado, sejam eles moradores de condomínios ou não (esta escolha será explicada no Capítulo 2 referente a metodologia e técnicas utilizadas), verificando os motivos da escolha, educação dos filhos, lazer e participação na vida da comunidade local e mais ampla. Enfim, a família vista como unidade de consumo e como unidade altamente eficiente no processo de produção, reprodução e manutenção de representações da realidade social.

1.2.3 O processo de reprodução social: O espaço e a questão de segurança

As relações de propriedade forjam as formas de apropriação e uso do espaço urbano²⁹. Cada vez mais, desde os anos 80 principalmente, assiste-se a uma crescente utilização de medidas policiais na vida da cidade com a proliferação de sistemas de controle e segurança física. Falando da realidade de Los Angeles, Davis³⁰ observa uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e do

²⁷ PRED, A *id. ibid.* p. 13

²⁸ Essa consequência tem sido também já contemplada por estudos de 'Geografia Material' e 'Geografia de Consumo'. Exemplo é estudo de CREWE, L. e LOWE, M. Gap on the map? Towards a geography of consumption and identity. **Environment and Planning A** vol. 27, pp.1877-1898. 1995. Nesse estudo, os autores consideram a importância de reconhecer como a forma que consumo adquire é dada na relação de processos socioculturais e processos econômico-materiais.

²⁹ HARVEY, D. 1973. *op. cit.*

³⁰ DAVIS, M. *op. cit.*

aparato policial num esforço que se deseja de "segurança total", fazendo notar como a consequência deste movimento pela segurança é a destruição do espaço público acessível.

Da mesma forma se poderia descrever as grandes cidades brasileiras. O cerceamento de parques e monumentos, universidades, praças (Fernandes, 1999³¹), ruas e paisagens urbanas indicam transformações do espaço público e são uma manifestação das divisões e polarizações sociais³².

Estranhamente, existe um certo silêncio a respeito. Vozes dissonantes não se fazem ouvir na mesma proporção e intensidade à, cada vez mais ampla, adoção de medidas policiais na vida da sociedade. Diversos mecanismos de controle social que abalam direitos básicos são introduzidos gerando fraca ou nenhuma discussão e protesto. Além de trabalhos intelectuais, alguns já mencionados, de disseminação limitada, contudo, temos alguns exemplos de críticas em música que, por terem maior alcance de recepção, podem aguçar a maneira como são vistos determinados aspectos da sociabilidade em grandes cidades (por exemplo a música que fala sobre o uso de crachás³³ e a prática de rotulação).

Desigualdades sociais não-resolvidas e cada vez mais aumentadas têm sua contrapartida num crescente "apartheid" das relações espaciais aonde os rótulos *eu - os iguais a mim / outro - o diferente* atestam quem tem ou não o direito de circular naquele reduto. O direito de ir e vir é dado pela capacidade de consumo isto é pela possibilidade de comprar *naquele* espaço (o estar num shopping center, por exemplo) ou *comprar aquele* espaço (no caso de um condomínio fechado, por exemplo).

³¹ Ana Fernandes, Prof. de Arquitetura da UFBA, durante a "1ª Jornada Científica sobre Saber Urbano e Linguagem", promovida pelo Labeurb, UNICAMP. Os textos apresentados na ocasião foram reunidos e publicados. FERNANDES, A Consenso do Urbanismo e questões sobre a cidade. *RUA*, revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP - NUDECRI. Julho, 1999. Número Especial, pp. 43-52.

³² SOUZA, P. Dentro e fora: violência e irrupção urbana em cidades médias. *Escritos*. No. 1. Percursos Sociais e Sentido nas Cidades. Labeurb - NUDECRI. UNICAMP, s/d. Nele, o autor discute a questão "do surgimento de uma nova modalidade de limite intermediando espaços abertos e fechados, mediante a implantação de grades de ferro cercando praças públicas, jardins, monumentos, entradas de edifícios" e de como estas grades constituem "parte de uma ordem simbólica que promove o barramento da circulação [promovendo] posições de discurso nas quais os indivíduos podem, de um certo modo, referir-se a si como cidadãos" (p. 11).

CARVALHO, J. Um mundo de grades: da claustrofobia à agorafobia, mimeo, s/d. O autor parte do fato do cerceamento com grades de ferro do prédio principal da Universidade de Brasília e questiona as contradições do processo dos locais de convívio

³³ Texto completo dessa música no Capítulo 4.

A abundância de estudos em Geografia Material e Geografia de Consumo que focalizam as questões de espaço e consumo ³⁴ indicam a importância dessas dimensões e particularmente de questões associadas à aquisição de bens materiais ou não e questões de localização. Este 'novo' foco de análise caracteriza-se pelo estudo da maneira como relações sociais são construídas e sua relação com espaço enfatizando, assim, questões de representação e identidade.

Comentários de entrevistas realizadas neste trabalho de investigação tornaram mais visível a realidade da multiplicidade de representações dos muros e da importância destas ambigüidades e deram um novo rumo ao trabalho de campo. A percepção da existência de diferentes representações quanto ao cerceamento, no caso os muros dos condomínios, colocou questões quanto ao poder de significados construídos socialmente.

O argumento segurança acabou sendo o mote que passou a justificar tudo, uma espécie de palavra mágica e o espaço público cada vez mais transforma-se num espaço privatizado e policial. Praticamente todos os entrevistados nesta investigação reforçaram o argumento segurança ao falar de sua escolha de moradia mas outros dados e informações de entrevistas também nos levaram a relativizar seu papel. Análise mais detalhada do 'argumento segurança' quanto à sua abrangência e limitações enquanto justificativa 'universal' para as mais diferentes práticas de segregação e ataques à privacidade será apresentada no Capítulo 4.

Segurança transformou-se em obsessão e o limite entre a vigilância necessária e paranóia restou muito estreito e tênue. O binômio "segurança – violência" de forma geral é entendido como questão meramente técnica a ser enfrentada com a adoção de tecnologia e equipamentos cada vez mais sofisticados. Prolifera a indústria da segurança: Teixeira ³⁵ assinala a existência da "macroeconomia da violência", apresentando Tabela que indica que US\$ 28.000 milhões são gastos pelo Setor Privado de Segurança, representando cerca de 6,41% do PIB brasileiro. Muros, câmeras, video, sensores, blindados, num crescendo de sofisticação que, enquanto medidas tecnológicas não têm, em princípio,

³⁴ Por exemplo, HARTWICK, E. *op. cit.* JACKSON, P. e HOLBROOK, B. Multiple meanings: shopping and the cultural politics of identity. *Environment and Planning A* Vol. 27, pp.1913 - 1930., 1995. CLARKE, D. Consumption and The city, Modern and Postmodern. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 21, pp.218-237, 1997. LOWE, M. e CREWE, L. *op.cit.*

limite. Mas, sua eficácia é questionada³⁶: "... embora especialistas em repressão policial debatam a eficiência destes sistemas contra criminosos profissionais, eles são brilhantemente eficazes na dissuasão de inocentes estranhos ... " ³⁷

Um arcabouço teórico importante para a interpretação das respostas sobre segurança obtidas durante as entrevistas foi a análise realizada por Forester ³⁸. Esse autor analisa a esfera organizacional de órgãos de planejamento utilizando o esquema elaborado por Habermas relativo à estrutura prática de toda ação comunicativa. Em sua análise, o autor enfatiza a importância da distinção entre incertezas e ambigüidades na vida cotidiana. No presente estudo sobre condomínios, as diversas opiniões sobre violência e segurança foram analisadas dentro de um contexto que procurava distinguir incertezas e ambigüidades. Assim foi enfatizado que a existência dos muros não correspondiam dúvidas que suscitavam incertezas (isto é, dúvidas relacionadas a reivindicações quanto à verdade do que se diz) mas sim dúvidas que suscitavam ambigüidades. A importância da distinção entre incertezas e ambigüidades é porque

" enquanto [incertezas] demandam apenas resultados científicos e técnicos ou comportamentos de 'performance' (...) as questões de ambigüidade demandam justificações, levantam questões de objetivo, escolhas políticas, éticas, de obrigação e responsabilidade quanto à interpretação exata do significado " ³⁹

A idéia generalizada em nossa sociedade que considera a questão violência/segurança apenas dentro de parâmetros tecnológicos, focalizando somente sua dimensão instrumental, propõe alternativas que de um lado caminham num 'crescendo' de medidas sofisticadas tecnicamente (vidros blindados, sensores infra-vermelhos, por exemplo) e de outro contemplam medidas restritivas que atuam exclusivamente num contexto repressivo (aumento do número de cadeias, diminuição da idade penal, por exemplo).

Assim, ao indicar a existência de diferentes representações quanto à questão violência e seu corolário segurança nas diversas entrevistas com moradores e não-

³⁵ TEIXEIRA, I. A Macroeconomia da violência. *Conjuntura Econômica*. Vol 49, No. 5, maio 1995, pp. 38-40.

³⁶ Inclusive o foi por alguns dos entrevistados (Capítulo 4).

³⁷ DAVIS, M. *op. cit.* p. 224.

³⁸ FORESTER, J. *Critical Theory, Public Policy and Planning Practice*. New York: State University of New York Press, 1993.

moradores em condomínios da cidade, este estudo concluiu sobre o questionamento da eficácia do processo contínuo de sofisticação tecnológica e pretende ressaltar a importância do diálogo e do processo de negociação.

Paralelamente, ao estabelecer as diferentes representações existentes no que tange a questão violência - segurança, as diversas entrevistas indicaram que esquemas de moradia sofisticados poderiam também ser vistos como símbolos de '*status*' e verdadeiras 'marcas de distinção'⁴⁰. O Capítulo 4, detalhando as justificativas dadas quanto às escolhas feitas e o Capítulo 5 que trata do tema do *status*, abordam aspectos do processo contínuo de produção e reprodução de 'marcas de distinção', considerando o universo de moradia em condomínios horizontais na cidade de São Carlos. Essas observações só podem ser entendidas a partir de uma análise do processo de consumo que o considere como um momento que inclui as práticas e relações cotidianas e desejos relativos a estilo e estratégias de vida e não simplesmente como o último estágio do processo de produção. O objetivo do Capítulo 3 é apresentar tal análise. Antes disso, porém, o Capítulo 2, detalha o trabalho de campo realizado.

³⁹ *Id. ibid.* p. 90.

⁴⁰ O mesmo é apontado por CALDEIRA, T. *op. cit.* sobre esquemas de segurança sofisticados.

Capítulo 2

O TRABALHO DE CAMPO

2.1 O RECORTE E SUAS JUSTIFICATIVAS

2.1.1 Por que São Carlos

Recente moradora em São Carlos, surpreendeu-me a existência e proliferação de espaços habitacionais segregados, conforme já mencionado na Introdução. Era gritante o paradoxo entre a imagem de bucólica cidade do interior que fui buscar e a necessidade de esquemas que implicavam desejo de segurança contra um sentimento generalizado de violência. Por que as pessoas julgavam necessário se defender tanto? Como eram os números relativos a violência na cidade? Como os diferentes setores de habitantes da cidade percebiam essa realidade?

São Carlos é uma cidade média do interior do Estado de São Paulo, mas com características que a tornam polo de modernização para toda a região: a cidade é a "prova concreta" da falácia da visão que considera cidades médias como atrasadas, agrícolas e bucólicas.

Cidade da região nordeste do Estado de São Paulo, São Carlos foi fundada em 1857 possui área de 1.132 km² e uma população total de 182.094 habitantes (1998). Cidade de alto índice de urbanização (94% em 1991, superior ao do Estado que era de 93% no mesmo período) teve no período de 1980 a 1991, 41% de crescimento populacional, no qual ondas migratórias possuem parte significativa ¹.

Segundo o mesmo estudo (Ferreira, 1998), um artigo da revista EXAME (dezembro 1997) atribuía a São Carlos o sétimo lugar na classificação de cidades médias

¹ Fonte dos dados apresentados: SEADE. Com relação ao fluxo migratório: de acordo com estudo de 1998, "A migração, em São Carlos, pode estar intensificada pelo fato de o município ser considerado polo de alta tecnologia, ou "capital da tecnologia". Isto faz com que ela esteja mais exposta na mídia, trazendo para as pessoas imagens de cidade receptora de mão-de-obra, assistencialista e capaz de propiciar melhores condições de vida. Porém, mesmo tendo um amplo parque industrial, São Carlos não é capaz de absorver o contingente que vem em busca de trabalho". (SILVA, M.F. Processo de Implantação da Fábrica de Motores/Volkswagen no Município de São Carlos. Monografia. Grupo de Estudos Interdisciplinares Sobre Cultura e Desenvolvimento. UNESP, 1998, p. 31).

campeãs em investimento, qualidade de vida e infra-estrutura no país. O seu destaque foi dado por ser considerada 'polo de alta tecnologia'. Segundo a reportagem, São Carlos é uma "cidade cabeça": tem mais doutores (PhD) do que qualquer outra cidade brasileira em termos relativos - um para cada 230 habitantes. São Carlos possui duas Universidades públicas (Universidade de São Paulo – USP e Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR) e duas Faculdades particulares (Instituto Paulista de Ensino Superior Unificado – IPESU e Associação de Escolas Reunidas – ASSER) e é considerada 'polo de tecnologia avançado'. Às 70 empresas de base tecnológica (química fina, ótica, bioengenharia, informática e novos materiais), somou-se a Fábrica de Motores Volkswagen, inaugurada em outubro de 1996.

Estes dados coexistem com a presença de bolsões de pobreza, constantemente aumentados pelo desemprego no campo, sendo, portanto, área onde extremos contrastes convivem. Considerando a variável relativa a alfabetização, em que pese ser uma cidade cabeça, segundo dados do SEADE órgão responsável por informações estatísticas dos municípios paulistas, a taxa de analfabetismo da população adulta em São Carlos (9,20%) apresentava-se, em 1991, próxima à do Estado de São Paulo como um todo (10,16%), bem como o número médio relativo a anos de estudo do chefe da família (6,43 para o Estado de São Paulo e 6,73 para São Carlos). Os contrastes são ainda mais marcantes quando se considera os dados relativos aos chefes de família sem rendimento: 4,23% para o Estado de São Paulo e 6,03% para São Carlos.

Além disso, estudos apontam para a "redução do abismo tradicional entre meios urbanos e rurais" ². O Projeto para "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1992/98", coordenado pelo Instituto de Economia da UNICAMP, concluiu que o mundo rural é maior do que o agrícola, incorporando atividades ligadas ao turismo e lazer (sítios de lazer, hotéis-fazenda, restaurantes, "pesque e pague" etc.) Um exemplo da importância econômica da cidade média são as festas anuais de rodeio que movimentam milhões de dólares e influenciam o desenvolvimento de localidades situadas fora do núcleo metropolitano.

2.1.2 Por que condomínios horizontais fechados

² IZIQUE, C. O novo rural brasileiro. **Pesquisa**. Revista da FAPESP. São Paulo, no. 52, pp. 48-55, Abril 2000.

O movimento de expansão de condomínios residenciais fechados é um fenômeno habitacional recente (teve seu início em meados dos anos 70 na cidade de São Paulo). Este movimento direcionado para novos tipos de arranjos mostrou-se conceito completamente diferenciado do que era morar e resposta adequada aos desejos de setores da classe média alta paulistana.

A escolha por condomínios horizontais não se deve a que constituam um caso ímpar do fenômeno de segregação, concentrando todos os malefícios da exclusão e paranóia do isolamento. Mas, simplesmente porque possuem uma barreira que estabelece dois campos (nós – eles) e que sendo mais permanentes (que correntes numa rua por exemplo) permite que os processos de inclusão e exclusão e sua reprodução possam ser melhor estudados.

Quanto à escolha por condomínios horizontais ela se deveu a que, diferentemente de condomínios de prédios (condomínios verticais), parecem ser solução que contempla maior separação e autonomia. Afinal, os maiores (ainda não em São Carlos, por enquanto) têm ao lado das residências, piscinas, quiosques, salões para festas, academia de ginástica, sauna, bosques, etc. Pode-se ter uma vida quase completamente à parte. Num prédio é necessário negociar-se mais com o mundo exterior.

Em recente livro focalizando as comunidades cercadas nos Estados Unidos, os autores³ afirmam que estas se diferenciariam dos blocos de apartamentos - que também possuem sistemas de controle, impedindo portanto o acesso público - pois seus muros e grades impedem acesso a ruas, calçadas, parques, praias, rios, trilhas e área de brinquedos que de outra forma estariam abertas para o público. Se de um lado este não é exatamente o caso de condomínios horizontais fechados em São Carlos, por outro lado a legislação vaga e contraditória com relação a condomínios horizontais fechados e loteamentos e a existência, em contrapartida, de determinação na Constituição Federal do livre acesso, o tomam objeto de investigação exemplar, pois sobre ele repousam diversas representações.

³ BLAKELY, E. SNYDER, M. **Fortress America: gated communities in the United States**. Cambridge: Brookings Institution Press. 1997

2.1.3 Condomínios horizontais em São Carlos

Dentre as diversas opções habitacionais disponíveis em São Carlos, a alternativa condomínio horizontal fechado está cada vez mais generalizada e popular entre setores sociais cada vez mais amplos.

São 10 opções, entre:

- a) condomínios já instalados (onde indivíduos podem comprar/alugar unidades residenciais ou adquirir um lote, dos poucos restantes) - Parque Sabará , Parque Faber – Residencial 1, Convívio Dom Bosco, Residencial Green Village, Residencial Paraty e Residencial Samambaia;
- b) condomínios que oferecem a opção de casas já prontas (que segundo um corretor entrevistado é uma opção bastante popular em São Paulo, dada a falta de tempo e grandes distâncias para adquirir material e fiscalizar a obra mas, não tão requisitada em São Carlos; contudo, parece que a realidade está se mostrando diferente haja vista a rapidez das vendas em um destes condomínios e a proliferação deste tipo de alternativa) - Residencial Grandville, Residencial dos Ypês;
- c) unidades de lotes em terreno já cercado com arame e com a infra-estrutura necessária, anunciados como futuros condomínios : Jardim Ipanema, Parque dos Timburis e Loteamento Fehr (este, já bastante desenvolvido tem, agora, portão de entrada com vigia, cerca em toda sua extensão e inúmeras residências).

2.2 O TRABALHO DE CAMPO PROPRIAMENTE DITO

O tipo de estudo utilizado, adequado ao propósito deste trabalho é o do tipo exploratório. Os procedimentos adotados foram basicamente o de entrevistas e o de pesquisa documental e, assim, a análise dos dados está estruturada em dois planos: um ("horizontal") se refere a entrevistas qualitativas com moradores de condomínios e de bairros "abertos", com o propósito de compreender suas representações e outro ("vertical") relativa à pesquisa documental em veículos de comunicação, on-line e bibliotecas.

Foram realizadas 39 entrevistas com moradores em condomínios horizontais, moradores em bairros "abertos" ⁴ e profissionais que atuavam ou possuíam estreita relação profissional com condomínios horizontais. Em todos os casos tratavam-se de entrevistas não-estruturadas com perguntas abertas, seguindo um roteiro de tópicos relativos ao problema estudado cuja ordem era seguida com flexibilidade, isto é a ordem dos temas seguia a "ordem natural" das 'conversas'. A ordem das entrevistas era 'ditada' por indicações ou seguindo comentários durante as próprias entrevistas.

Nestas entrevistas, as perguntas achavam-se agrupadas de acordo com os seguintes temas: Caracterização geral do entrevistado segundo entre outras as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, profissão, estado civil ⁵; Escolha daquele tipo de moradia/ papel da publicidade/ fatores que levaram à escolha/ papel dos membros da família no processo de escolha/ satisfação antes e depois; Comunidade Interna/ responsabilidades/ direitos e deveres/ participação em Associações; Lazer/ esporte/ TV/ clubes/ sítios/ etc; e, Educação das crianças/ cursos extra-curriculares/ papel da família e comunidade interna nas escolhas educacionais/

Foram entrevistados 39 indivíduos, sendo:

14 MORADORES DE CONDOMÍNIOS (sendo 5 do Condomínio Sabará, 2 do Condomínio Grandville; 1 do Residencial Dom Bosco; 1 do Condomínio Sabará e 5 do Condomínio Parque Faber);

13 NÃO-MORADORES EM CONDOMÍNIOS subdivididos em dois grupos:

a) Profissionais diretamente ligados aos moradores do condomínio (total 5, sendo 2 professores de cursos de esporte ministrados dentro do condomínio; 2 profissionais atuando no Shopping Center imediatamente próximo a um dos condomínios (um lojista e uma garçonete) e 1 corretor imobiliário especializado em vendas de casa ou lotes num dos condomínios) ; e

⁴ Apêndice 1 com o mapa da cidade de São Carlos, indica a localização dos diversos condomínios e bairros da cidade onde moram os entrevistados.

⁵ Apêndice 2 traz tabelas de caracterização dos entrevistados, segundo as variáveis Sexo, Faixa Etária e profissão.

8 MORADORES EM BAIRROS "ABERTOS" , dos seguintes bairros: Centreville, Centro, Jardim Cardinalli, Jardim Sta. Felícia, Planalto Paraíso, Parque Sta. Marta, Parque Sta. Mônica e Vila Nery . O critério adotado para seleção foi o de entrevistar pessoas que, em princípio, por condições econômicas poderiam 'comprar' a alternativa de moradia em condomínio e fossem residentes na cidade há longo tempo e assim pudessem ter uma visão do desenvolvimento urbano da cidade.

12 ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS (MORADORES OU NÃO DE SÃO CARLOS) que no desempenho de sua atividade discutem questões do espaço público, habitação e/ou educação e adolescentes: Vereador de São Carlos, Prefeito do Município de Itacemópolis, Promotor de Habitação de Ribeirão Preto, Promotor de Habitação de São Paulo⁶, Jornalista Policial, Coordenador Pedagógico, Gerente de Empresa de Segurança, Contador/Advogado, Assistente social (3) e Clérigo⁷. Estas entrevistas visavam complementar e/ou obter explicações mais detalhadas sobre determinado evento ou informação obtida em contato direto com entrevistados ou em pesquisas bibliográficas. Assim, as informações coletadas foram completadas, contrapostas ou contextualizadas em entrevistas com diversos profissionais das áreas jurídica, educacional, de arquitetura, 'mídia' e indústria de segurança.

Quanto à pesquisa documental foi realizada em jornais locais (na Biblioteca Jurídica de São Carlos) , jornais nacionais, revistas populares de circulação nacional, meios de comunicação de massa (televisão e vídeo) ⁸ e fontes estatísticas (SEADE) Também foi desenvolvida pesquisa bibliográfica (diretamente em bibliotecas ou em fontes on-line) sobre livros, artigos de revistas científicas e teses que focalizavam o tema em estudo. As informações colhidas nessas fontes foram 'cruzadas' com as informações das

⁶ O Vereador Lucas Perroni (falecido); o Prefeito Cláudio Consenza (então prefeito); Dr. Antônio Alberto Machado, Promotor de Habitação e Urbanismo de Ribeirão Preto; e Dr. José Carlos de Freitas coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, Habitação e Urbanismo do Estado de São Paulo.

⁷ Foram entrevistados assistentes sociais de diversos programas para menores carentes e infratores do município: 'Projeto Vida Melhor' , Projeto Casa Aberta, Programa Liberdade Assistida e Centro Profissional. Estes Programas, alguns também em parceria com a Vara da Infância, acham-se ligados ao Educandário São Carlos- Salesianos. Padre Agnaldo Soares de Lima, diretor do Núcleo de Atendimento Integrado ao Menor, e Salesianos foi também entrevistado. O município possui um programa, SOS - Serviço de Obras Sociais referente ao atendimento de "população migrante carente", cujo presidente, Dr. Adão Malachias também foi entrevistado. Apêndice 3 traz informações mais detalhadas sobre estes programas.

entrevistas e também com informações obtidas em acontecimentos regionais e informações de diversos Encontros e Seminários Acadêmicos assistidos⁹

Anteriormente à fase de entrevistas listadas acima, foram realizadas 8 Entrevistas Preliminares (de uma hora em média) com pessoas relacionadas profissionalmente ao meu objeto de investigação (naquele momento definido de uma forma bastante genérica como relações entre cidadania – moradia – condomínios fechados – consumo – publicidade - família) e que poderiam contribuir para a reflexão naquele estágio, apontando direções mais específicas. O critério para escolha destes entrevistados foi o de conhecimento prévio (via leituras, por exemplo) de suas atividades ou características. Foram entrevistados um arquiteto com experiência em habitação popular e que trabalha junto ao Laboratório de Habitação (Labhab) da UNICAMP; dois corretores de imóveis da capital de São Paulo, com ampla experiência em venda de condomínios fechados; uma procuradora aposentada e naquele momento advogada voluntária de uma Associação de Moradores que defendia o direito público em contraposição a uma possível legislação de condomínio fechado; uma mulher, naquele momento trabalhando como corretora de imóveis, mãe de quatro filhos que anos atrás esteve numa posição econômica de morar em condomínio fechado bastante exclusivo da capital paulista e negou-se terminantemente¹⁰; um jornalista que escreveu artigo bastante extenso e contundente, em revista de circulação nacional focalizando a vida familiar, educação e atitudes em relação a consumo em condomínios fechados¹¹; uma pedagoga com muitos anos de experiência profissional na área de treinamento e cidadania; e, finalmente, uma moradora de condomínio bastante exclusivo da cidade de São Carlos que possui dois filhos que estudam em escola da rede pública de ensino e viajam diariamente em transportes coletivos comuns.

No caso de entrevistas com moradores de condomínios foram iniciadas através de contato com as respectivas Administrações que apresentaram meu pedido e solicitaram que moradores que se dispusessem a serem entrevistados entrassem em contato para

⁸ Reflexões sobre alguns aspectos do morar em condomínios horizontais fechados estão bastante “na moda” e paralelamente a entrevistas e leituras, foi também relevante material de programas de televisão e músicas.

⁹ Apêndice 4 lista alguns Seminários e Colóquios assistidos e que foram bastante relevantes a este trabalho de investigação.

¹⁰ *“Quanto mais o corretor mencionava as vantagens da vida no condomínio fechado, eu ficava horrorizada ... minha referência é a humanidade e nela tudo está incluídos. Essa coisa de iguais ... acabei escolhendo, claro, outra alternativa de moradia”.*

¹¹ Ver trecho do artigo: última nota do capítulo 4.

agendamento de entrevista. Oito moradores, no total, se prontificaram e entrevistas foram agendadas e realizadas. Todas, com duração média de 1 hora, foram gravadas, e posteriormente transcritas.

Após transcrição destas entrevistas, outras se sucederam com moradores e não-moradores em condomínios. A seleção de outros entrevistados deu-se a partir de 'triangulações' realizadas; por exemplo, a transcrição de algumas entrevistas que me davam uma idéia da relação condomínio – shopping (do ponto de vista dos moradores do condomínio) indicou que seria interessante a realização de entrevista com lojista do Shopping (que poderia dar "o outro" ângulo).

A escolha de entrevistados, a ordem dos temas e a forma de abordar questões seguiu a técnica de associação de idéias (entre coisas faladas durante as entrevistas, pesquisa realizada em jornais, textos teóricos lidos, etc.)¹². A idéia principal era a de não me aproximar da realidade armada com um arcabouço já esquematizado e fechado, e pudesse então perceber a multiplicidade de interpretações e dar lugar a que as diferentes representações pudessem emergir.

Um exemplo: questões interessantes relativas a cidadania puderam aparecer a partir de entrevistas com não- moradores em condomínios, no geral moradores antigos da cidade. Talvez, por representar ainda hábito antigo de cidade menor, alguns entrevistados mencionaram possuir o hábito de, durante o fim-de-semana, visitar partes da cidade e assim o fato de terem sido barrados nos portões de um condomínio apresenta-se como uma questão importante para discussão. No decorrer do trabalho de campo pude perceber que moradores, de uma forma geral, tinham opiniões a respeito dos muros e barreiras de sua cidade e queriam expressá-las.

A idéia de utilizar variadas fontes e seu "cruzamento" mostrou-se bastante adequada. Queiroz¹³, falando da importância do uso de diversas fontes, afirma

¹² Apêndice 5 indica as associações feitas para a realização do trabalho de campo. Esse Diagrama foi inspirado pela leitura de GUBA, E. e LINCOLN, Y. **Fourth Generation Evaluation**. California: Sage Publications, 1989. Contudo, sendo apenas bi-dimensional, não pode capturar todos os movimentos do processo dinâmico de idas e vindas incluídos numa metodologia que assume a pesquisa científica como um processo inacabado e privilegia a busca permanente com contínuos movimentos.

¹³ Queiroz, M.I. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

“ [o objetivo é que a partir] da complementação e do cotejo entre [estas fontes] se faça uma melhor e mais completa imagem do que está sendo estudado. (...) Toda pesquisa sociológica, (...) ganha novas dimensões, maior profundidade, maior envergadura, desde que acompanhada e complementada por outras maneiras de coleta” ¹⁴.

2.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A condução do trabalho de campo foi baseada no pressuposto básico da existência de um processo inteiramente interativo entre sujeito e objeto onde o resultado de uma investigação é literalmente um produto de criação que envolve um processo dialético e contínuo de interação, análise, crítica, reiteração, re-análise etc.¹⁵ Nesse sentido, o construir foi tomado enquanto um processo, cumulativo com contínuas idas e vindas que marcam a tentativa de examinar as convenções que nos explicam e à nossa situação em uma época e contexto social determinados¹⁶.

Dado esses pressupostos, o trabalho de campo foi considerado um processo aberto, construído e modificado continuamente, procurando acomodar novas informações (diferentes tipos e níveis de complexidade da informação). O ponto de partida de todo o exercício de investigação não foi um projeto pronto, contendo certezas mas temas amplos, algumas articulações possíveis e idéias gerais do “como fazer”, que no decorrer foram se transformando através de reflexão crítica continuada.

A possibilidade de construção durante o próprio processo de investigação é de certa forma nova (últimos 30 ou 40 anos). Verdade, rigor, fidedignidade, validade e objetividade eram fantasmas que ‘rondavam’ as técnicas qualitativas nos tempos em que as ciências sociais debatiam-se nos dilemas colocados entre o desejo de não ser uma ‘ciência menor’ e as possibilidades de adequação ao Paradigma Positivista, que ditava o que era ser, verdadeiramente, científico.

¹⁴ *Id. ibid.* p.13.

¹⁵ GUBA, E. e LINCOLN, Y. op. cit.

¹⁶ SPINK, M. **Práticas Discursivas** e produção de sentidos no cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

Diferentemente do método positivista que tem na busca por aproximação com critérios exteriores seu objetivo, o método que informa um processo de pesquisa com movimentos de construção contínuos ¹⁷ assim define rigor e avaliação:

“... fenômenos da ordem da intersubjetividade (...) [que] prendem-se à possibilidade de socializar o processo interpretativo. Isso implica em colocar à disposição da comunidade - científica ou não - os dados brutos da pesquisa, assim como os dados acessórios provenientes da postura reflexiva (...) descrita.”¹⁸

¹⁷ Dois trabalhos foram particularmente relevantes no estágio de desenvolvimento do trabalho investigativo por apresentarem reflexões sobre questões básicas quanto às formas de 'fazer pesquisa': GUBA, E. e LINCOLN, Y. *op. cit.* e SPINK, M. *op. cit.* e resenha de seus principais pontos encontra-se no Apêndice 6 .

¹⁸ SPINK, M. *op. cit.* p. 90.

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSUMO

Este capítulo objetiva apresentar algumas reflexões sobre o processo de consumo de modo geral, consumo conspícuo, publicidade e emergência de novos desejos e vontades à luz de resenhas dos trabalhos de Bourdieu e Campbell ¹ e de material e observações do trabalho de campo.

Em seu abrangente estudo sobre o ' consumismo moderno Campbell ² objetiva traçar a maneira como mudanças nas concepções da sociedade sobre o que seja verdade, bondade e beleza influenciam padrões de conduta, não de uma maneira determinista ou rígida mas enquanto ideais que direcionam o caráter. Assim, contrariamente a análises econômicas clássicas que enfatizam mudanças nas técnicas de produção, tratando consumo como um simples reflexo do aumento da produção mecanizada, o autor acredita que qualquer entendimento sólido sobre a emergência da base econômica de sociedades modernas jaz no entendimento das forças que levaram ao aumento extraordinário da demanda.

Uma das explicações bastante usadas, segundo o mesmo autor, concentra-se no aumento do tamanho do mercado. Contudo, como a situação da maioria dos países do Terceiro Mundo indica, aumento populacional não conduz necessariamente a aumento de demanda. Outra explicação diz respeito à tese de que aumento de poder aquisitivo conduz a um aumento no padrão de vida. Também, neste caso, conforme o autor, a explicação não satisfaz pois já ficou provado que o consumidor não utiliza sua renda extra para satisfazer novas necessidades (o consumidor tradicional vai usá-la por exemplo para poupança, investimento ou para lazer). Assim, seria necessário diferenciar entre condições para aquisição de supérfluos e o desejo para tal. Enfatiza, portanto, mudanças nos valores e atitudes que governam o consumo, atribuindo importância a nova atitude moral com relação a gastos em consumo, com ênfase em "bom gosto e moda". Assim, a

¹ BOURDIEU, P. 1979. *op. cit.* CAMPBELL, C. **The Romantic Ethic and the Spirit of Modern Consumerism**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

² CAMPBELL, C. *op. cit.*

reflexão sobre consumo coloca-se fora das discussões lançadas pela teoria econômica tradicional e dentro de discussões lideradas pelas ciências sociais³.

Particularmente no que concerne à emergência de desejos e vontades caracterizando o "consumismo moderno", três são as correntes principais⁴.

1) INSTINTIVISMO que localiza desejos/vontades na herança biológica dos seres humanos ou como o resultado de intervenção divina. Vontades/desejos não seriam o produto de uma investigação empírica mas teriam um certo caráter axiomático ligado à estrutura da motivação humana. E, o autor adverte que, são, exatamente, estes processos motivacionais o que está em debate.

2) MANIPULACIONISMO uma perspectiva bastante comum segundo a qual os consumidores são compelidos a querer certos produtos seguindo as ações de agências "de fora". Prega o oposto da anterior no sentido de que percebe os indivíduos como vazios do ponto de vista motivacional que precisam ser "injetados" com desejos que lhes chegam através de propaganda. Este modelo é também conhecido como "hipodérmico" que descreve a 'mídia' como uma agulha hipodérmica que injeta um determinada mensagem em sua audiência que passa a querer então determinados produtos. O consumidor tem portanto um papel passivo. Campbell relaciona três críticas principais a esta corrente: (a) publicidade é apenas uma parte do conjunto de influências que interagem sobre os consumidores, outras existem como por exemplo: sindicatos, igrejas, governo, agências. ; (b) o mercado de bens não é homogêneo e assim o efeito de uma mensagem vai variar enormemente; (c) existe evidência de que consumidores não aceitam simplesmente mensagens comerciais de uma forma irrefletida ou aleatória mas respondem-na, mesmo que seja apenas em parte, de uma maneira discriminatória.

A discussão sobre manipulacionismo inclui ainda, segundo Campbell, a questão de que imagens e idéias ligadas ao produto não podem ser separadas. Estas associações não enganam o consumidor necessariamente mas são relevantes para gratificação potencial. O fato de muitas mensagens serem 'emocionais' não necessariamente indicam

³ Estas reflexões do autor constituíram-se em poderoso elemento a reforçar a utilização e adequação do estudo de BOURDIEU, P. 1979. *Op.cit.* como guia exemplar na análise dos dados do trabalho de campo realizado.

⁴ CAMPBELL, C. *op. cit.*

a existência de manipulação. pois a dimensão de ligação afetiva é básica para o consumo. Para o autor, imaginação, emoção e cognição são partes constitutivas do comportamento do consumidor. Enfatizando que preço também possui um significado simbólico, é no mínimo contraditório, o autor argumenta, dizer-se que um indivíduo é manipulado porque compra um produto pela imagem mas não pelo seu preço.

3) A PERSPECTIVA DE VEBLEN - Campbell apresenta análise da contribuição importante de Veblen⁵ para quem um ato de consumo possui um significado sociocultural profundo e não deve ser visto apenas em termos econômicos. Mercadorias possuem importância como símbolos e não somente enquanto objetos que possam trazer uma satisfação intrínseca imediata. Mesmo criticando a ênfase que Veblen dá ao papel da imitação, ganância, inveja e competição em 'produzir' e 'moldar' desejos e vontades, Campbell na mesma obra ressalta que, para Veblen, a questão última quando se procura entender as sociedades industriais não é a de como os bens são feitos mas de como eles adquirem significado; observação fundamental contra uma visão materialista simplista.

Sintetizando o texto de Cambell, uma discussão adequada sobre moderna teoria de consumo deve incluir a explicação sobre como os indivíduos conseguem desenvolver um programa regular e interminável de desejos com relação a novos bens e serviços. E, a esta pergunta, as respostas são de formas diferentes, bastante deficientes, seja quanto a um certo tratamento a--histórico seja quanto a considerar desejos como formas de comportamento irracionais e, de alguma forma, indesejáveis.

Nessa análise, consumo não é entendido em termos estritamente materiais como o último e passivo estágio do processo reprodutivo mas em termos sociais o que significa considera-lo como estando na origem de uma estrutura específica de demanda. Em outras palavras,

"Estes dois aspectos da realidade de consumo estão contidos na diferença entre as discussões clássicas de consumo como uma função e o foco mais recente de consumo como uma forma cultural (...) A demanda ilimitada por bens é uma força que rege a reprodução social. A maneira pela qual esta demanda é construída é a variável essencial a ser entendida.

⁵ Thorstein Veblen (1857-1929) foi o autor de 'The theory of the leisure class: an economic study of institutions', trabalho seminal no estudo de teorias de consumo no geral e teoria do consumo conspícuo, em particular.

Classe ou gradação demanda distinção hierárquica, separação, primordialidade, especificidade étnica, modernidade ... são todas imagens de formas de vida potenciais projetadas via desejo em compromissos de demanda. Estes projetos sociais são a base para entender-se a prática do consumo, e eles são, por definição, projetos de auto-definição, quer sejam voluntários ou socialmente determinados; eles tomam a forma de projetos nos quais os sujeitos investem a si próprios e sua riqueza acumulada"⁶

As questões da publicidade e a emergência de nova vontades e desejos tem sido bastante discutidas pelos diversos autores que dedicam-se a estudos de consumo, e dois a meu ver são os pontos de partida cruciais para uma investigação profícua sobre consumo e, particularmente, como no caso do presente estudo, consumo de bens de luxo:

O primeiro ponto relaciona-se ao fato de que ao lado de posições que tratam a-historicamente a emergência de desejos de consumo ou que os explica como resposta direta a apelos publicitários colocam-se explicações que apelam para definições moralistas: "[o valor teórico e analítico de alguns livros] fica relativamente limitado pelo tom altamente moralista e indignado que sugere que consumo, como atividade social, foi realizado por outras pessoas que não o autor"⁷.

O segundo ponto diz respeito à afirmação do caráter múltiplo e cambiante da realidade social. Cada vez mais fala-se de nuances e variações por exemplo nos processos de escolha; aparentemente contraditórias, diferentes decisões podem ser tomadas por um mesmo indivíduo e a estranheza causada precisa ser superada para buscar-se a sua coerência por exemplo com diferentes estágios do ciclo de vida do indivíduo, sua família ou um detalhamento da própria realidade social mais ampla, etc.

As afirmações de diversos autores que se opõem a análises deterministas e simplistas de consumo, nos trazem dois pontos básicos: de um lado afirmam a complexidade de consumo que não deve ser visto apenas como o último estágio do processo de produção e que, ainda que não possa ser separado de discursos de consumo, não podem ser igualados a publicidade e exercícios de 'marketing'⁸; de outro

⁶ FRIEDMAN, J. 1994. *Op. cit.* p.16.

⁷ LEE, M. *Op. cit.* p.xii

⁸ PRED, A *Op. cit.*

lado, afirmam a complexidade da emergência de desejos e vontades e da importância do estudo do consumo conspícuo.

Considerando o material das entrevistas e as observações do trabalho de campo serão discutidas quatro questões específicas dentro do processo de consumo.

A primeira questão diz respeito à necessidade de uma leitura mais profunda quanto à realidade das escolhas tomadas, para que se possa explicar aparentes incongruências e analisar mais profundamente a realidade destacada para estudo. No início deste trabalho de campo por exemplo, espantou-me a informação de uma família, moradora no condomínio horizontal fechado exclusivo mais antigo da cidade de que mantém seus dois filhos em escolas públicas, viajando diariamente em transportes coletivos comuns. A mesma moradora foi entrevistada durante a fase das Entrevistas Preliminares, e sua escolha entendida num contexto que envolvia o mercado imobiliário e os baixos preços solicitados há 25 anos atrás, quando a família comprou o terreno, pois moravam em outro estado do país e desejavam acumular material de construção com segurança.

Perdem-se as nuances quando se analisa a realidade somente enquanto resultado de uma relação direta entre a forma do ter e o poder aquisitivo. Como mencionado no Capítulo 1 consumo não pode ser entendido como uma simples função da renda: a uma mesma renda correspondem diferentes padrões de gastos⁹. Senão como entender, por exemplo, o caso de moradores de um condomínio horizontal exclusivo caracterizado, particularmente, por fortes apelos ecológicos e de preservação histórica (Residencial Sabará), que se mudam para outro condomínio horizontal, aonde predomina o concreto, próximo ao 'Shopping Centre' da cidade (Condomínio Parque Faber), apesar do valor dos terrenos do novo condomínio ser mais caro do que o antigo. Pareceria uma contradição.

Diversos autores¹⁰ enfatizaram que aparentes contradições precisam ser analisadas não segundo um quadro explicativo rígido mas como momentos específicos da realidade que podem ter uma multiplicidade de sentidos. Assim é que nas entrevistas

⁹ BOURDIEU, P. 1979. *Op. cit.*

¹⁰ Ver especialmente as análises de BOURDIEU, P. 1979 *op. cit.*, FRIEDMAN, J. *op. cit.*, LEE, M. *op. cit.* e PRED, A *op. cit.*

realizadas, os motivos das escolhas puderam ser mais matizados, e minimizada essa primeira verificação de comportamento contraditório.

" ... Algumas pessoas que eu soube que mudaram-se do Sabará para o Faber é que tinham outros familiares lá também, era uma questão da família, queriam ficar junto... " (moradora em condomínio)

" ... [O filho deles] estuda no Arlindo [escola estadual] e mora no Condomínio Faber. ... porque antes ele morava perto de nós, ... por isso ele estuda no Arlindo, é perto e ele mudou e continuou na escola ... Eu já conhecia a família, eram meus vizinhos, foi uma mudança normal, foi uma mudança prá uma casa nova (...) .Não posso te afirmar mas acho que uma das coisas que levou a esta mudança do centro para o Faber acho que foi razões de família: os pais construíram uma casa, eles só tem duas filhas e também construíram para as filhas, se não me engano foi assim foram razões de família" (moradora em bairro "aberto")

" Agora o problema de Iracemápolis não é tanto a violência porque é uma cidade de muito pouca violência mas o problema nosso está baseado ... a cidade tem duas rodovias. As rodovias circundando a cidade tem um problema muito sério que é o de acessos muito facilitados. O que divide o anel viário da última rua destes dois bairros é só guia e sarjeta. Então (...) não é só aquela violência de facilidade do bandido entrar e sair que estamos pensando, é também a proteção das famílias que moram adjacentes a estradas e anel viário do município que transporta carga pesada que você desvia das entradas da cidade. Não é cercar a cidade toda mas fazer um fechamento nas partes de maior perigo, inclusive de atropelamento . Parecido com o que nós estávamos pretendendo para nossa cidade seria o condomínio fechado só que o nosso com um diferencial: as rodovias todas liberadas. Então nas três entradas, 3 portais. (...) E se a polícia tivesse fazendo uma fiscalização também, que é rotina para a cidade, eles vão para a avenida na entrada da cidade, você está entrando, eles param ... isso é dever da polícia ... Agora, o seu carro está sendo fiscalizado e jogado dentro da Central de Polícia Militar onde tem um policial 24 horas. (...) Pode pegar o ladrão? Pode ser que não pegue. Mas pelo menos estamos atentos a quem entra e sai do município (...) Nada além de v. diminuir a velocidade (...) Agora, além de dar uma estética bonita na entrada da cidade, seriam portais muito bem feitos (um grupo de estudantes de arquitetura do Mackenzie faria gratuitamente o projeto) , com vestiário, teriam do lado deles uns estacionamentos porque um caminhoneiro pode ter um problema no meio da estrada, teria um telefone público e informação por exemplo um borracheiro (...) um portal de utilidade pública com correio. além de dar uma estética bonita na entrada da cidade. " (Entrevista com Prefeito do município de Iracemápolis)

A segunda questão, sobre consumo conspícuo, indica claramente a adequação de uma análise de consumo entendido como mais do que a última etapa do processo de produção. Friedman¹¹, assinala que infelizmente estudos de consumo têm sido reduzidos a questões sobre como aqueles que controlam a produção também controlam os consumidores. E, assim, o foco tem sido geralmente sobre consumo reduzido a mero

¹¹ FRIEDMAN, J. *op.cit.*

reflexo da oferta e da demanda (espelhando a racionalidade da economia de mercado). Diferentemente, o autor enfatiza a necessidade de analisar-se consumo “em termos de estilo de vida, no qual um conjunto de fatores, desde organização emocional a formas de identidade social, é explicitamente levado em conta”¹².

Uma discussão de consumo vai envolver a consideração de consumo conspícuo não enquanto item irrelevante no processo de aquisição de bens. Friedman ressalta que questões quanto à origem da demanda pelos chamados bens não-essenciais não podem ser reduzidas a simples questões de manipulação psicológica por parte de pesquisadores de mercado e publicitários e meramente aos espaços aonde objetos são diretamente comprados.

Assim, por exemplo, ao listar as razões para sua escolha por moradia em condomínios residenciais fechados, nenhum entrevistado mencionou a importância do papel da propaganda. Pesquisa em jornais da época de lançamento dos condomínios mais antigos nada indicou (nos últimos dois anos tem aumentado o esforço publicitário; mesmo assim, é ainda bastante incipiente). Ao que parece esta ausência é uma característica de cidades que apesar de não serem mais o que se chama ‘pequenas’ ainda têm no contato “boca a boca” nos clubes ou outros locais tradicionais de contato social sua fonte publicitária principal. A escolha final, determinada pelas razões mais mencionadas pelos entrevistados e corretores nunca incluiu a questão publicidade. A diferença com o lançamento de novos condomínios em São Paulo, por exemplo, é tão grande que esta ausência foi discutida com o corretor imobiliário que trabalha exclusivamente com as vendas para um dos condomínios:

“ Não , não teve [publicidade]. Foi vendido assim na corrente, de contato. Foi interessante o começo das vendas aqui. Foi de uma festinha de aniversário que começou a se alastrar a propaganda do empreendimento. ... Aí a gente até brincava... qdo. recebia as pessoas .”já sei, você. esteve no aniversário ontem” (...). 70% do pessoal que comprou é da classe médica. É um grupo de amigos, aonde um vai os outros vão, ou seja eles tem aquele grupo formador de opinião, que é aonde um acha que fez um bom investimento, os demais também vão e investem junto” .

A palavra publicidade não foi mencionada pelos entrevistados ao falar de sua escolha contudo não é possível falar-se de ausência total de publicidade. Nas razões que

¹² EARL *apud* FRIEDMAN, J. *op. cit.*

justificam um bom investimento estão incluídas questões como *segurança* e *status* do morar bem. Estas imagens são disseminadas constantemente pela 'mídia' seja 'via' televisão ou jornais e revistas de circulação nacional e assim, a dimensão publicidade pode achar-se embutida na maioria das razões mencionadas.

Os próximos parágrafos ressaltam alguns pontos da teoria de Bourdieu, segundo sua obra de 1979 e segundo análise de Lee (1993), especialmente relacionados à questão estudada, isto é sobre o entendimento de consumo como mais do que o último estágio no processo de produção.

Segundo Bourdieu bens de luxo, não essenciais, entre todos os campos possíveis, são aqueles que melhor expressam as diferenças sociais pois neles a relação de distinção acha-se inscrita objetivamente e é reativada, intencionalmente ou não, em cada ato de consumo, através dos instrumentos de apropriação cultural ou econômica que requer.

Na mesma obra, discutindo certas análises sociológicas que falam da insignificância de análises culturais, Bourdieu afirma que elas escondem o fato de que a constância dos produtos é só aparente; esta constância esconde a diversidade dos usos sociais a que os produtos são colocados. Estes estudos se atêm a aparências. E, o autor continua, análises estatísticas e estudos econômicos, mesmo aquelas bastante sofisticadas, terminam por dissolver diferenças e significados variados. Escapa-lhes que existe uma hierarquia social dos consumidores na qual "bom-gosto" funciona como um marcador de classe e ao mesmo tempo em que classifica o outro, classifica o classificador. O consumo do 'desnecessário' indicaria uma espécie de poder sobre a necessidade, uma superioridade sobre aqueles que não podem fazê-lo; consumo conspícuo, consumo de bens de luxo, indicaria uma certa superioridade com relação a necessidades comuns e urgências, enfatizando ainda mais, que o que confere legitimidade são as regras ditadas pela sociedade de consumo que é a marca registrada da atualidade pois consumo é a esfera legítima para diferenciação de indivíduos.

O autor indica como a economia de bens culturais tem uma lógica específica e como a sociologia objetiva estabelecer as condições nas quais os consumidores de bens culturais são eles próprios produzidos. Isso implicaria em ver cultura em seu sentido

antropológico, onde necessidades culturais seriam hierarquizadas assim como os próprios consumidores. Assim, uma luta se estabelece entre diferentes grupos no mercado simbólico quanto à definição dominante do modo legítimo de apropriação cultural. Consumo, portanto, seria um estágio no processo de comunicação, um ato de deciframento que pressupõe o manejo de um código, competência para explicitá-lo e decifrá-lo :

"Nada é mais especial, mais distinto do que a capacidade para dar *status* estético a objetos quaisquer ou mesmo vulgares (...) ou a atitude de utilizar os princípios de uma estética 'pura' nas escolhas as mais comuns da existência comum..."¹³

O segundo autor, Lee (1993) apresenta uma longa análise de estudos de consumo e explora a relação desses com a questão epistemológica de objetividade e subjetividade, enfatizando a importância da análise de Bourdieu. Para Lee, os trabalhos de Baudrillard, de um lado, que diz que " objetos são categorias de objetos que de uma forma bastante tirânica induzem categorias de pessoas", indicariam como o que consumimos não é o objeto de consumo em si mas seu valor simbólico, atribuindo, portanto, um papel bastante proeminente à publicidade e processos manipulatórios. De outro lado, as análises de Mary Douglas e Isherwood sobre bens de consumo simbólicos indicariam que bens de consumo incorporam os significados de diversas relações sociais e refletem a articulação das estruturas sociais e de divisão existentes. Assim, diferentemente de Baudrillard que enfatiza o papel de estruturas fora do sujeito e Douglas e Isherwood que afirmam que padrões de consumo e preferências de grupos sociais derivam de uma administração consciente de bens simbólicos , assumindo, portanto, uma consciência total das regras culturais , códigos e convenções sociais existentes, Lee afirma que tanto uma quanto outra posição devem ser evitadas: para ele o viés objetivista ou o viés subjetivista necessitam ser superados por uma posição mais sofisticada que procure uma negociação entre estes dois termos, que ele conclui como a de Bourdieu e assim a analisa:

O conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu seria exatamente a 'ponte' entre os dois extremos apontados porque, não sendo um produto funcional da socialização e regras sociais externas , nem simplesmente uma configuração aleatória de disposições naturais , representa a estruturação de disposições cultivadas na formação de uma matriz que dá certa consistência ou lógica às práticas e ações cotidianas. No modelo de ação social desenvolvido por Bourdieu, cultura e relações culturais têm uma autonomia relativa,

mas real, com relação às relações econômicas de produção e portanto as práticas culturais não são reduzidas a simples reflexos simbólicos das condições econômicas. Portanto, abre-se espaço para análises de diferenças entre diferentes classes sociais e mesmo espaço para diferenças culturais entre diferentes grupos dentro de uma mesma posição econômica de classe. E assim como relações econômicas expressam redes de poder, que podem ser quantificadas em capital econômico, relações culturais expressam os diferentes níveis de competências aprendidas, ou capital cultural. Mas, diferentemente do capital econômico, que pode ser adquirido instantaneamente, o capital cultural, afirma Lee, depende de investimento a longo prazo, principalmente em educação.

No presente trabalho sobre condomínios em São Carlos, e como os capítulos 4 sobre escolha e 5 sobre *status* vão indicar, aos muros, diferenciados de um grupo que pode comprar um espaço de segurança na sociedade, colocam-se marcadores internos (no caso, indicadores ainda mais exemplares de consumo conspícuo) que vão pressupor códigos para classificação de subgrupos intramuros (o que implica, evidentemente, no aprendizado de sinais para leitura destes códigos específicos de diferenciação).

A terceira questão diz respeito a estratégias de consumo adotadas. A análise de Bourdieu aponta para o fato de que os membros das profissões (especialmente médicos e advogados)) relativamente possuidores das duas formas de capital, econômico e cultural, mas pouco integrados na vida econômica para usar seu capital de uma forma ativa, investem na educação de suas crianças mas também e especialmente em práticas culturais que simbolizam a posse de meios econômicos e culturais e lhes permita manter um estilo-de-vida burguês, o qual lhe provê capital social, conexões sociais, respeitabilidade, itens que são com frequência, essenciais na conquista da confiança da alta sociedade e com ela, de uma clientela.

No caso de São Carlos, onde o Condomínio Parque Faber é o único que além de residências possui amplo centro de lazer com diversas quadras esportivas e piscinas, no geral, o pertencimento a ele acabou por se tornar um símbolo de sucesso pessoal e profissional, gerando ainda maior sucesso.

¹³ BOURDIEU, P. 1979. *Op. cit.* p. vi

Em questões propostas quanto ao fato de "morar lá" como sendo o espaço certo para se estar quando se é bem-sucedido, foi possível se notar certa ambivalência nas respostas quanto à necessidade de sigilo por questões de segurança e discrição e, ao mesmo tempo, certo desejo para, junto a moradores comuns da cidade, noticiar o fato. Trabalho sobre Alphaville¹⁴ afirma esse ponto, mencionando o dilema de moradores desejosos, de um lado, de ser o mais discreto possível e de outro lado, de indicar o quão especiais são morando num condomínio absolutamente particular e moradores em uma área nacionalmente invejável. O "usar a camiseta" do condomínio foi abordado nas entrevistas realizadas e diversos entrevistados mencionaram que morar num condomínio fechado implica na afirmação de se possuir uma posição econômica e social muito especial e como tal ser visto por vários outros setores da cidade, tendo vários entrevistados reclamado, por exemplo, dos preços sempre mais caros cobrados por consertos, quando se verifica que se trata de morador de um condomínio.

Uma outra estratégia de consumo observada foi a estratégia de "adiamento de recompensas". Esta estratégia mostrou-se aspecto relevante num esquema de análise de consumo dentro do condomínio. Ela se caracteriza por uma capacidade de subordinar desejos atuais, a desejos futuros, baseando-se na crença do aumento de probabilidades quanto à obtenção de satisfações futuras superiores que compensariam os sacrifícios do presente. "Desenhando" e tomando possível esta estratégia coloca-se com ênfase a família que vive as restrições de negociar com uma 'casa quase vazia', por exemplo, enquanto a casa acaba de ser construída e decorada externamente. Em satisfações imediatas *versus* satisfações esperadas está incluído um cômputo da probabilidade destas futuras satisfações que se acham inscritas no hoje¹⁵. Também aqui, acha-se o cômputo entre investimentos educacionais ou investimentos cosméticos atuais e as chances de lucro no futuro.

"... agora todos os meus colegas estão acostumados mas quando eu falo com alguém que eu não conheço ... [eles dizem] "nossa como você não estuda no Colégio São Carlos? No Sapiens? No Cecília Meireles? E tal... Porque não estuda, você é rico (...) então quando eu falo que estudo em escola pública e moro no Sabará é aquele olhar estranho assim prá mim, assim estranho mas não sei o que tem de estranho... Meu pai incentivou." (Adolescente morador em Condomínio)

¹⁴ ROMERO, A. **Alphaville: ilusão do paraíso**. São Paulo, 1987. Tese (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁵ BOURDIEU, P. 1979. *Op. Cit.*

" ... são pessoas polidas, educadas, a maioria dos adolescentes está fazendo faculdade ou cursinhos para faculdade e os menores que são de 10 ou 12 estão fazendo o Colégio São Carlos, quer dizer são escolas conceituadas... a maioria, acho que 80% são do Colégio São Carlos, é aquele sistema rígido, são crianças muito educadas" (Lojista do Shopping Center)

" eu tenho uma amiga minha que, é chato porque é amiga minha mas, a casa dela é vazia, não tem nada, só sofá, televisão, fogão, coisas assim, sabe ? ... lá na outra casa ela tinha de tudo mas aqui ela não tem [prá poder] terminar a casa... isso eu não me conformo, entendeu? " (Moradora em Condomínio)

" Você morar aqui porque acha que é um lugar seguro, OK, você tem condições, agora você se matar, fazer sacrifícios, só prá falar que você mora aqui ... é muito superficial... (...) acho [que é o caso] da maioria, porque tem gente que ... é gente 'normal' mesmo que vende tudo prá poder morar aqui; agora tem um cara muito cheio da grana, a casa dele é normalzinha, você olha e não fala nada da casa, e ele é totalmente (...) e é um dos que mais grana tem aqui dentro, agora o pessoal que veio do nada, que querem ... sei lá, impor alguma coisa aqui dentro ... "(Moradora em Condomínio)

Finalmente a última questão diz respeito à relação imbricada que existe entre atividades de consumo e processo educacional. Todos os entrevistados do Condomínio Parque Faber mencionaram que a existência do Shopping Center tão perto do condomínio para muitas famílias significaria uma extensão da área fechada do próprio condomínio que seria vista como área de lazer 'segura' para as crianças e adolescentes do condomínio. Entrevistas com profissionais do Shopping (2) confirmaram a existência de uma relação 'sólida' entre Shopping e condomínio :

Esta troca de Shopping e Parque Faber é muito grande. Acho que o Shopping veio muito a calhar para eles, o Shopping depende muito deles também.... existe esta cumplicidade entre o Shopping e o Condomínio o Shopping tá aí servindo muito bem ao Condomínio e o Condomínio com certeza ao shopping... as vezes lojistas que não sabem identificar o cliente ... entra o menino de 8, 10 anos na loja, ninguém dá nada por ele, entendeu? Ele vem e gosta disso, disso e disso mas você não sabe dar a atenção devida a ele... o que ele faz? Ele vê (...) e vai embora. Agora a minha loja está bem treinada em relação a isso: entra um menininho de 8, 10 anos, ele gosta? Toda a vendedora dá a atenção máxima prá ele. Por que? Porque ele vai voltar para casa dele ali no condomínio e vai falar tanto no ouvido da mãe e do pai, meia hora depois a mãe está aqui "ai minha filha passou aqui, gostou disso e disso..." pronto ! na hora às vezes o lojista, a vendedora não reconhece quem é a pessoa ... porque (...) deveria tratar todo mundo bem... "ah não, naquela loja não, não fui bem atendido mas nem vou falar nada", quer dizer os pais terminam não indo naquela loja porque a criança ... não é legal... então você trata bem esses adolescentes... nossa! eles te dão um retorno maravilhoso! Eu tenho muito cliente do Parque Faber que eu ganhei dessa forma... eles vinham, se sentiam bem dentro da loja, com atenção ... aí trazem os pais... um potencial enorme, são as crianças que passeiam no shopping durante o dia... tem potencial para gastar... agora se você não valoriza ele, ele não vai na sua loja (...) precisa olho clínico prá poder perceber...

“ ... as famílias realmente se sentem à vontade de deixar os filhos aqui no Shopping ... esta troca de favores, a gente realmente troca... é um cuidado que a gente tem com todas as crianças, é muito bom isso... é sadio eu acho ... eu aprendi muito com o pessoal do Parque. Faber em matéria de comunidade, de auto - favor, auto - preocupação, eu aprendi muito com eles, muito bom... muito bom mesmo... é esta relação que existe entre o Parque. Faber e o shopping, essa cumplicidade, eles preocupados com o shopping, de modo geral, e o shopping agradecendo que eles consumam bastante aqui “

O fato de que muitos naquele condomínio considerem 'natural' que a educação de seus filhos se dê nas alamedas do consumo dos Shopping Centres¹⁶ mais uma vez enfatiza que numa sociedade que cultua o 'ter', ensina-se aos jovens que o consumo é a forma mais elevada de satisfação pessoal¹⁷. Esse ambiente, ascético e impermeável a mudanças climáticas, intensos ruídos e odores seria perfeito para a formação de consumidores com as habilidades necessárias para produzir e reproduzir os códigos de uma visão consumista que favorece o possuir.

Entrevistas posteriores (com os mesmos ou diferentes entrevistados, moradores ou não em condomínios horizontais fechados) e mesmo outras perguntas durante a mesma entrevista e análise de desenvolvimentos urbanísticos posteriores indicaram que outras questões tais como status e representações estavam envolvidas na decisão de morar em condomínio horizontal (e, especificamente naquele), e estas questões serão objetos do Capítulo 5. Assim, a questão segurança embora justificativa real não pode ser tomada como a única e mais importante variável determinante de escolhas de moradia segregada e o Capítulo seguinte apresentará análise deste argumento e necessidade de sua matização. Praticamente todas as respostas listadas mencionaram educação das crianças e espaço para seu lazer, o que remete a questões sobre espaço e família a serem abordadas mais especificamente também no próximo capítulo. Mais particularmente, as respostas quanto ao porque da escolha de outro tipo de

¹⁶ FREITAS, R. Nas alamedas do consumo: os shopping centers como solução contemporânea de lazer nas cidades globalizadas. **Contacto**. Brasília/DF, Ano 1 no. 2, p. 127-138, 1999. Nesse artigo, o autor aborda a questão da existência dos Shopping Centres como solução contemporânea de lazer. Aqui se coloca também a questão da relação do papel educativo, baseado no 'efeito-demonstração', antigamente exercido pela praça. O que a discussão acima coloca são questões relacionadas às prioridades e valores assumidos pela sociedade atual. O moralmente justificável parece ser flexível o bastante para comportar aquilo que é passível de ganho financeiro: "Em nossa cultura (...) trocamos o respeito ao público pela subserviência à publicidade. Admirado não é o que dignifica, é o que dá lucro" (FREITAS, J., 'O inferno fora de nós', **Folha de São Paulo**, 02/05/1999).

¹⁷ LASCH, C. *op. cit.*

moradia que não condomínio horizontal, remeteram a questões ligadas a cidadania, que será o tema do Capítulo 6.

Capítulo 4

A ESCOLHA: AS QUESTÕES DE ESPAÇO, SEGURANÇA E FAMÍLIA

Este capítulo objetiva explorar questões implícitas na escolha de moradia fechada, relativizando o argumento segurança e explorando algumas questões associadas ao processo de reprodução social e 'família', que figuraram como os motivos mais levantados pelos entrevistados moradores em condomínios. Paralelamente, representações de outros grupos da cidade foram exploradas buscando indicar a diversidade de discursos existente sobre a realidade de segregação espacial, violência e cidadania.

Antes, porém, de proceder a dados específicos sobre a pesquisa penso ser necessário fazer algumas reflexões sobre a questão espaço.

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A QUESTÃO ESPAÇO

"Profecia agora envolve uma projeção geográfica mais do que histórica; é espaço e não tempo que nos oculta conseqüências" ¹

Dentre os diversos trabalhos brasileiros que assinalam a importância do estudo do espaço e sua influência na organização social, e vice-versa, importante citar 'Casa - Grande e Senzala' no qual Gilberto Freyre² mostra como o entendimento do espaço ocupado isto é as relações do 'morar' vão implicar num conhecimento mais profundo das características da vida social, do 'caráter' de uma sociedade. O emaranhado das relações sociais se revela na arquitetura : por ex. as cozinhas grandes e as vastas salas de jantar 'falam' da riqueza dos cheiros e do buliço dos visitantes e vão 'colorindo', enfim, o estudo do processo de sociabilidade então existente³.

¹ BERGER, J. *Apud* SOJA, E. **Postmodern Geographies** The reassertion of Space in Critical Social Theory. London: Verso. 1989, p.22.

² FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. 36ª ed.

³ Exemplo da articulação espaço – sociabilidade: " ... e esse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela, puxadas para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras; gineceu; copiar; senzala. (...) O estilo das casas-grandes (...) pode ter sido de empréstimo : sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da silva. Teve alma. Foi

Outro estudo marcante que indicou a importância da articulação do espaço arquitetônico e das características da vida social foi uma investigação sociológica sobre os processos de migração e adaptação na cidade de Brasília⁴, colocando particularmente a necessidade dos cientistas sociais em considerar de forma adequada a importância do meio e do equipamento físico como condicionantes do comportamento social e individual.

Considerando o caráter não - aleatório do desenho urbano e dentro da diversidade teórica e de análise existente coloca-se com centralidade o debate sobre a relação entre análise espacial e a estrutura social. Gottdiener⁵ apresenta uma análise detalhada do debate que, principalmente a partir dos anos 70, tem marcado os estudos urbanos: a análise urbana marxista, particularmente, tem-se desenvolvido mediante a interação intelectual de uma diversidade de perspectivas críticas, uma delas, a Teoria do Espaço (Henri Lefebvre), coloca questões relevantes para o presente trabalho de investigação.

Lefebvre propõe que a situação atual dos estudos urbanos deve considerar os usuários do espaço não somente em suas complexas articulações com as forças econômicas, políticas e culturais mas enquanto usuários da vida cotidiana, cuja dinâmica é regida pela própria cultura. Lefebvre define espaço como não podendo ser reduzido a apenas "uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade - ele representa uma multiplicidade de preocupações sócio-materiais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental"⁶

Espaço não é como um recipiente vazio dentro do qual qualquer coisa pode caber/acontecer⁷ mas pelo contrário, é um fenômeno sócio-temporal. Trabalhando na confluência de estudos de geografia, urbanismo e estudos sociais os trabalhos de Harvey ressaltaram a importância de estudos que analisem estes ângulos diversos e relacionados.

expressão sincera das necessidades, interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível". (FREYRE, G. *op. cit.* p. I xiii)

⁴ PASTORE, J. **Brasília: a cidade e o homem**. Uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

⁵ GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

⁶ LEFEBVRE H. *apud* GOTTDIENER, M. *op. cit.*, p. 127.

⁷ HARVEY, D. e HARAWAY, D. *op. cit.*

Assim, a importância de estudos espaciais em análises sociais tem sido já bastante indicada e a 'novidade' nos últimos anos são trabalhos que indicam como cada vez mais arquitetura e segurança, estão imbricadas⁸ e ressaltam ademais a importância de estudos micro, em arenas outras que não as de compra e venda diretas. Por isso, análises que contemplem o processo de consumo, geografia e arquitetura têm sido ressaltadas. Por entender necessário à compreensão da presente pesquisa sobre condomínios, anoto breve resenha de alguns textos importantes.

Diversos estudos , sob a égide de "Geografias de Consumo" abordam a necessidade de análises do processo de consumo serem mais empiricamente baseadas, isto é que sejam históricas e geograficamente contextualizadas, que reconheçam e explorem as ligações complexas que existem entre produção e consumo, enfim que reconheçam a emergência de novos locais e espaços de consumo⁹ . O estudo de Crewe e Lowe¹⁰ destaca importantes pontos nesse particular quando considera que questões de consumo e identidade colocam na agenda de pesquisa uma opacidade das fronteiras entre economia, cultura e geografia social. Na verdade, os autores dizem, esta junção questiona o simplismo de explicações macro e coloca em posição central as microgeografias de consumo emergentes, enfatizando que lugares, assim como pessoas, têm múltiplos significados e identidades. E, desta forma, é importante "reconhecer-se a necessidade de entender como processos socioculturais intersectam com processos econômicos materiais e moldam consumo" ¹¹ e como a confluência de mudanças econômicas e socioculturais tem resultado na emergência de novos espaços urbanos distintos.

Especificando ainda mais a questão de diferentes espaços e consumo, Pred ¹² afirma que o processo de consumo vai além de simplesmente comprar objetos, pois envolve seu conhecimento e uso real . Tal afirmação tem conseqüências com relação a

⁸ Artigo sobre as dimensões vigilância, paisagem e arquitetura, diz que "as táticas dos responsáveis pela segurança contribuíram para transformar o espaço moderno de maneira tão radical como os progressos da artilheria transformaram, no século 19, a arte das fortificações ". Arquitetura passou a fazer parte do modo de prevenção à delinquência, tornando-se instrumento de vigilância permanente ao invés de anunciar utopias. LANDEUR, P. Paysages sous surveillance. In: PICON-LEFEBVRE, V. (Org.) **Les espaces publics modernes**. Paris: Groupe Moniteur, 1997. pp. 177, 178.

⁹ JACKSON, P. e HOLBROOK, B. *op. cit.*

¹⁰ CREWE, L. e LOWE, M. *op. cit.*

¹¹ CREWE, L. e LOWE, M. *op. cit.* p.1878.

¹² PRED, A *op. cit.*

espaço pois uma geografia crítica de consumo, à qual ele se subscreve, dedica-se a outros espaços e comportamentos que não os de consumo direto. Consumo é entendido como um processo e como tal, segundo o autor, somente será efetivado no momento de uso e manipulação do objeto, envolvendo portanto análise de outros espaços tais como o ambiente doméstico e de grupos imediatamente relacionados que colocam determinado objeto em uso ou fazem emergir novos desejos e vontades.

Espaço não é apenas o cenário para acontecimentos sócio-históricos relevantes mas um importante produto na determinação daquela mesma ação:

"[espaço] não é meramente uma arena *na qual* a vida social ocorre mas um meio *através* do qual a vida social é produzida e reproduzida. (...) Todos os espaços contêm histórias / histórias e precisam ser reconhecidos como o local de uma luta constante com relação a significados e valores " ¹³

Assim, o próprio consumidor é, de certa forma, um objeto produzido. Na mesma obra, o autor insiste em que estudos convencionais, dentro de ciências sociais, economia, geografia por exemplo, têm se atido a análise de espaço apenas enquanto uma consequência de estudos macros. Porém, cada vez mais estes estudos mostram-se obsoletos e a nova realidade espacial urge por pesquisas complexas da realidade de microespaços:

Um trabalho marcante na literatura brasileira sobre segregação habitacional é o de Caldeira¹⁴ que, tomando o caso de São Paulo, procura especificar padrões espaciais de segregação social e de como estas novas formas de segregação espacial transformam a cidade e provocam mudanças no cotidiano de seus habitantes. A autora descreve como "edifícios de apartamentos arranha-céus, condomínios fechados, complexos de escritórios e shopping centers constituem o centro de um novo código que organiza e expressa segregação, discriminação social e distinção".¹⁵ Em todos esses casos o objetivo último é a busca por segurança: grades, muros, tecnologias de vigilância e restrições de acesso. A cidade se transforma pelas estratégias de segurança adotadas por seus habitantes. ¹⁶

¹³ GREGORY *apud* JARVIS, B. **Postmodern cartographies** the geographical imagination in contemporary American culture. London: Pluto Press, 1998.p. 7.

¹⁴ CALDEIRA, T. *op. cit.* p.264.

¹⁵ *id. ibid.*

¹⁶ *id. ibid.* p. 275.

Contudo, a autora argumenta que essas estratégias de segurança ao mesmo tempo em que respondem ao medo, ironicamente, o intensificam, ao mesmo tempo em que protegem, intimidam, e desnudam as idéias de que todos são acolhidos de forma igual.

Indivíduos não se movem no espaço social de uma forma aleatória, parcialmente, porque eles estão sujeitos a forças que estruturam estes espaços e assim a distribuição das pessoas no espaço nunca é simplesmente acidental. Bourdieu¹⁷ vai especificar as classes médias, particularmente frações dessas classes que se localizam na estrutura social de forma ambígua e cujas trajetórias são extremamente dispersas. Para ele o processo de distribuição espacial, não sendo socialmente neutro, termina por ter um caráter extremamente importante numa análise sobre estilos-de-vida e hierarquias sociais.

4.2 A ESCOLHA POR CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS FECHADOS

TABELA 1 - Respostas que moradores em condomínios residenciais horizontais fechados entrevistados (total: 14) deram quanto à escolha de moradia

<u>No. de Respondentes</u>	<u>Justificativas para a escolha</u>
7	Qualidade de vida, principalmente para as crianças
2	Formas de pagamento acessíveis (parcelamento e 'bônus')
5	Sempre quis morar numa casa e condom. oferece segurança /única opção segura para quem gosta de casa térrea
2	Foi aleatório
1	Segurança e separação do filho adolescente dos antigos amigos
1	Segurança e porque família gostou da proposta da casa (moravam numa cidade grande e já sofreram assalto lá)
1	Silêncio e tranquilidade com Segurança porque marido já foi vítima de violência
1	Silêncio e tranquilidade
1	Marido trabalha em construção e ficou sabendo
1	Segurança e limpeza

(Alguns moradores apresentaram mais de uma justificativa)

¹⁷ BOURDIEU, P. 1979. *Op. cit.*

TABELA 2 - Respostas que moradores em outros bairros da cidade entrevistados (total: 8) deram quando perguntados se gostariam de morar em condomínios residenciais horizontais fechados e justificativa.

SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
1		Só não moro por questões de preço para aquisição de casa lá
	3	Por questões de isolamento social e educação das crianças
	2	Por que acho importante hábitos de rua, de casa comum
	3	Por questões de controle e ausência de privacidade

(Um entrevistado deu mais de uma justificativa)

As tabelas acima referem-se a dados das entrevistas qualitativas realizadas com moradores em condomínios residenciais horizontais e moradores de outros bairros da cidade sobre a questão de escolha de moradia em condomínio horizontal fechado.

No caso da questão segurança embora justificativa real, não pode ser tomada como a única e mais importante variável determinante de escolhas de moradia segregada. E, mesmo a ela são associados significados diferentes, sendo necessária, portanto, sua matização (item 4.3). Praticamente todos os entrevistados mencionaram educação das crianças e espaço para seu lazer, o que remete a questões sobre família / educação. (item 4.4)

Entrevistas posteriores (com os mesmos ou diferentes entrevistados, moradores ou não em condomínios horizontais fechados) e mesmo outras perguntas durante a mesma entrevista e análise de desenvolvimentos urbanísticos posteriores indicaram que outras questões tais como status e representações estavam envolvidas na decisão de morar em condomínio horizontal (e, especificamente naquele), e estas questões serão objeto do Capítulo 5.

Adicionalmente, as respostas quanto ao porque da escolha de outro tipo de moradia que não condomínio horizontal, remeteram também a questões ligadas a cidadania, que será o tema do Capítulo 6.

4.3 "DESMISTIFICANDO" O ARGUMENTO SEGURANÇA - REAL MAS APENAS PARCIALMENTE RESPONSÁVEL PELA ESCOLHA POR ISOLAMENTO HABITACIONAL

O segurança me pediu o crachá
Eu disse: "Nada de crachá, meu chapa
Eu sou um escrachado, um extra achado
Num galpão abandonado, nada de crachá

Sei que o senhor é pago prá suspeitar
Mas eu estou acima de qualquer suspeita
Em meu planeta, todo povo me respeita
Sou tratado assim como um paxá

Essa aparência
De um mero vagabundo é mera coincidência
Deve-se ao fato
De eu ter vindo ao seu mundo com a incumbência
De andar a terra
Saber por que o amor, saber por que a guerra
Olhar a cara
Da pessoa comum e da pessoa rara

Um dia rico, um dia pobre, um dia no poder
Um dia cancelar, um dia sem comer
Coincidiu de hoje ser meu dia de mendigo
Meu amigo, se eu quisesse, eu entraria sem você me ver.

Extra 2 (O Rock da Segurança) Gilberto Gil, 1984

O argumento segurança é, sem dúvida, importante na escolha por moradia. Contudo, a análise será extremamente pobre se nos ativermos somente a ele ao procurarmos explicar a realidade de segregação espacial das cidades médias¹⁸. Segurança adquiriu o 'status' de argumento capaz de justificar tudo, não se discutindo por exemplo, situações quando o que está em jogo é o questionamento de direitos históricos, como por exemplo, o direito de ir e vir ou a questão dos diferentes significados de barreiras (muros e grades e o aparato de segurança que envolvem) no processo de relações sociais entre os habitantes, em geral. Existe uma certa naturalidade expressa num sentimento de "não-necessidade" de debates quanto a justificativas de atitudes de fechamento ou vigilância.

¹⁸ Assim como também é reduzido restringir-se análise pela escolha por condomínios a uma mera cópia das cidades grandes, com razões como tráfego, poluição explicando a escolha. No caso de cidades menores, o quesito distância, longos engarrafamentos de trânsito, não ocorrem no mesmo nível. E, quanto ao argumento 'ecológico' isto é moradia junto do verde, não se coloca da mesma forma que uma cidade grande e extremamente poluída porque a alternativa sítio é ainda bastante viável e o verde é predominante ao redor e bastante próximo à cidade e suas ruas.

"... e aí eu perguntava assim "e por que vocês. moram isolados assim? "ah, é pela segurança " e aí eu me pergunto e será que São Carlos é uma cidade tão perigosa assim que precisa de tanta segurança? (Professora de Esportes em Condomínio)

Segurança transformou-se numa espécie de palavra mágica, sempre adequada, que não demandaria explicações. Apesar de ser uma justificativa real, o argumento segurança necessita ser relativizado e de certa forma desmistificado. Apesar dos temas segurança/ violência serem bastante preocupantes na vida de cada um dos cidadãos da coletividade, os discursos que interpretam essa realidade são variados. É contenção desta investigação que estes temas, aliados ao tema de segregação espacial, necessitam de reflexão e diálogo, ao invés de apenas respostas tecnológicas.

Embutido num investimento em segurança, existem também, e com ênfase, considerações estéticas e de status: " A estética da cidade tem se transformado numa linguagem dominante. (...) [os residentes da cidade] estão transformando suas casas em prisões mas suas prisões são declarações de sua posição social. Nenhum outro elemento do repertório da segregação - segurança deixa isso mais claro do que os condomínios fechados"¹⁹ e a publicidade revela a preocupação de deixar esta relação manifesta. A questão de *status* será discutida mais profundamente no próximo capítulo. Neste momento o que se deseja é indicar que sentimentos de insegurança, medo e, ironicamente, certo desejo de exibicionismo são explorados como questões que merecem apenas respostas técnicas que implicam aumento de consumo.

A questão segurança aparece como elemento de valorização imobiliária e terminou por criar uma grande indústria composta por um intrincado complexo de vigilância, sistemas de alarme sofisticados, blindagem.²⁰

O questionamento sobre o crescimento enorme do setor foi mencionado por um dos entrevistados:

"... blindados... milícias privadas ... é o lado do crime que compensa ... a gente, cidadão comum, começa até a duvidar ... 'será que querem mesmo erradicar o crime?' Olhe, o 'lobby dos fabricantes de armas, fabricantes de equipamentos de

¹⁹ CALDEIRA, T. *op. cit.* p. 288.

²⁰ ROMERO, A *op. cit.*

segurança, identificação, propriedade das polícias privadas, é um efeito tão perverso do crime, gera emprego ... " (Promotor Público de Habitação de Ribeirão Preto)

Outro aspecto ressaltado é o do crescimento da Segurança Privada²¹. Os dados de ausência de policiamento se repetem tornando a questão de segurança privada um tema recorrente. O jornal *Folha de São Paulo* (24/08/2000) traz em manchete no Caderno Ribeirão que de uma forma geral, o efetivo da Polícia Militar é, em média, de um soldado para cada grupo de 300 habitantes. Porém, considerando o município de São Carlos, verifica que ele conta com um policial para cada grupo de 989 habitantes.

O movimento voraz de consumo de segurança privada provoca diversas questões. Uma das mais recentes é a discussão da adoção de guarda própria com funcionários do condomínio como alternativa mais econômica do que a terceirização²². Estas medidas trazem preocupações associadas à regulamentação desses trabalhadores, treinamento especial, abordagens de segurança, porte de arma e relacionamento entre moradores e seguranças.

Diversos autores ressaltam ao lado de questões de consumo de segurança privada, o empobrecimento dos espaços públicos.

"... observa-se uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único e abrangente esforço de segurança.²³

Segundo o autor, esta fusão marca uma época e tem conseqüências profundas e de longo prazo para as relações sociais do meio construído, sendo duas as conseqüências mais importantes: a provisão do mercado de "segurança" que gera sua própria demanda paranóica, com um conseqüente movimento por constante renovação e sofisticação tecnológica; e a generalização de um sentimento de pânico moral que reforça e justifica o "apartheid" urbano:

"Os pseudo- espaços públicos para consumidores ricos de nossos dias - suntuosos shoppings, centros de escritórios, acrópoles culturais, e assim

²¹ ROMERO, A *id. ibid.* citando o Jornal de Alphaville, ano XIV, março/91 observa que " Alphaville conta com um vigilante para cada 25 habitantes, o que é extraordinário se comparado, com os índices divulgados como certos do policiamento preventivo em bairros paulistas: um policial para cada 1.900 habitantes", p.165.

²² Ver Guarda própria é alternativa econômica, **Folha de São Paulo**, 17/05/01. Caderno Ribeirão.

²³ DAVIS, M. *op.cit.* p.206.

sucessivamente - estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do "Outro" da sub-classe".²⁴

[Pergunta : muitos dizem que o Shopping Center é um centro de lazer/convivência para jovens de modo geral... o que o Sr. acha disso ?] " *Hoje a falta de espaço para entretenimento²⁵, ou mesmo a prática esportiva leva o jovem a procurar opções. Mas ali, é para jovens de classe média, classe alta. O pessoal de classe média ... dos bairros, eu percebo que eles vão menos ... tem ônibus, linhas de todos os pontos da cidade ... mas o que ocorre é o seguinte, primeiro é uma sociedade de consumo e você ir para o shopping com poucos reais no bolso, comer um kibon e tomar uma coca-cola, eles se sentem deslocados, esporadicamente ele vai lá passear, olhar vitrine mas ele não vai gostar de ir lá sempre para fazer isso, ele quer consumir alguma coisa e aí a classe pobre fica na verdade um pouco afastada, que é a questão de poder aquisitivo. Ela não tem dinheiro para ela gastar, de ir lá sempre para fazer isso, então ela vai menos que a classe média. A gente observa até pela forma de se vestir , são jovens desta camada social." (Vereador de São Carlos, grifos meus)*

Graham²⁶ em artigo sobre utilização de tecnologias de simulação, qual seja, reconhecimento digitais de características, para vigilância de espaços, coloca que um grande objetivo atual é o de classificar indivíduos em espaços e tempos (horários) aos quais eles pertencem - e isto é bastante preocupante: " ... vigilância automática e sistemas disciplinares significam que o complexo cálculo moral de policiamento é reduzido a uma fórmula matemática. Não há discussão, negociação, compaixão ou empatia"²⁷

Vive-se atualmente o que o autor denomina, "the fortress impulse", com a emergência de celas fortificadas, ligando o valor de propriedade a segurança, o que conduz a um processo socialmente divisivo, um processo de justificação que existe subjacente ao que se diz ser o ideal de espaço público urbano. Assim, inclusão e exclusão seriam dois termos, de certa forma, definidos por critérios consumistas.

Em seu trabalho, o autor²⁸ descreve tecnologias empregadas na Grã-Bretanha mas a preocupação surge mesmo para realidades menos sofisticadas. Por exemplo, entre os entrevistados, dois respondentes mencionaram ter o hábito de, durante o fim-de-semana, visitar partes da cidade, ver coisas novas construídas e em uma ocasião terem

²⁴ DAVIS, M *id. ibid*, p.207.

²⁵ A falta de opções de lazer gratuitas principalmente para jovens é uma realidade em diversas cidades. Por exemplo, conversamos com o Prefeito de Itacaré sobre a inexistência de cinema na cidade. Ele explicou que a proliferação de vídeos, sendo mais cômodos, acabou ofuscando a necessidade de cinemas.

²⁶ GRAHAM, S. Spaces of surveillant simulation: new technologies, digital representations and material geographies. *Environment and Planning D*, vol. 16, pp. 483-504, 1998.

²⁷ NORRIS *apud* GRAHAM, S. *Id. ibid*. p. 492.

sido barrados, apesar de apresentarem documentos, trabalharem e pagarem impostos, como disseram, o que fez surgirem questões sobre critérios, igualdade/desigualdade, diálogo e cidadania.

[Pergunta: você já tentou entrar no Parque Faber ?] " ... A gente não entrou mais no Faber porque não deixam. Não é como passear na cidade, andar aonde a gente quer. A gente tem este costume, Meu marido fala ... "olha, o prefeito abriu uma rua não sei aonde ... e aí ele leva todos nós [esposa e três filhos pequenos] prá ver. Então abriu aqui esta avenida que dá para o shopping e nós fomos todos passear na avenida. Sabe assim? Mas não se pode passear no Faber. [Pergunta: isto te chateia ?] Não sei se me chateia. Acho que não. Acho que no dia em que nós fomos e que a gente viu que não podia entrar, me chateou. No momento me chateou. "Putá merda, não pode entrar? " Mas, vá, eles compraram a terra, é um direito deles, cercaram, fazem o que eles querem. É uma coisa bem assim. Mas eu acho ... é lógico que a gente gostaria de poder passear lá, porque não? Não é ? Tem casa nova ... é gostoso v. ver coisa bonita. " Olha , aquela casa foi pintada não sei de que cor... vamos ver ..."Acho que existe uma curiosidade . "O que é que tem lá dentro que eu não posso ver?" né? Uma curiosidade.(...) . "Caramba, porque eu não posso ir lá ? " O que será que tem? "Eu sei o que tem lá porque já entrei mas quem nunca entrou acho que fica com essa coisa. Agora realmente a gente já foi e eu já tentei e não deixaram entrar . (...) Não poder entrar, "o que eu tenho? " O dinheiro traz um certo conforto, um certo poder. V. sabe que tem. Eu acho que a ofensa vai do tamanho da tua condição sócio-econômica. Por ex. eu vou lá e não posso entrar, mas eu tenho condições de ter tudo o que eles têm, sabe assim? Eu acho que é por aí. Eu acho que é mais ofensivo para quem não pode ter tudo aquilo". (Moradora em bairro "aberto")

Comentando o caso do Jardim Canadá em Ribeirão Preto e sobre a questão do direito de ir e vir outra entrevistada opinou:

" É que nem o Condomínio Faber, né? Quando eu estava passeando com minha filha, há uns 2 meses atrás, eu quis entrar, num domingo e não me deixaram entrar. Então era caso de v. até ir a Justiça e v. ganha mesmo, até uma indenização ... Porque mesmo não morando lá, eu poderia entrar, eles pegariam meu documento ... eu não entraria assim, sem mais nem menos, eu passei pelo guarda, eles pegariam meu documento, se ele não quer que eu entre com o carro, deixo o carro ali, eu entraria a pé, tudo bem. Agora chegar lá e falar que não pode entrar, isto não pode mesmo, é anticonstitucional, é proibido por lei mesmo ... Se eu fosse uma advogada ... Se existe lei é errada. É uma lei que eles fizeram entre eles lá mas não é uma Lei Federal. (...) estou me identificando , mostrando documento. Eles tinham obrigação de deixar eu entrar. Eu não vou gastar dinheiro com advogado, eu teria direito de chegar lá e pedir uma indenização por danos morais, entendeu? Porque eu sou uma pessoa da cidade , que vive aqui há 25 anos e o cara fazer uma negócio destes, é uma discriminação. (...) O que ele está pensando que eu vou fazer lá dentro? [Pergunta: agora, se você morasse lá dentro, te incomodaria este negócio?] Acho que me incomodaria sim, sabe por que ? Eu acho assim, que às vezes pode chegar uma pessoa conhecida minha e sabe só meu primeiro nome, sabe que eu moro ali ... então eu acho assim (...) a pessoa deveria ver o documento da pessoa, segurar o RG da pessoa enquanto ela está lá

²⁸ Id. *ibid.*

dentro, entendeu? Acho que ... dizer v. só vai poder entrar se for à pé, acho que um ladrão não vai entrar a pé lá dentro (...) V. tem que tomar um certo cuidado (...) agora, não sei, achei muita discriminação, um exagero. V. tem que ter uma certa segurança mas o exagero Se eu fosse advogada em vez de ser engenheira, eu poderia entrar com uma ação de indenização ... me impedir ao invés de conversar comigo, não é certo... " (Moradora de bairro "aberto")

Um terceiro respondente colocou a questão da humilhação da suspeita e do medo gerado por situações onde a classificação rápida por aparências e ausência de diálogo é um dado comum e considerado trivial :

" ... você vê o meu filho? Quando ele era menor, ele foi abordado umas 3 vezes aqui no bairro porque ele é mais moreno ... o avô é negro, a minha filha é da minha cor (...) eu falava... nunca ande sem camisa na rua, quando for andar de bicicleta vista a melhor roupa, porque v. fica com medo se vai dar tempo ou não de explicar que ele não é do Centenário ... [bairro pobre da cidade, vizinho ao bairro do entrevistado] v. tem que dialogar com seu filho, explicando que ... a sociedade é assim (...) eu fico tão indignado, eu sofro muito, porque v. sente que isso dói muito, eu me coloco no lugar dessas pessoas facilmente porque é uma dor muito grande... " (Morador de bairro "aberto", grifo meu)

Os esquemas classificatórios utilizados são, no geral, apenas sistemas simbólicos. Mas são também formas agressivas de manifestar a existência da oposição "nós-outros". No caso de barreiras físicas, elas trazem à tona abruptamente a existência de um esquema classificatório "nós - cidadãos" e "os outros - suspeitos", os diferentes, aqueles que não detêm as regras do ambiente cercado²⁹.

Outra entrevistada, colocou assim a questão da crescente sofisticação tecnológica que parece não incluir discussões quanto à efetividade e consequências políticas das decisões tomadas:

" ... era uma reunião de condomínio e estava-se discutindo colocar mais um portão na garagem, para proteção... e também uma câmera (circuito fechado) ... aí eu

²⁹ O seguinte trecho, publicado em uma revista de circulação nacional, registra o sentimento de classificação sem diálogo e exclusão em espaços fechados: " Ontem eu dei um rolê sabia? Passei em frente ao shopping Morumbi, sabe, Pai, eu decidi boicotar aquele shopping pois, toda vez que eu ia lá com algum amigo, os seguranças ficavam nos seguindo, era KSL prum lado, era KSL pro outro, e a gente não podia nem comer um lanche em paz, uma vez seguiram a gente na maior cara-de-pau, até chegarmos no ponto da lotação, o senhor sempre falou pra mim ter paciência com esse tipo d situação, mas às vezes dói, Pai, às vezes machuca ser considerado diferente de todo mundo, ser classificado e separado pela merda de umas classes que eu nem sei quem inventou, o pior é ver no estacionamento do mercado do mesmo shopping uma fila de carros importados, não tinha um nacional, e meu parceiro falou que, se a gente tivesse parado o Opala lá, eles levariam lá pro estacionamento de cima, que nem pagando o carro fica ali na frente, então, puta-que-la-merda, eu num compactuo mais com isso, num piso mais nesse lixo de luxo". FERREZ. Não Leia (Assunto de Família). **Caros Amigos**. São Paulo. Ano V, no. 51. p.22, Junho 2001.

falei que aquele tipo de portão, na prisão, é chamado de "gaiola" e perguntei porque a gente não se mudava todos para uma prisão, que já tem tudo isso e fica mais barato..." (advogada - Entrevistas Preliminares)

Perguntado sobre trabalho da Empresa de Segurança com relação a questões de portaria, entrevistado respondeu:

" Os moradores exigem controle muito rígido ... é difícil mesmo ... já tivemos até problemas numa época com a Justiça porque ia oficial da Justiça lá, queria entrar de uma forma que não era ... sabe como é autoridade né ? ... Justiça pode entrar? Pode , mas desde que tenha um mandato e uma comissão preparada para isso daí ... a Segurança lá é tanta que ...(...) eles pagam por esta segurança, então a portaria tem que ter alguns critérios, é claro que nós nunca vamos estar passando por cima da legislação (...) os condôminos querem maior rigidez no controle da portaria (inclusive no caso dos próprios familiares visitantes) na questão de segurança.) A empresa hoje vai fazer tudo que o cliente quer e tudo o que o cliente solicita que nós façamos, estará lá num fluxograma que o cliente assina conosco." (Gerente da Empresa de Segurança mais tradicional da cidade e responsável pela segurança de diversos condomínios da cidade, grifos meus)

O binômio "segurança – violência" é entendido como questão meramente técnica a ser enfrentada com a adoção de tecnologia e equipamentos cada vez mais sofisticados. Prolifera a indústria da segurança. Muros, cameras, vídeo, sensores, blindados, num crescendo de sofisticação que, enquanto medidas tecnológicas não têm, em princípio, limite. Mas, sua eficácia é questionada.

" ... não é o muro que vai impedir que o assaltante tenha acesso ao objeto de seu desejo. O muro é pouco para impedir e ele cria outras formas para burlar o muro por exemplo dominar o proprietário no instante em que ele entra ... e isto, o furto nestas condições, significa violência à pessoa porque ele para conseguir ingressar na propriedade precisa dominar a pessoa, o proprietário que está lá fora. Então, o muro vai provocar a criação de novas " técnicas " de assalto, extorsão, seqüestro, roubo, latrocínio. O muro só vai provocar uma reação mais violenta, mais forte do assaltante. (...) Num primeiro momento há a sensação de que ele resolve esta situação de violência mas se você aprofundar mais um pouco esta investigação, você vai perceber que ele muda o tipo de violência, e às vezes a potencializa. Não é solução. " (Promotor Público de Habitação da cidade de Ribeirão Preto)

" Eu já soube de um caso de um caminhão que entrou no [Condomínio] Sabará, carregou todos os móveis e saiu, não entrou uma pessoa pela janela, foi um caminhão. Então por mais moderno que sejam os esquemas de segurança, o crime também, tem formas. Eles acabam com qualquer sistema de alarme" (Moradora de bairro "aberto")

Recente episódio num prédio de apartamentos de altíssimo luxo em São Paulo, capital, colocou também diversas questões, reforçando a discussão sobre a eficiência de sistemas tecnológicos sofisticadíssimos contra criminosos profissionais: " Assaltantes fizeram um arrastão em um prédio de luxo cercado de câmeras, sensores de presença e

seguranças, em São Paulo. (...)No prédio de 28 apartamentos a US\$ 2 milhões cada (...) moram empresários, executivos de bancos e profissionais liberais que pagam cerca de R\$ 4.000 por mês de condomínio para custeio, entre outras coisas, de segurança particular. (...) O local é vigiado por dez câmeras externas de TV, que filmam até as ruas ao redor, há seguranças internos (...) sensores nos muros de 2 mts de altura e vidros à prova de bala nas duas portarias. No entanto, todo esse aparato foi incapaz de impedir que os ladrões invadissem 15 apartamentos na madrugada. (...)[O edifício.] está em uma das regiões mais valorizadas de São Paulo, próximo da avenida Paulista. A área útil de cada apartamento é de mil m². (...) O bando trazia radiocomunicadores e até maçarico para, se preciso, arrombar cofres. (...) A quadrilha recolheu jóias, relógios, cheques, dólares, telefones celulares e outros objetos de valor. (...) Apenas três [dos moradores assaltados], um por meio de seguranças, registrou queixa do assalto."³⁰

Duas questões podem ser enfatizadas no texto do jornal. A primeira refere-se a questões ligadas a valorização imobiliária e a segunda diz respeito à escalada de sofisticação tecnológica, já mencionada anteriormente.

No que se refere à primeira questão, causou estranheza a pequena comunicação de queixas por parte dos moradores assaltados pois este não é um comportamento esperado nem mesmo o silêncio de vítimas. Uma possível explicação poderia ser encontrada em artigo publicado em 1998 sobre condomínios-fortalezas onde se descreve a situação de segurança nos condomínios de Alphaville, Tamboré e Aldeia da Serra: " os moradores [destes condomínios] sempre preferiram manter o máximo de discrição quando o assunto era violência e falta de segurança, receosos de ver suas propriedades desvalorizadas. Agora é comum encontrar residentes dispostos a botar a boca no mundo. (...) Essa talvez seja a principal mudança de comportamento observada nos últimos anos."³¹ O silêncio necessário para impedir a desvalorização imobiliária, nestes e em outros casos semelhantes, coloca questões quanto ao número real de crimes cometidos apesar dos gastos em equipamentos de segurança sofisticados e, trazem ainda mais indagações quanto à sua vulnerabilidade.

³⁰ Bando assalta prédio de U\$56 mi em SP. Sofisticado sistema de proteção não impede arrastão em 15 apartamentos de alto luxo nos Jardins. *Folha de São Paulo*, 29/07/2000. (grifos meus)

³¹ Reportagem "O medo chega às fortalezas", VEJA São Paulo, 28/10/1998.

Outro aspecto, mencionado por alguns dos especialistas entrevistados, que também questiona a vulnerabilidade dos sistemas de segurança, os números reais de crimes e que, além disso, implica em questões sociais e jurídicas mais amplas:

" Dentro destes chamados condomínios, você tem uma certa criminalidade que não extrapola... não vem para fora, ao conhecimento público. Que criminalidade é esta? Ouve-se falar ... por exemplo naquela região de Alphaville (...) dos residenciais ali existentes. Você tem uma criminalidade de menores que dirigem carros sem habilitação, menores de 18 anos, não podem ter habilitação e dirigem os carros dos pais . Os pais permitem. Interessante porque lá dentro parece que não existe lei, a lei é a lei dos moradores. Os pais concordam que os filhos dirijam, eles já começam a praticar esse tipo de infração, violação à lei. Inclusive à lei penal. Por outro lado, esses menores acabam atropelando outros menores ou adultos lá dentro, e esta situação fica abafada. Ela não extrapola. Quem mora lá dentro sabe dessas irregularidades. Outro aspecto é uma certa criminalidade relacionada a tráfico de drogas. Há alguns menores, nesses condomínios, nesses residenciais que consomem drogas e acabam praticando pequenos furtos nas residências. Para custear o consumo daquelas drogas. Então, esse é um elemento que não vaza. As viaturas da Polícia Militar não ingressam ... acabam não ingressando porque eles criam certas dificuldades prá Polícia ir até esse local. Os moradores, acabam ... como se fosse um código de ética, eles não chamam a polícia prá isso ... eles acabam resolvendo entre eles. Então é uma criminalidade contida ali. Você tem um aspecto que é um Direito paralelo. São normas jurídicas paralelas" .

" eu fui ao Condomínio aqui em São Carlos na semana passada e uma senhora me relatou que ... o filho da vizinha entrou na casa dela e fez uma limpeza enorme, é muito seguro, os pais fora ... contavam isto até para dizer do perdão, que procuraram entender a coisa ... mas assim ... se fosse um de fora seria um bandido perigoso, o filho da vizinha que mora dentro do parque residencial eles conseguiram até administrar a coisa a nível de perdão, de compreensão ... "

Enfrentando a segunda questão posta, quanto à crescente sofisticação tecnológica, é importante ressaltar o dado obtido nas entrevistas de que os próprios moradores são, em última análise, os responsáveis pelo desenvolvimento destas técnicas e equipamentos: como disse o responsável por segurança entrevistado já mencionado **"a empresa vai fazer tudo o que o cliente quer que faça ..."** . Moradora de condomínio fechado quando entrevistada numa segunda visita, manifestava insatisfação (ou, no mínimo, interrogação) com relação ao futuro desenrolar dos fatos em razão da troca de empresa de segurança para controle da portaria, da utilização de cercas eletrificadas e se indagava " e, se amanhã, em reunião de condomínio, se votar por policiais andarem armados ? "

Esta parece ser uma preocupação bastante pertinente quando se considera o processo fechado em que decisões das Associações de Moradores podem vir a ser tomadas:

" nas eleições faz uma chapa e essas pessoas da chapa que ganhou é que se reúnem prá conversar sobre os problemas. Depois eles mandam as malas diretas prá gente, prá saber o que foi discutido, e se tiver algum que esteja a favor ou contra o que foi determinado pode deixar o parecer lá na guarita. Mas a gente não é convidado prá reunião, só realmente quem administra o condomínio , (a diretoria) ... agora se você tiver alguma coisa a declarar você pode escrever prá diretoria e dar o seu parecer" (Morador em Condomínio)

" Não participo de reuniões de condomínio. Tinha um regulamento. Só que quando começou a vir um monte de gente começou a dar um pouco de problema nestas regras e resolveram re-estudar e fazer um outro. Chegou a ter algumas reuniões mas não foi muito legal, Tinha umas pessoas que queriam dominar um pouco. Pessoas sem educação. Eu não fui mais. Aí eu não quis mais participar. Mas tem uma diretoria (...) Eu não sinto tantos problemas não. A situação de um condomínio é meio complicada." (Moradora em Condomínio)

" A Incorporadora queria garantir um padrão aqui dentro. (...) Então eles determinaram uma série de regras e eles tomaram conta – a gente pura e simplesmente comprava e se submetia. Quando a coisa já estava implantada, eles tinham garantido aquele mínimo que eles queriam. (...) Se retiraram, antes nomearam 6 conselheiros que hoje são 6 proprietários para compor o Conselho. Mas, a qualquer tempo se alguém criar qualquer problema eles podem simplesmente assumir. Este Conselho de 6 nomeia a Diretoria de 3 pessoas: 1 Diretor Superintendente, 1 Diretor Financeiro e 1 Secretário. E estes são os que definitivamente tem que tocar e que prestam contas ao Conselho. E o Conselho é vitalício. A não ser que o cara seja retirado pelos sócios fundadores natos. Eu tinha um amigo que era advogado e que leu isto daqui e disse "este contrato que você assinou é leonino" (...) Não é uma sociedade democrática que as pessoas votam... muito pelo contrário... (Moradora em Condomínio)

Por outro lado, em entrevistas na "Casa Aberta"(entidade que trabalha com menores de rua), "Educandário de São Carlos" (que trabalha com crianças e adolescentes de bairros mais carentes da cidade) e "Projeto Liberdade Assistida" (que trabalha com adolescentes infratores os quais, como o nome do projeto diz, trabalham em regime de liberdade assistida) pode ser verificada outra postura. Os técnicos entrevistados concordavam que tão importante quanto os números de estatísticas de criminalidade é a atitude de preconceito revelada pela maioria da população que propõe a separação (via criação de guetos) ao invés de esquemas mais participativos. Confirmaram que os adolescentes se ressentem das diversas barreiras de suspeita levantadas por sistemas classificatórios *a priori*.

O conflito entre individualismo versus comprometimento com a comunidade foi detidamente abordado por um entrevistado que possui uma visão privilegiada, em razão de anos de trabalho no município com menores carentes e recuperação de menores infratores : ³²

" A gente sente que a tendência natural é achar que fechar-se é a melhor solução porque passa-se sempre a idéia de que a coisa está piorando. Bom ... as coisas se contradizem . Quando eu tenho uma estatística por exemplo no caso do adolescente que a Polícia Militar me apresenta, de que de 1999 para 2000 houve uma diminuição de 50% no número de ocorrências envolvendo adolescentes ... Você tem 50% a menos de adolescentes envolvidos, eu imagino que nós vamos ter um número parecido a menos , daqui a pouco, no número de adultos, não é ? Eu estou prevenindo aqui na base. Então a situação, ela está melhorando, numa ordem proporcionalmente inversa ao agravamento da situação econômica, dos problemas sociais de um modo geral . Então, acho que é uma coisa muito positiva. Agora a gente não sente um reflexo desse positivo na situação. O pessoal está cada vez se armando mais, cada vez criando sistemas de ... procurar se defender, se proteger. Então, os sistemas vão se tornando sempre mais sofisticados ..."

" Os dados hoje , em relação ao adolescente... eles são infinitamente menos graves do que aquilo que é jogado na sociedade pelos meios de comunicação. Então o que acontece? Se eu sei que o problema é pequeno ou é menos grave do que eu imagino, eu talvez me disponha mais facilmente a ajudar a resolver, a tentar buscar solução e não simplesmente a me fechar e defender a minha parte. Então eu acho assim, a sociedade está sendo estimulada erroneamente para uma coisa que não vai solucionar e que pelo contrário vai agravar a situação ... "

" Muitas das pessoas que hoje se separam é por esta questão de... a coletividade vai reforçando, a sociedade vai 'batendo' nesta questão da segurança, criando um medo e as pessoas acham que elas necessariamente tem que se fechar... não é que quem está indo é porque foi vítima e ele acaba se isolando pelo medo que criou, porque passou por uma determinada situação ... não, é muita gente que já faz isso porque acha que só dessa forma vai estar protegida .

Entrevista realizada com jornalista policial da cidade tornou mais precisos os dados relativos aos crimes mais comuns na cidade :

³² Algumas dessas informações, dadas em entrevista 25/06/01, apareceram no jornal local "A Primeira Página" de 19/07/01, em artigo intitulado "NAI comemora 4 meses de funcionamento".

Dados de ocorrências policiais em São Carlos , mês a mês, no ano de 2000

Ocorrências	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AG.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	Total
Homicídio Dolo so	0	1	3	4	2	2	2	2	1	2	3	5	27
Tentativa de Homicídio	0	0	1	2	0	1	1	1	1	3	4	1	15
Latrocínio	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	4
Roubo	38	21	44	40	37	44	65	59	44	53	66	57	568
Roubo de veículo	1	4	3	2	2	0	2	3	0	5	2	6	30
Furto	132	149	147	154	169	133	131	185	189	202	200	207	1998
Furto de Veículo	17	30	20	16	19	17	12	14	12	22	28	21	228
Tráfego	7	10	5	2	5	6	5	1	3	5	1	2	52
Total	195	215	223	221	234	204	218	265	250	292	306	299	2922

Fonte: Documento "Estatísticas da Polícia de São Carlos" preparado pelo jornalista policial entrevistado

Definição de alguns termos usados nas tabelas:

Furto = crime sem violência à pessoa (art. 155 Código Penal)

Roubo = crime mediante grave ameaça/ muitas vezes inclui arma contra o indivíduo

Latrocínio = crime violento em que se mata para roubar

A tabela indica um aumento de praticamente 50% no número de ocorrências policiais gerais considerando os meses de janeiro e dezembro de 2.000. Contudo, como um dos entrevistados alertou, dados estatísticos são genéricos e é bastante difícil basear estratégia de comunidade nesses números. Além disso, medidas de separação são tomadas baseadas em informações preconceituosas.

Números obtidos junto ao projeto com adolescentes infratores, relativos ao mês de julho/2000, quando as entrevistas foram feitas, indicavam, por exemplo, que os 69 adolescentes atendidos pelo projeto 'Liberdade Assistida' residiam em 35 bairros

diferentes, com apenas 4 deles possuindo renda familiar de até 4 salários mínimos o que parece fortalecer a questão levantada por pesquisadora do Centro de Estudos e Relações de Trabalho e de Desigualdades (CEE – RT) quanto à associação simplista que comumente se faz entre violência e pobreza³³. A pesquisadora alerta quanto a estas falsas verdades: "... ao isolar-se esses fatores sem envolvê-los num contexto mais detalhado, essa informação torna-se falsa, carregada de preconceitos (...) há que se buscar suas causas e origens".³⁴

Alguns dos entrevistados, com experiência de trabalho relacionada a segurança teceram comentários com relação às ocorrências policiais mais comuns. Dois pontos foram ressaltados: o enorme crescimento dos números relativos a roubo de carga de caminhões na região, cometidos por *gangs* que incluem até empresários; e a questão do tráfico de drogas, crime que está crescendo enormemente na região e 'responsável' por diversos outros tipos de crimes. No tráfico, verifica-se a existência de escala aonde o 'traficante', o 'avião' e o 'viciado' seriam apenas os degraus mais baixos da escada ficando os papéis de 'reprodutor' e 'revendedor' para pessoas de alto poder aquisitivo.

Finalmente, colocam-se questões mais gerais sobre segurança. Especialistas, em artigo do jornal, São Carlos, mencionado acima³⁵, afirmam que "a falta de policiamento somada a problemas estruturais da cidade pode estar entre as causas do aumento dos casos de furtos e roubos registrados nos últimos anos".

Outra notícia também aponta na direção da contradição que vem sendo focalizada, as diferenças de recursos econômicos alocados nas áreas de segurança e infra-estrutura: *"Doenças associadas à falta de saneamento básico mataram no Brasil, em 1998, mais do que todos os homicídios daquele ano na região metropolitana de São Paulo, onde se concentra a maioria das mortes violentas do país. (...) Para combater a violência,*

³³ As seguintes transcrições de entrevistas durante a investigação reportada nesta tese, parecem assumir esta relação:

"Aqui é seguro, mas tem pedreiro que entra e sai a toda hora então eu falo prás crianças, a gente não pode confiar (...) a gente fica com medo. Sei lá que eu saiba nunca aconteceu nada". (Moradora em Condomínio)

"... Então eu acho que hoje na cidade está tendo um problema (...) tem várias pessoas (...) e que estão vindo morar aqui por conta do fator segurança. Até agora não aconteceu nada. Pode até vir a acontecer. Ninguém tem uma segurança total. Eu não acho que condomínio é totalmente seguro. Principalmente assim porque tem muita construção, pedreiro, pessoal da obra que entra, então eu acho que isso daí não é uma segurança total mas entre aspas é uma segurança relativa então isso dá uma certa tranquilidade." (Moradora em Condomínio)

³⁴ Artigo intitulado Roubos aumentam no interior do estado. **A Folha**. São Carlos. 31/08/00.

³⁵ Id. *ibid*.

apontada pela classe média como o maior problema do país, o governo lançou o Plano Nacional de Segurança, que só este ano deverá receber R\$ 755 milhões, além dos recursos que já estavam previstos. (...) Em relação ao saneamento básico, ocorre o inverso: os investimentos no setor estão minguando a ponto de, no ano passado, o governo federal ter gasto só 9,46% do que foi orçado para o setor..."³⁶

Sintetizando, as grades e muros fazem parte de uma estratégia sócio-espacial deliberada, sendo o objetivo,³⁷ a morte da multidão. O autor enfatiza a divisão social de trabalho onde de um lado se tem os serviços de polícia dos setores públicos, 'escondidos' atrás de macro-sistemas de segurança e de outro lado os serviços de polícia dos setores privados que explora um exército de empregados não sindicalizados e mal-remunerado. Finalmente, ressalta como respostas tecnológicas terminam por suplantar o conhecimento íntimo de comunidades específicas.

Perguntado sobre a questão dos muros, jornalista policial entrevistado falou sobre a ironia dos altos muros que dão uma falsa sensação de proteção e 'protegem' a ação do ladrão. Segundo ele, a ação de fato efetiva seria um policiamento comunitário, onde vizinhos e o bairro participassem.

"Se você tem uma residência e pode guardar todos os seus bens na residência, não ficar nada para fora, eu sou a favor de nenhuma casa ter muros. Sabe por que? Quando você ergue um muro na rua, mania de brasileiro, vai querer no mínimo de 2 metros e manter um portão fechado, o que vai acontecer? Seu vizinho, ninguém vai ver, o ladrão vai trabalhar sozinho, sossegado, então eu sou a favor de não ter muro (...) Se ele acostumar o bairro dele, a sociedade em volta dele porque se todo mundo ficar olhando ... o que se bate é a polícia comunitária, se a sociedade não se organizar ...

As entrevistas com moradores de bairros "abertos" de classe média e alta, foram reveladoras da complexidade desta questão, indicando certos resquícios de política de vizinhança, hábitos de cidades menores, apesar de tudo...

"A gente conhece todo mundo. Na casa vizinha já entrou ladrão mas mesmo assim ela, as pessoas não ficaram ... não sei, todo mundo acha bem tranquilo ali. Não sei se a maior parte das vezes que entraram e não roubaram quase nada ou acabou até pegando o ladrão, na maior parte das vezes ... sabe? Uma vizinha até viu o ladrão entrando ... Então às vezes, o próprio vizinho vê umas pessoas

³⁶ Falta de saneamento mata mais que crime'. *Folha de São Paulo*. Folha de São Paulo, 16/07/2000. Caderno Ribeirão.

³⁷ DAVIS, M. *op. cit.*

estranhas rondando por ali, aí a pessoa alerta os outros vizinhos (...) eu mesma uma vez vi dois mocinhos lá rondando a casa de uma vizinha lá, aí eu peguei e procurei ... "ah, não, são apenas os caras que estão esperando meu marido para combinar pintar a casa e não sei mais o que ... "então acontece muito. assim ali ... qdo. se vê uma pessoa estranha, qualquer coisa procura até saber, às vezes até ligar, um fica tomando conta da casa do outro. Mesmo à noite, se escuto algum barulho assim, abro a janela vejo o que está acontecendo, por isso é que até acaba pegando o ladrão, não é somente eu não, aquele senhor da esquina já pegou ladrão. Eu tenho sono leve depois das 4 da manhã. Aí em frente tem uma vizinha que só consegue dormir depois das 3 ... Então funciona assim... sempre qdo. se escuta um barulho diferente .. (Moradora de bairro "aberto")

" Aqui não é um condomínio fechado. É um bairro. Só que se eu tenho qualquer probleminha eu falo com D. Antoninha, ela resolve tudo. Ela mora ali embaixo. Eu tenho uma vigilância noturna e durante o dia também; a gente escolhe ou paga os dois, assim qualquer barulhinho que eu escute, ligo este telefone, eles me atendem na hora. Então, não é fechado mas ele tem apoio, né? Por exemplo, estou achando que tem muito mato lá embaixo, mamona, então eu vou reclamar, é uma coisa, qualquer barulhinho, você tem um celular para ligar, v. tem certeza que o guarda chega na hora. Outro dia tinha um casal aqui à noite (...) é meio estranho (...) eu fiquei até com dó, o guarda levantou a ficha, ligou prá polícia, a polícia veio, sabe? (...) Não entra mesmo ninguém no bairro sem que eles observem, vão atrás (...) eu não me sinto insegura aqui" (Moradora de bairro "aberto")

"Eu fico super tranqüila (aqui) . Esta insegurança eu não tenho. Esses dias a gente estava parada aí na porta. A gente comprou um monte de fogos. Tipo mini festa junina prá crianças. Então assim... .. a minha vizinha, nós somos muito amigas ... fico aqui sozinha numa boa. Só se eu escutar barulho. Ou no dia em que eu sei de um assalto, aí, eu tomo cuidado. Mas no geral não. Eu sou meio avoada. Vou aguar as plantas lá fora, largo o portão aberto. Gosto de sentar na porta. Tenho costume desde criança. Todos nós. A família inteira. Sabe ? [era assim] de catar cadeira e pôr na porta, aquelas coisas antigas e senta todo mundo em volta e vem o vizinho, estoura pipoca. Sabe estas coisas? Então eu tenho muito isso. Graças a Deus eu conservei isto. Porque eu acho bom. Porque se você ficar com medo, só dentro de sua casa, pelo amor de Deus, você não curte nada. Fecha aqui, tranca lá ... ah não ! ... A gente tem este pique. Agora por ex. o meu marido chega na hora do almoço e vai levar o cachorro na praça. Aí a gente vai junto [têm três filhos] . (...) Eu acho super legal, saudável, que deve ser preservado. E, a gente tem aqui. Conseguimos manter isto. A gente senta na porta. Vem o vizinho. Passando não sei quem ... muito gostoso. Eu acho muito legal (Moradora de bairro "aberto")

Sabe porque eu não ligo para este negócio de assaltante? Uma vez eu fui presidente de um Centro Espírita e eu estava com a chave de uma sala e perdi, fiquei nervosa e aí chamei o chaveiro, ele mandou um moleque de 19 anos, era uma fechadura que nunca vi antes, (...) a chave era toda trabalhada, estas chaves de 4 lados, além disso ela dava mais voltas do que o normal, tem uma ponta grossa, enorme e o menino foi lá com aquele paizinho, grafite (...) e num minuto abriu aquela porta lá, uma lingüeta enorme. Então, o que acontece? V. quer ser ladrão, trabalha um mês num chaveiro destes e você abre qualquer porta, qualquer carro. Qdo. vi abrir uma porta daquela lá, mas assim nem 5 minutos (...) era enorme a lingüeta da porta (...) e v. pensa que tá toda segura lá dentro, v. tem trava de segurança, cadeado, se o cara quiser ir lá, eles abrem qualquer cadeado " (Moradora de bairro 'aberto')

A atualidade da análise de Jane Jacobs ³⁸, falando sobre a morte das cidades, é relevante. Em suas análises, focalizando também a questão de segurança, a autora enfatiza a diversidade urbana e suas condições, isto é a necessidade de usos principais combinados, isto é imóveis ligados a lazer, compras, residenciais, etc. A autora insiste na importância de esquemas de auto-gestão, formação de redes de solidariedade e vigilância, impedindo a formação de bairros isolados, em forma de ilhas independentes onde "cada coletividade etiquetada e segregada passa a viver com suspeição e tensão crescentes em relação à cidade circundante" ³⁹

A realidade de violência e desigualdade acentuou-se bastante desde a época em que a autora escreveu suas observações, ainda mais considerando-se a diferença enorme das duas realidades sociais analisadas (Estados Unidos e Brasil). Porém, como comentários das entrevistas pareceram indicar são bastante relevantes análises que questionem a naturalidade com que são aceitas certas modificações, que na verdade são polêmicas e para as quais existem diversas representações diferentes, suscitando ambigüidades que exigem respostas de caráter político.

É bastante limitado proceder a uma análise da questão violência/ segurança encarando-a apenas em sua dimensão técnica isto é vendo-a enquanto um simples degrau numa escala de sofisticação tecnológica crescente. O trabalho de campo desenvolvido e reportado ao longo da tese, ao dar voz às diversas representações sobre os muros do condomínio mostrou como longe da existência de um consenso o que se tem é uma gama variada de opiniões onde uma solução estritamente tecnológica não responderia às ansiedades sentidas.

Utilizando a discussão proposta por Forester⁴⁰, naquele caso relacionada a planejamento urbano, na análise dos dados do trabalho de campo, coloca-se a necessidade de proceder-se a uma distinção radical entre 'fatos' e 'valores'. Ato de comunicação possuem uma estrutura dupla. Habermas diz que o discurso (quando as pessoas querem o entendimento mútuo) possui quatro tipos de reivindicações: quanto à VERDADE daquilo a que se refere; quanto à LEGITIMACIA das normas invocadas

³⁸ Marco na história de estudos urbanísticos, esse livro foi editado nos Estados Unidos em 1961 e sua primeira edição em Português somente surgiu no ano 2000. JACOBS, J. **Morte e Vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

³⁹ *id. ibid.* p. 2.

naquele contexto; quanto à ser uma expressão de CONFIABILIDADE do eu do sujeito que fala e quanto ao caráter SIGNIFICATIVO das palavras, gestos ou sinais usados. A cada um destes tipos de reivindicações correspondem dúvidas que suscitam incertezas (dúvidas relacionadas a reivindicações quanto à verdade do que se fala) ou ambigüidades (dúvidas relacionadas a reivindicações quanto à legitimacia, confiabilidade ou sobre o caráter significativo daquilo que se diz ou se faz).

No caso de incertezas, suscitam questões técnicas que demandam informações mais detalhadas ou ações, do mesmo tipo, porém num nível mais elaborado. No caso de ambigüidades, nos colocam frente a situações que demandam questões normativas, julgamentos políticos e sociais. Reduzir umas a outras pode resultar em despolitização. Enquanto incertezas demandam respostas técnicas e discussões sobre 'performance', ambigüidades colocam questões que implicam escolhas políticas e éticas, questões sobre interpretação de seu significado. Por outro lado, a complexidade da sociedade atual, o processo de inovação crescente colocam continuamente questões sobre direitos, deveres e justiça. A não distinção entre incertezas e ambigüidades reduz questões sobre direitos, obrigações e interesses a questões meramente técnicas.

No caso dos muros e grades, diferentes interesses e explicações aparecem igualados e, na realidade não são levados em conta. Dessa forma, direitos históricos, como o direito de ir e vir, por exemplo, são conscientemente abandonados e considerados, nesse novo contexto urbano, como ultrapassados.

4.4 A ESCOLHA POR ISOLAMENTO HABITACIONAL E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Em seu trabalho sobre família e individualidade, Sarti ⁴¹ enfatiza que a família se relaciona com parentesco mas não se confunde com ele; é neste grupo social concreto que as relações básicas de consangüinidade, descendência e afinidade tomam forma. Diferentemente de outras espécies animais, o homem "escolhe como vai realizar [estas relações], dentro das alternativas dadas pelos limites de sua existência social" ⁴²,

⁴⁰ FORESTER, J. *op.cit.*

⁴¹ SARTI, C. Família, e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C. **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo:EDUC - Ed. da PUC-SP, 1997.

⁴² SARTI, C. *id.ibid.* p.40.

ressaltando sua capacidade de simbolização que permeia cada uma de suas escolhas. Estas, portanto, não teriam apenas um caráter funcional mas simbólico. Segue-se que a análise tradicional de família que a vê como unidade de consumo de bens segundo apenas uma lógica prática não daria conta da dimensão simbólica.

Bourdieu ⁴³, discutindo a questão de legitimidade de regras, vai mencionar explicitamente a ação da família no processo de inculcação e legitimação desta disposição estética: " A família ou a escola por exemplo funcionam como locais onde competência é produzida e, simultaneamente, como locais nos quais o preço desta competência é determinado"⁴⁴ ". Neles, 'performance' é avaliada e determinados comportamentos e características podem ser reforçados, temporariamente rejeitados ou condenados à extinção. E assim, ao mesmo tempo em que se procede a aquisição de determinada competência cultural, se adquire um gosto determinado com relação a investimentos culturais 'adequados'.

A família, desempenha papel privilegiado na preparação de receptores e construtores de sinais; é ela quem vai tomar uma estratégia de adiamento de recompensas possível; é ela, enfim, quem vai dar os parâmetros dentro dos quais um determinado investimento ou adiamento, mesmo exigindo sacrifícios, seja considerado 'um que vale a pena'. Pensando nos dois tipos de significados, Hartwick⁴⁵ vai assinalar que instituições culturais e reprodutivas sociais estão envolvidas na produção de sinais e na preparação de receptores destes sinais isto é, do movimento de aquisição e transmissão de códigos culturais.

A unidade familiar, em seus múltiplos arranjos, é o núcleo privilegiado com relação ao aprendizado de sinais e sua leitura, à elaboração e interpretação de códigos éticos e estéticos 'corretos', isto é aqueles adequados naquele momento e tempo a avançar o objetivo maior que se deseja. No caso dos dados do trabalho de campo, há, por exemplo uma escola 'correta' onde as crianças precisam estudar (e serem vistas estudando):

⁴³ BOURDIEU, P. 1979, *op. cit.*

⁴⁴ *id. ibd.* p. 97.

⁴⁵ HARTWICK, E. *op. cit.*

"... a grande maioria das crianças e adolescentes lá do Faber estuda no Colégio São Carlos, acho que uns 80% ...é uma escola muito bem conceituada, há anos na cidade já, uma das mais tradicionais... era realmente doutrinado pelas freiras e você tinha certeza de que punha seu filho lá e ele saia totalmente dentro do conceito de pessoa educada, bem educada, instruída, pronta para pegar uma faculdade (lojista do Shopping Center)

Os seguintes extratos de entrevistas com moradores do Condomínio Parque Faber e de uma professora de esporte no mesmo condomínio foram selecionados porque indicam certos códigos culturais embutidos (alguns extratos são extensos mas é que os considere particularmente interessantes para 'falar' da dinâmica do condomínio e das 'pressões' grupais).

" [Num certo momento] definiram que qualquer festa deveria ser comunitária, aberta a qualquer morador do Parque. "Como você iria fazer uma festa lá e fechar o salão só para trazer seus convidados e não ia convidar outras pessoas daqui? " Eu tive uma discussão com um proprietário... "Meu filho, coitado, se ele tiver passando lá, ver uma festa e ele tiver vontade de entrar e se ele não foi convidado? " Aí eu falei "olhe, o seu filho vai se deparar com situação como esta a vida inteira, e ele vai Ter que aprender a lidar com isto. Quando foi convidado, entra; quando não foi, não entra. E ele não vai morrer porque ele não entrou naquela festa e vai ter um monte de outras ... " (Moradora em Condomínio)

" É até uma questão de respeito, lá eu não me sentia respeitada, porque as crianças é mais difícil prá você controlar, porque a piscina lá é como se fosse o fundo do quintal deles, para impor regras lá ... com as crianças foi muito difícil (...) quantas vezes não acontecia... estava no meio da aula, aí um falava pro outro... "vamos jogar um videogame? "quando eu olho ... eles vão... eu podia morrer de chamar que não vinham e os pais não cobravam seriedade e responsabilidade deles para comigo e minha aula, entendeu? " (Professora de Esporte em Condomínio)

" A única outra coisa (...) que considero mais problemático é que as crianças ficam muito à vontade. É muito difícil você ter controle, colocar limites. (...) Porque eles querem ficar o tempo todo na rua, na quadra ... Então isso daí é complicado porque eles perdem atenção... por ex. o meu começou a ser alfabetizado, ele quer fazer correndo a lição prá poder sair. Então é complicado colocar limites. Se você morar em outro lugar não é assim... Isso daí me incomoda um pouco. Por exemplo ontem meu filho... eu falei assim "você tem que ficar mais atento, fazer sua lição direitinho, veja seus amiguinhos, eles fazem ... aí ele disse "mas nenhum deles mora num lugar desses como eu moro". O sentido dele era que ninguém mora assim num lugar que tem quadra toda hora, tem um monte de amigos a toda hora. É muito atraente. (...) Eu não sei como lidar com isso. Eu realmente tenho ficado um pouco angustiada com esta situação das crianças. E são várias, são de educação diferentes também, cada pai pensa de um jeito então é uma convivência muito próxima. (...) E também não são todos os pais que se preocupam tanto. Os pais de modo geral acham super bom porque a criança fica muito à vontade. " (Moradora em Condomínio)

" Eu acho que eles vão ter que viver no mundo... não quero protegê-los do mundo. Eu quero proporcionar para eles qualidade de vida. Foi isso que eu vim buscar aqui

(...) [Eu acho que aqui você tem ou aquelas crianças presas demais, que só vivem aqui dentro e que a hora que sair daqui vão tomar um susto ou você tem aquelas que são soltas demais que aí inclusive é um problema porque do jeito que elas são soltas aqui dentro também vão ser soltas lá fora já por uma postura, uma maneira de criar. (...) Você tem crianças aqui, assim sem regras, sem controle. Um exemplo: uma vez eu encontrei uma moradora daqui, que me perguntou do meu menino. (...) e me disse "eu não vejo o meu faz 3 dias, [uma criança de 10 anos] um dia ele dorme na casa de fulano outro dia na casa de sicrano... faz 3 dias que ele não aparece em casa". Esta criança estava aqui dentro do condomínio mas a mãe não sabia é este excesso de liberdade, esta falta de controle, eu acho de retaguarda, eu acho que é fundamental isso (...) Uma das vantagens do condomínio seria essa: eu vou trabalhar e meu filho está aqui dentro, está sendo cuidado pela comunidade, entre aspas, ou seja, por ninguém, ele não está sendo cuidado por ninguém. Já teve criança aqui que bateu aqui e disse "ô tia, posso beber água? Minha mãe saiu e minha casa está fechada" Então eu acho que isso aí é um excesso; estas crianças são soltas aqui e vão ser soltas na rua também porque é a postura do pai; no condomínio, sendo mais fechado, isso se acirra, mas não é porque mora num condomínio, é porque é a maneira do pai de criar, eu acho. " (Moradora em condomínio)

Segregação parece ser vista como a estratégia mais adequada para evitar conflitos. Um exemplo: muitas famílias visitadas, ao descreverem o espaço interno de suas casas referiram-se a um quarto para cada criança, com banheiro; cada criança também tinha seus próprios televisores⁴⁶, tática usada, diziam, para evitar conflitos. Uma entrevistada, moradora em condomínio, que tem também dois filhos e não usa o mesmo artifício referiu-se à importância do aprendizado do processo de negociação. No caso específico, decisões quanto aos programas a serem assistidos envolveriam discussões visando concordâncias e estabelecimento de uma meta comum e aprendizado de um processo de enfrentar desarmonias, através do diálogo com o objetivo de encontrar uma solução que de alguma forma contemple as diferentes necessidades.

Outro exemplo da 'tática de separação' e auto suficiência é o de que cada vez mais escolas oferecem, dentro de seu próprio estabelecimento, uma série de atividades extra-curriculares. A coordenadora pedagógica entrevistada nos disse que sua escola oferecia atividades de natação, xadrez, ping-pong, ginástica olímpica, futebol, etc..... Estas 'táticas' no geral são explicadas por responderem a fatores como tempo, espaço e segurança. Mas a pergunta coloca-se: como estas táticas podem ser entendidas num contexto de cidade média? Estas crianças não têm necessidade de contato com nenhum

⁴⁶ No Colóquio "A casa: um objeto de estudo" (junho, 2001, IFCH - UNICAMP) o arquiteto Carlos Lemos falando sobre as mutações da 'família' assim expressou as mudanças: "aquela que rezava junta e agora ouve separada".

equipamento público da cidade, por exemplo a Biblioteca Municipal, o Centro de Divulgação Científica e Cultural (coordenado pelos Institutos de Física e Química da USP), Biblioteca Comunitária da Universidade Federal. Nas diversas entrevistas com moradores em condomínios, questionou-se sobre a utilização de equipamentos públicos e as respostas (com exceção de uma família) eram no sentido de sua não-utilização. Estas perguntas originaram-se de uma questão levantada por um texto de pesquisa nos Estados Unidos, citado por Lind⁴⁷ que indicava movimento de residentes de condomínios contra o pagamento de impostos relativos aos equipamentos da cidade pois já pagavam taxas codominiais referentes à manutenção de seus equipamentos internos (piscinas, quadras de esporte, etc).

Mais uma vez, os extratos de transcrições são bastante longos mas considero-os bastante ricos no sentido de que apresentam uma série de questões sobre a 'resposta' segregação habitacional, mostrando como não existe um entendimento único quanto ao isolamento ser a tática que melhor responda a questões de educação das crianças.

"... particularmente não acho que condomínio é uma boa não. Eu acho que vira um clube particular ... então a criança de lá, vai prá quadra de tênis lá, vai prá piscina de lá, então ela vai se isolar naquele mundinho dela, o mundo dela é aquele, não é este mundo em que nossos filhos estão ... eu acho que é uma coisa que não é uma realidade nossa, porque na hora que uma menina daquelas vai embora prá uma faculdade em São Paulo, ela saiu do condomínio, da bolha, e de repente ela vai dar de cara com um monte de coisas que não é a vida dela ... (Moradora de bairro "aberto")

"Morar num lugar aonde as casas tem um padrão porque lá é bem bonito, um padrão diferente, tem portaria, tem salão de festas, tem tudo que a gente tem na cidade e tem que sair. Eu acho que pro adulto, se fez esta escolha, é OK mas eu acho que prá criança é negativo. Eu vejo assim ... a criança tem que sair, negociar dificuldades ... Acho que a gente perde uma oportunidade de convivência, de conhecimento mesmo, de contato com outras pessoas. Isto é segregação não é? Então eu acho que a sua casa é o seu espaço, mas se nós somos seres sociais nós temos que conviver ... No fim, não sei se a pessoa vai prá um condomínio prá se esconder, preservar um pouco, parece que eles ficam meio afastados, (...) não sei se eles procuram maior segurança, ou se é status mesmo. E esta escolha de estar junto, acho que é só o nível financeiro que faz a seleção, né? Quem pode pagar. Um terreno deve ser bem mais caro do que em outro bairro. Quem pode construir aquela casa padrão. Então no fim a seleção fica a nível econômico mesmo. ... Tanto é que a pessoa se afasta né? ... no geral do convívio, parece que perde um pouco as amizades que tinha, o relacionamento que tinha. (Moradora de bairro "aberto")

⁴⁷ LIND. M. op. cit.

" Eu penso assim, nem por mim mas nos meus filhos, penso em família ... acho que mesmo a criança indo pra escola, indo pra uma academia, frequentando outros lugares ... ele fica muito limitado. Acho muito importante este negócio da criança poder brincar, poder ir na casa do amiguinho e morando em condomínio, não sei parece que num condomínio você protege tanto que a criança vive numa redoma e não passa por essas situações e dificuldades pra saber como se comportar, que aquilo existe, parece que é muita proteção, vc. está privando a pessoa de saber que existe uma coisa que ela tem que se defender, é o mundo ... "
(Professora de Esporte em Condomínio)

"Lá tem segurança ... mas eu acho que segurança demais, acaba atrapalhando, prejudicando. Teve uma mãe que uma vez me contou que ficou sem carro na época, foram de ônibus, acho que na cabeça dele nem sabia que existia isso, a criança ficou maravilhada... acho muito importante a criança saber que a cidade é composta disto, tem sacolão etc. acho que vc. indo pra condomínio vc. isola a criança de toda esta convivência, de tudo isto ... de outro lado tem toda uma segurança, conforto... mas eu acho que demais atrapalha ... eu não tenho interesse em morar num condomínio, eu acho que restringe muito a sua vida social, vc. acaba convivendo somente com as mesmas pessoas. Eu acho que você perde muito de convivência, ganha outras coisas mas acho que se perde mais do que ganha". (Prof. de Esporte num Condomínio)

" .. [os loteamentos fechados são] vendidos pelo empreendedor, pelo grande empresário como se fossem uma ilha de segurança total (...) quando isso não existe, na verdade. O que ele quer é vender um produto que tem aceitação no mercado, as pessoas querem comprar com aquela idéia de que vão ter segurança, não vão se misturar com o resto da população ... essa heterogeneidade que acontece na periferia das cidades não acontece nos condomínios. (...) E aí fica a pergunta... que menores, que crianças estão sendo criados ? com que mentalidade estão sendo criados nestes condomínios? (...). Então o que se pergunta é que sociedade a gente vai criar com essa segregação, com essa separação de classes ... e que vão se encontrar aqui fora... se encontram no shopping center, se encontram num estádio de futebol, nas vias de circulação?"
(Promotor de Habitação de São Paulo, grifos meus)

Estes entrevistados questionam a 'tática' de segregação habitacional e a consideram nociva porque contrária ao aprendizado de comportamentos de tolerância para com diferenças, negociação necessária para o diálogo, comportamentos enfim fundamentais dentro de uma noção de cidadania. Aponta-se a descontinuidade existente entre as ruas do condomínio e as ruas 'de verdade' do mundo real 'lá de fora' e questiona-se as possibilidades de cidadania abertas a estas crianças.

Entrevistando a Coordenadora da escola que recebe a grande maioria das crianças destes condomínios, conversávamos sobre a questão de cidadania e comunidade e esta falando de trabalhos realizados pela escola voltados ao desenvolvimento de cidadania deu o seguinte exemplo: Feiras Culturais onde famílias de diferentes nacionalidades podem se expressar através de comidas típicas, línguas e costumes, aumentando a tolerância das crianças com relação a diferenças:

Em que pese a importância dos trabalhos realizados pela escola, não chegam de fato a discutir questões levantadas neste trabalho pois na medida em que identifica a questão de cidadania e respeito a diferenças a questões de nacionalidades e costumes, *sempre num universo de iguais*, mascara os processos desiguais de apropriação de bens e direitos, como por exemplo acesso à educação de qualidade ou igualdade perante a justiça, etc. Parece que nesta concepção, cidadania é igualada a responsabilidade para com e respeito de diferenças entre socialmente iguais.

As diversas transcrições apresentadas também nos fazem refletir sobre a relação segregação e distância geográfica. A separação arquitetônica também significa total apartação, realidades que se querem excluídas e que são muito mais distantes do que sua distância geográfica indica. Considerando que uma definição de 'viagem' comporta noções como 'estranheza', mudança', 'instabilidade de significados', 'provisório', 'quebra mais que recorrências'⁴⁸, então o sujeito enclausurado ou a criança encastelada (em sua casa-condomínio, sua escola, seu automóvel... etc) está mais longe da senzala dos bairros periféricos ou favelas de sua própria cidade do que da Disneylândia⁴⁹.

⁴⁸ Viagem, travessia física ou imaginária que envolve sempre um processo de modificação: quem viaja busca o insólito, o desconhecido, o estranhamento. (Prof. O Ianni e Prof. M. Lajolo, curso "A Viagem", 1999, IEL – UNICAMP).

⁴⁹ O jornalista W. Carelli em artigo de 1995 escreveu: " (...) Alphaville é uma ilha virtual de prosperidade e bem-estar muito bem-armada contra, primeiro, seus vizinhos de uma franja urbana miserável e caótica: depois, contra o resto da cidade. Entre 12 crianças consultadas aleatoriamente por suas ruas amplas de calçadas sombreadas, cinco declararam ter feito pelo menos uma viagem ao Exterior, uma já perdera a conta, e as demais esperam viajar em breve para fora; entre lugares visitados constam paragens tão distantes quanto Dallas, o Havai ou Seul – mas nem uma só dessa dúzia de crianças conhece a Praça da Sé, no Centro de São Paulo. Informação sobre o resto da cidade chega a elas pela TV e é tão remota quanto as notícias da guerra na Bósnia – Herzegovina: aliás as imagens do sofrimento de crianças brancas e da destruição de casas de alvenaria são aí sempre mais próximas e terríveis que o massacre de crianças de rua em uma praça ou uma favela do Rio de Janeiro (...) ". Talvez seja este também o significado do verso na música de grupo brasileiro muito tocada nas rádios "... Nova York é mais perto que o sertão" (p. 14, grifos meus).

Capítulo 5

"O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL : UMA QUESTÃO DE ... ' STATUS ' "

"... nosso orgulho é mais ofendido
por ataques a nossos gostos
do que a nossas opiniões"
(Bourdieu citando La Rochefoucauld) ¹

As diferentes representações quanto a segurança e família/educação das crianças, as duas justificativas mais importantes mencionadas pelos diversos entrevistados para escolha de moradia em condomínios residenciais horizontais fechados, já foram abordadas no capítulo anterior. O argumento 'segurança' foi relativizado e considerações sobre '*status*' ganharam peso na explicação da proliferação de espaços habitacionais segregados na cidade de São Carlos. Assim, a seguir, serão abordadas as questões dos processos de produção e reprodução de marcas de distinção, a emergência de novos desejos e vontades e reflexões sobre a ação da família, a partir do material das entrevistas.

5.1 O CONCEITO DE ' HABITUS' (BOURDIEU) E O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE MARCAS DE DISTINÇÃO

Existe uma distância entre aquele que precisa atender suas necessidades básicas mais urgentes e aquele que tendo-as dominado pode consumir objetos de consumo conspícuo ou supérfluos. A aquisição de bens de luxo, 'comandada' pelo '*habitus*' , faz parte da estratégia de vida e estilo de vida adotados e os bens e produtos adquiridos convertem-se em sinais de distinção.

O estudo da escolha e aquisição de objetos de consumo conspícuo é particularmente revelador : ele permite refinar a análise do sistema de 'marcas de distinção'. No caso específico da presente investigação, aos muros do condomínio, que

separa um grupo de privilegiados consumidores de habitação, colocam-se outras demarcações, internas, que, sutilmente, agem no sentido de marcar grupos diferenciados nas hierarquias de prestígio e poder.

Diversos autores indicam a importância da análise de Douglas e Isherwood quanto à dimensão crucial que os bens teriam como marcadores de diferenças sociais e como transmissores de mensagens. Em "The world of goods", Mary Douglas e Baron Isherwood² analisam detalhadamente o processo de consumo e, mais especificamente, as razões pelas quais as pessoas consomem. Comentários moralistas e indignados, dizem, não explicam consumismo. Contrariamente a análises que vêem consumo como uma instância separada do processo social, os autores consideram objetos de consumo uma parte intrínseca deste processo, assumindo um importante papel como "marcadores transitórios de categorias racionais, (...) afirmações visíveis da hierarquia de valores adotados por seus possuidores"³. Objetos de consumo seriam parte de um sistema de informação, apresentando um conjunto de significados que vai ser lido por todos aqueles que conhecem o código. O principal argumento desenvolvido na análise dos autores é o de que "bens são parte de um sistema de informação vivo"⁴ e, portanto, consumo é uma atividade racional. O papel dos bens de consumo como transmissores de mensagens é crucial e os autores vão enfatizar como estudos etnográficos sempre consideraram a importância de objetos materiais no processo de comunicação e na construção e manutenção de relações sociais: objetos possuem um papel duplo no sentido de que, ao mesmo tempo em que provêm subsistência, marcam as linhas divisórias das relações sociais.

A discussão sobre a importância de objetos como veiculadores de mensagens traz embutida questões sobre a possibilidade de aquisição dos códigos necessários para decifrar 'suas mensagens'. Featherstone⁵ ressalta como essas relações dos objetos podem ser negociadas e renegociadas, enfatizando diferenças de modos de vida e relações. O autor enfatiza que estas associações vão se dar dinamicamente, e as

¹ "Notre amour-propre souffre plus impatiemment la condamnation de nos goûts que de nos opinions" (Bourdieu, original francês, 1979 : 289) ; " Our pride is more offended by attacks on our tastes than on our opinions" (Bourdieu, versão inglesa, 1984).

² DOUGLAS, M e ISHERWOOD, B. **The world of goods**. Towards an Anthropology of consumption. New York: W.W.Norton & Company, 1982.

³ *id. ibid.* p. 5.

⁴ *id. ibid.* p. 10.

⁵ FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

possibilidades das mercadorias derrubarem barreiras sociais (ou o contrário) vão estar ligadas ao sistema de disponibilidade de mercadorias (maior escassez ou seu inverso) sendo que na sociedade contemporânea onde existe uma tendência para uma maior disponibilidade o problema de leitura do status torna-se mais complexo. O trabalho de 'coleta de pistas' significativas torna-se bastante detalhado e minucioso e envolve a análise das práticas cotidianas.

O conceito de 'habitus' introduzido por Bourdieu funcionaria como um elo de ligação entre as práticas cotidianas e o mundo do capital e do mercado abstrato. "O *habitus* é necessidade internalizada e convertida em uma disposição que gera práticas significantes e percepções capazes de lhes atribuir significado"⁶. Utilizando-se do conceito de *habitus*, Bourdieu é capaz de desenvolver um modelo de ação social no qual cultura e relações culturais têm uma autonomia relativa, mas real, com relação às relações econômicas de produção e portanto as práticas culturais não são reduzidas a simples reflexos simbólicos das condições econômicas.

'Habitus', ao mesmo tempo em que é princípio gerador de julgamentos e classificações, é o sistema, ele próprio, de classificação destas práticas ou usando palavras do autor, ao mesmo tempo em que é a capacidade para produzir práticas classificáveis é a capacidade para diferenciá-las e apreciá-las. É o 'habitus' que 'coloca' estas práticas num sistema de classificação. Bom gosto é uma expressão do 'habitus', referindo-se a condições particulares de estilo de vida. Como Bourdieu assinala, é o bom gosto que transforma necessidades em estratégias e que, portanto, explica processos de escolha e desejos de consumo. O consumidor não pode ser apenas reduzido a seu poder aquisitivo - consumo é um ato de deciframento que pressupõe o domínio prático de um código e vai atuar como um poder legitimador de diferenças.

Bourdieu define bom gosto como

" uma disposição adquirida para diferenciar e apreciar (...) para estabelecer ou marcar diferenças. Os esquemas de *habitus* (...) devem sua eficácia mais especificamente ao fato de que funciona abaixo do nível de consciência e do discurso e fora do alcance do exame e do controle voluntário; (...) funciona como uma espécie de sentido de orientação social, guiando os ocupantes de

⁶ BOURDIEU, P. 1979. *op. cit.* p. 190.

um dado lugar no espaço social para posições sociais ajustadas à suas propriedades e para práticas ou bens que lhes convém"⁷.

Assim, questões como bom gosto e o aprendizado do código relevante de leitura de sinais e marcas de distinção são cruciais na medida em que asseguram julgamentos discriminatórios necessários para a aquisição do capital cultural necessário para 'aplicação' em investimentos culturais e simbólicos adequados para a reprodução constante de clivagens entre grupos sociais. Ainda mais, como também assinalado pelo autor, este processo acaba por naturalizar as desigualdades existentes.

A posse de objetos de consumo e suas associações simbólicas renova-se constantemente, enfatizando estilos-de-vida e demarcando uma hierarquia de poder e prestígio nas relações sociais. Esta noção toma mais palpável o conceito de 'campo' avançado por Bourdieu - rede de relações objetivas entre posições - e a 'luta contínua' que lhe impregna: " Qualquer campo é marcado por uma tensão ou conflito entre os interesses de diferentes grupos que lutam para ganhar controle sobre o capital daquele campo"⁸.

Bourdieu considera a sociedade como um campo de batalha onde diferentes grupos lutam para obter o domínio. E assim como existe o mercado onde os grupos disputam o domínio de bens econômicos, existiria também um nível aonde diferentes grupos, com acesso desigual a bens simbólicos, traduzidos em estilo-de-vida, também realizaria sua disputa. "Batalha" permanente e cotidiana pelo acesso e posse de marcas de distinção e dos códigos que permitem sua constante leitura.

5.2 A REALIDADE DO CONDOMÍNIO E A CORRIDA POR , NÃO TÃO OBSCUROS, OBJETOS DE DESEJO

Cada vez mais a cidade vai sendo desenhada e lida pelo discurso da violência. Conforme procurou-se indicar no capítulo anterior focalizando a realidade de uma cidade média, violência e (in)segurança, enquanto processos não adjetivados, comandam a organização e distribuição de grupos populacionais no espaço urbano.

⁷ BOURDIEU, P. 1979. *Op. cit.* pp. 543 e 544.

⁸ MCNAY, L. Gender, Habitus and the Field *Theory, Culture & Society*. Vol. 16 (1). 1999, pp. 95-117, p.106.

O desejo por espaços cerceados (de lazer ou moradia) deixou o imaginário das classes altas, permeando os diversos grupos sociais e invadindo a cidade inteira - como o movimento de implantação de novos condomínios horizontais na cidade parece indicar .

E esta proliferação não obedeceria tão somente a desejos de segurança mas também a questões de 'status'⁹. isto é de quem pode ser tido como exemplo de sucesso financeiro e social. Nesta representação o 'sujeito-exemplo' moraria num condomínio horizontal fechado.

"Agora condomínio está mais na moda.... anos atrás comprar um apartamento era o sonho de todo mundo. Agora não; "vou morar num condomínio" é o que se diz. (Moradora em bairro "aberto")

"... morar em condomínio é questão até de status, né? Não só de segurança. Eu acho que em primeiro lugar a pessoa diz segurança mas em segundo lugar a pessoa diz o 'status' né? Porque ela acha que é 'status' dizer que mora num condomínio fechado (...), então ela acha que isto aí é 'status', ascensão social ... o que não deixa de ser, né? Porque não é todo mundo que pode morar num condomínio, só mesmo quem está crescendo né? " (Morador em bairro "aberto")

O conhecimento dos motivos das escolhas quanto a morar ou não em condomínios levou a que os diversos entrevistados se referissem mais particularmente ao Condomínio Residencial Parque Faber. Dentre todos os condomínios fechados, o morar no Condomínio Parque Faber apareceu como a alternativa mais adequada para quem deseja indicar uma vida bem sucedida.

5.2.1 O microcosmo representado

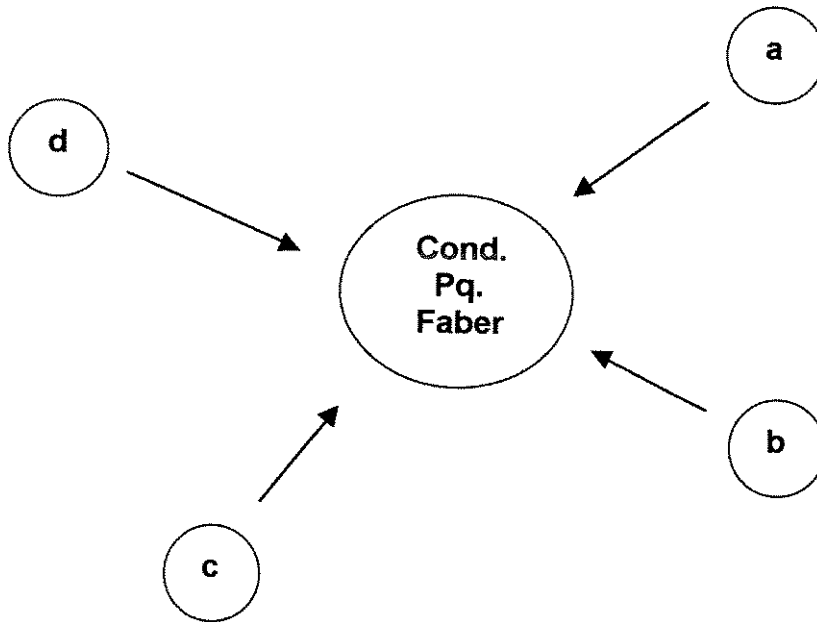
O Condomínio Parque Faber não foi o primeiro condomínio na vida da cidade contudo, representou um marco do ponto de vista do mercado imobiliário local : mais recente condomínio naquele momento (1997) foi o primeiro (e, até agora o único) a possuir ampla área de lazer e situa-se imediatamente próximo ao único Shopping Centre da cidade cuja inauguração, aguardada por anos, foi sentida pelos habitantes como verdadeiro fato 'histórico' na vida da cidade. Em muitas situações, as pessoas da cidade

⁹ Este ponto foi levantado e explorado em trabalho de Caldeira já mencionado em capítulos anteriores. Falando sobre publicidade a autora diz " é interessante olhar propagandas não somente porque revelam um novo código de distinção social mas também porque explicitamente tratam separação, isolamento e proteção como uma questão de status ". CALDEIRA, T. *op. cit.* p. 297.

referem-se à vida em São Carlos antes e depois da inauguração do Shopping. De uma forma geral, as pessoas parecem considerar o Condomínio Residencial Faber como uma referência no que diz respeito a 'morar' bem.

Inicialmente, algumas considerações gerais sobre o Condomínio Pq. Faber: Projeto do Grupo Faber-Castell e Sobloco, aprovado como loteamento fechado em 1989 quando começou a ser construído. Em junho de 1993 a venda de lotes teve início. São 240 lotes (mas tem pessoas que têm mais de um lote). O projeto foi um sucesso de vendas. Além das residências, construídas segundo planos arquitetônicos de cada família (contudo, seguindo aprovação dos incorporadores), é o primeiro condomínio da cidade que possui ampla área de lazer: 2 quadras de tênis; 1 playground; 2 quadras poliesportivas; 1 campo de futebol gramado; 3 piscinas; 1 sauna; 1 quiosque para churrasco; 1 quadra de areia e 1 salão de festas. Residencial Pq. Faber é o residencial 1 de um Plano que prevê um total de 9. Além dos residenciais o Plano, em área de 2 milhões m² da Faber-Castell, inclui 1 Shopping Center (inaugurado em 1996), prédios de apartamentos e área comercial que inclui a instalação de Hotel (recentemente inaugurado), empresa de segurança e posto de gasolina. O lote básico é de 400 m² (por lei o menor lote na cidade de São Carlos é de 125 m²) e predominam os sobrados pois que 'maximizam' o espaço de cada residência.

Aparecem aqui dados de entrevistas agrupados referentes à dinâmica interna do Condomínio Faber. As diversas representações obtidas foram agrupadas (No geral, procurei utilizar palavras dos próprios entrevistados). Quatro grupos foram considerados: (a) moradores do Condomínio Parque Faber (5); (b) moradores de outros condomínios (9); (c) moradores de outros bairros da cidade (8) e (d) profissionais relacionados ao condomínio selecionado (5).



(a) Moradores do Condomínio Parque Faber Os moradores entrevistados (com exceção de uma jovem, que manifestou, contudo, a idéia de que seus pais estariam muito satisfeitos com a vida lá) se disseram satisfeitos com a escolha feita e descreveram a rotina do condomínio da seguinte forma:

- ♦ O fator segurança é entendido como a possibilidade de deixar portas abertas e objetos das crianças do lado de fora da casa. Também, verificado como a possibilidade de as crianças ficarem soltas todo o tempo fora de casa sem deixar os pais preocupados. Crianças têm oportunidade de viver uma liberdade com segurança que muito provavelmente nunca viveram.
- ♦ Os moradores têm a vantagem de dispor de um sistema de lazer bastante completo dentro do espaço residencial. Contudo, por causa da grande área externa de lazer, existe dificuldade para controlar crianças, colocar limites e estipular regras. Além do mais, surge uma atitude geral de se confundir vida do condomínio, com sua grande área de lazer, com uma colônia de férias, ainda mais no verão. A dificuldade com relação ao estabelecimento de regras se aplica principalmente às crianças mas pode também se aplicar a certos adultos.
- ♦ A criança se 'obrigada' a ficar dentro de casa, para fazer uma lição da escola, por exemplo, fica muito frustrada porque sabe que "lá fora" estão seus amigos e uma ótima área de lazer, sempre disponível.

- ♦ Esta "eterna" disponibilidade dos amigos por exemplo acaba criando muitas dificuldades com relação a controle, ainda mais porque as famílias diferem bastante quanto a suas formas de dar liberdade : conflitos de visões. A criança que tem pais que lidam com regras é alvo "de gozação".
- ♦ O comportamento de algumas crianças que criam problemas de disciplina e falta de respeito dentro do condomínio seguem atitudes de pais-proprietários que também criam problemas com relação a estabelecimento de regras porque acreditam na máxima de que "porque eu paguei, eu posso ... "
- ♦ Há pessoas que acreditam que a comunidade de dentro do condomínio é tão boa que se basta.
- ♦ A vida em grupo fechado parece com um casulo, onde acirram e massificam os comportamentos.
- ♦ A vida é bastante boa porque se alia segurança e sociabilidade sem perda de privacidade.
- ♦ Surgem relações de vizinhos para programas semelhantes, por exemplo caminhadas nos finais de tarde, dentro do condomínio ou cursos na área de lazer.
- ♦ A proximidade do Shopping Center é uma facilidade a mais - Shopping é uma extensão da área segura do condomínio para as crianças.
- ♦ A educação das crianças não é muito condizente com a realidade.

(b) Moradores de Outros Condomínios Quando perguntados se morariam no Condomínio Parque Faber, os entrevistados responderam negativamente (exceto uma que moraria se tivesse condições financeiras para tal) , enfatizando a ausência de árvores e "contato com natureza" (no caso do Pq. Sabará) , o desejo por tranquilidade e silêncio (principalmente no caso do Res. Samambaia mas também no caso da entrevistada do Condomínio Grandville)) , a vontade de ter um ambiente socialmente menos voltado para questões de *status*. (os diversos entrevistados). As considerações mais habituais foram:

- ♦ Lá no Faber é bom para adulto mas para criança não, porque elas ficam muito soltas.
- ♦ Não escolhemos porque era muito perto do Shopping e também é muito voltado para a questão de *status*
- ♦ Lá é para gente que tem patrimônio, outros imóveis. É de uma classe social mais alta.

- ♦ O Condomínio possui uma imagem, mesmo junto a corretores, de lugar de "novos ricos". Tem um número grande de pessoas em processo de ascensão social.
- ♦ Lá é um ambiente muito competitivo: a mentalidade é "fazer para os outros verem"
- ♦ É um ambiente muito competitivo e com valores consumistas.

(c) Moradores de Outros Bairros pareceram privilegiar a questão espaço. Apenas uma pessoa disse que moraria no Faber , não o fazendo, por questões financeiras e por gostar muito de sua atual residência. Estes entrevistados fizeram diversos outros comentários que se referem à situação de moradia em condomínios ou residenciais fechados como um todo (comentários que já apareceram no capítulo anterior e que também farão parte do capítulo 6 sobre cidadania) .

- ♦ O lazer lá no Faber acaba sendo compulsório porque a pessoa está pagando e cria certa obrigatoriedade de uso.
- ♦ Há muitas crianças que se acham os proprietários daquele espaço todo e não gostam de gente de fora.
- ♦ "Acho que é 'favela dos ricos'. Uma casa bem próxima à outra. Não tem privacidade."
- ♦ A arquitetura das casas é cheia de cantos 'quebrados', difíceis de decorar.
- ♦ É muito boa a segurança mas o que adianta? Não se vive muito em casa.
- ♦ Chamo lá de 'cortiço de rico'. São casas lindas mas uma muito perto da outra. Uma área verde muito pequena.
- ♦ "[Acho] tudo meio horrívelzinho, as casas todas muito próximas e porque lá dentro não há muros, cria situações de muita intimidade, muito artificiais, porque as pessoas talvez (e, certamente) não tem tanto em comum"

(d) Profissionais relacionados ao condomínio selecionado Foram entrevistados Professores de Esporte (2), Lojista e Garçonete no Shopping Center e Corretor Imobiliário que atuava em vendas especificamente naquele condomínio.

- ♦ Sentem-se como uma cidade isolada do resto de São Carlos. São até um pouco superiores quando tratam com outras pessoas.
- ♦ A competição é muito clara entre eles. É sutil mas incutiam isso nas crianças.

- ♦ Muitas crianças não conseguiam aceitar e seguir regras e pais não ajudavam .
- ♦ Quando eu cheguei eu me sentia uma babá de luxo "minha mãe paga ... eu faço ou eu não faço se eu quiser ...
- ♦ As crianças, principalmente, têm muita resistência para aceitar uma pessoa nova.
- ♦ Existe uma troca muito grande entre o Shopping e o Condomínio e os dois ganham com isso: eles se preocupando com o shopping de modo geral e o Shopping agradecendo que eles consumam bastante aqui.
- ♦ Percebe-se que dentro do Faber são famílias bem selecionadas, bem conceituadas na cidade. São uma grande família, uma comunidade, todo mundo nas mesmas festas .
- ♦ Não pensam somente nos membros da própria família mas se preocupam com todo mundo.
- ♦ Minha patroa mora lá e a gente tem que ir lá para treinamento. É tudo organizado, tudo meio entrosado. Uma amiga minha até diz: "quando eu venho aqui, eu sonho a noite inteira, é tudo tão legal lá dentro, tão certinho"

5.2.2 Considerações sobre o processo de produção e reprodução de marcas de distinção e algumas reflexões sobre a emergência de novos desejos e vontades, consumo conspícuo e a ação da família

" Associo os condomínios aos emergentes, aqueles que estão começando, ganhando bastante dinheiro e que querem mostrar isto, querem ostentar, portanto para eles a questão de aparências é muito importante. Ser notado, morar no lugar certo que no momento é o Parque Faber. (...) É hoje um lotado, totalmente fechado. Todas as novas esposas de médicos... quer dizer as emergentes mesmo, têm que morar no Parque Faber prá ser chique. Então lotou rapidinho e já estão lançando outros condomínios ... virou um rótulo ... Eu classifico mais ou menos assim ... estes condomínios são mais pontos atrativos prá emergentes do que prá quem realmente tem dinheiro ... estas pessoas já se enjoaram da casa, tem lá suas fazendas, mas aqui na zona urbana pela praticidade mora em apartamento (...) Acho que hoje quem tem não mostra, se esconde. Por questões de segurança e de praticidade." (Morador em bairro "aberto").

" As pessoas lá não sei porque se foi por marketing, não sei o que foi que aconteceu, acabou se criando um número grande de pessoas em ascensão social ... então os valores do pessoal do Faber é muito de consumismo, muito um querendo ser melhor do que o outro, um fazendo uma coisa melhor do que o outro. (...) Não quero viver num lugar desses... já tenho que competir no meu trabalho. Se chegar em casa e tiver esse mesmo clima é inviável. (...) Tem um grande número de pessoas nesse estilo. Aqui tem um menino bem nesse estilo (tem até celular) . É uma anomalia. Lá não; ele seria a maioria., estaria dentro do estilo. E um ambiente meio competitivo demais. (...) Uma amiga foi procurar uma casa para comprar e o pessoal das próprias imobiliárias falava prá ela que o Pq. Faber era de 'novo rico' ... Existe esta imagem criada na cidade ... " (Moradora em Condomínio)

Essa opção de moradia pode implicar em alguns "sacrifícios" como ter que vender muitos dos bens acumulados nas etapas anteriores da vida, morando em casas praticamente vazias, como diversas 'falas' de entrevistados já citadas indicaram (questão 3 capítulo 3) . A palavra 'sacrifícios' demanda dois comentários: de um lado, 'sacrifícios' fazem parte de uma estratégia de vida determinada e são vistos tão somente como comportamentos temporários e necessários a serem enfrentados por todos os membros da unidade familiar e considerados como parte de uma estratégia de adiamento de recompensas aonde desejos presentes são subordinados a desejos futuros (Capítulo 3 - questão 3); de outro lado, nesse comportamento, as estratégias assumidas e táticas necessárias implicam na produção e reprodução constante de códigos que demarquem socialmente diferentes grupos em seus processos de apropriação de bens físicos ou culturais e simbólicos.

Estes dois comentários são relacionados e, como uma entrevistada assinalou, os chamados "sacrifícios" não são exatamente temporários. Eles apenas se transformam.

" Agora precisa ver quem é que vai morar no Faber porque precisa dinheiro para manter a opção que fizeram. (...) Se v. está num bairro comunitário sua casa não está pintada, ninguém vai falar nada; num condomínio não. V. vai querer competir com os demais Existe uma pressão, mesmo que não se fale (...) Uma [pessoa] compra uma coisa, a outra também, vai querer (...) é uma concorrência sutil. A maioria das pessoas tem essa preocupação ... (...) é muito bonito ver casa bonita, toda pintada, tudo bonito. V. tem um fusquinha, seu vizinho tem um Mercedes, aí v. não se sente bem, ainda mais num ambiente fechado. "(Moradora em bairro "aberto")

Um entrevistado fez algumas considerações sobre ambientes fechados e a importância de marcadores de distinção que de uma forma muito sutil pressionam ¹⁰.

" Hoje num condomínio você até fica muito mais tranquilo... tem mais segurança... por outro lado a casa fica a vista, você tem que tomar cuidado até no tipo da porta que você vai por. Se você põe uma porta vagabunda, barata, todo mundo está vendo. Você está mais exposto à curiosidade pública dos moradores do que em outros lugares (...) se você sai do esquema, você fica diferente dos demais, então é por isso que se

¹⁰ Minha surpresa inicial ao ter um homem como entrevistado privilegiado a apontar-me as sutilezas da produção e reprodução das marcas de distinção indicava como, apesar de dizer-me atenta ao processo transformativo, "escorregava" com frequência em dicotomias que pressupõem universos totalizantes e o maniqueísmo de dualidades identitárias. É pertinente aqui a observação de McNay que ressalta que os processos de 'reprodução' são mais reveladores quando seus sujeitos não são tomados como fixos McNAY, L. *op.cit.*

acompanha aquele estilo, não tem como fugir; se você foge você fica diferente, se sente mal então você prefere gastar um pouco e acompanhar. Uns exageram mais, mas o que tem menos condição mesmo assim eles fazem alguma coisa parecida, nem que for assim mais simples, mas puxando para aquele estilo" (Morador de Condomínio)

Essas alterações contínuas fazem parte de um processo diretamente relacionado ao aprendizado de códigos para elaboração e leitura de marcas de distinção. A noção de 'habitus' avançada por Bourdieu 'explica' o conjunto de práticas que a um só tempo são produzidas e apreciadas. Assim, práticas e produtos ao mesmo tempo classificatórios e classificáveis colocam-se num sistema de marcas de distinção. E, cada condomínio fechado tem um sistema próprio de representação de bom gosto dominante. O extrato seguinte, do mesmo entrevistado, foi bastante revelador dos códigos específicos de cada condomínio.

"... A pessoa escolhe um bairro e então tem que se adaptar ao processo que está sendo feito né? (...) Então por ex. no Condomínio Pq. Faber o que manda é a frente, é a fachada. Então, tem que ser uma fachada muito bonita. As vezes você entra numa casa e você se surpreende, eu já entrei lá, aquilo é tão simples, tão barato, tão rústico (...) Já aonde eu moro no Samambaia é o telhado. O telhado todo trabalhado. Não é que você seja obrigado, cada um mora do jeito que quer, ninguém é obrigado a fazer nada, mas você se sente incomodado, meio excluído, vamos dizer assim, você se sente, não é que você é, porque um vizinho fez assim, outro fez assim e então v. pega e põe a coisa no mesmo nível. Então aquilo que v. iria investir numa coisa dentro de casa, você investe no telhado. (...) No Condomínio Saberá... o processo deles já é mais sobrados e jardins. Então os terrenos tem que ser muito grandes, porque são disputados os jardins, cada um tem o jardim mais bonito que o outro, já não importa muito a fachada ou telhado. O Condomínio Dom Bosco já é sobrado. (...) Lá no Varjão, [condomínio de chácaras, próximo à estrada para Ribeirão Preto - não constou da pesquisa] tem chácaras, toda pessoa tem que ter uma piscina na frente, casa de fazenda, piso frio, nada de taco, carpete. (...) Então já é diferente. (...) Grandes varandas com redes. Mesmo que a pessoa não goste de redes mas todo mundo faz sua rede. Por que ? porque todo mundo põe (...) O Itaipu [outro condomínio de chácaras] é mais chique. Lá o pessoal já quer árvores, cercas vivas, então eles gastam muito com a manutenção das cercas vivas. (...) Cada condomínio opta por um sistema. Não sei como acontece, (...) a verdade é que ocorre " (Morador em Condomínio)

Relevante o que o entrevistado falou sobre a não-obrigatoriedade das transformações ou de seguir "as ordens" do sistema de representações e marcas de distinção. Entrevistada, moradora do Parque Faber, condomínio ao qual o entrevistado anterior se referiu, salientou a não existência de uma pressão ostensiva.

"... A gente sempre quer ter uma frente que fique charmosa ... nunca conversei com vizinho sobre isso. Eu moro na última rua do condomínio, tem um pessoal ali

mais tranqüilo, que não está pensando em aparecer. O pessoal está pensando em morar bem. Uma vida digna que tenha esse mínimo de segurança que a gente esperaria mesmo morando num bairro aberto. (...) Tem um professor aposentado que construiu uma casa térrea, uma casa simples, com janelas de ferro, dessas comuns. E ele está lá sossegado (...) porque ele mora num condomínio fechado e mora numa casa simples; ele não se sentiu obrigado a seguir nenhuma marca. Eu conheço algumas pessoas que dão valor à aparência ... pode ser status. Mas não é o nosso caso. Não existe essa pressão. (...) Acho que é muito da cabeça da pessoa. " (Moradora em Condomínio)

Contudo, muito subtilmente, as marcas de distinção agem:

" Tem um amigo nosso que mora no Parque Faber ... eu fiquei sabendo pela irmã que ele fez um empréstimo violentíssimo para poder fazer a fachada e não estava conseguindo pagar. Você vê o exagero. É um profissional famoso na cidade. Inclusive estava com problemas de depressão por conta disso. ... Tanto ele sentiu que precisava que ele chegou ao ponto de fazer um grande empréstimo para fazer a casa naquele estilo. (...) O problema dos condomínios é exatamente a falta do muro que obriga você a fazer uma fachada diferente. " (Morador em condomínio)

" Hoje num condomínio você até fica muito mais tranqüilo... tem mais segurança... Por outro lado, a casa fica a vista até à porta, você tem que tomar cuidado até no tipo da porta que você vai por. Porque ela vai ficar à vista. Então se v. por uma porta vagabunda, barata, todo mundo está vendo, você está mais exposto à curiosidade pública dos moradores do que em outro lugares, não tem como fugir, se v. foge v. fica diferente, se sente mal então v. prefere gastar um pouco e acompanhar" (Morador em condomínio)

Ao lado da existência de um muro que os define enquanto grupo privilegiado na sociedade, a ausência de muros físicos internos, longe de os igualar internamente, torna cada morador mais vulnerável ao processo de leitura e de decifrar os códigos e buscas por marcas de distinção. Através delas, uma hierarquia de distinção e implicitamente de poder é forjada e sua importância parece justificar sacrifícios.

" Tem um amigo que mora no Parque. Faber, eu entrei na casa deles umas duas ou três vezes Eu até fiquei sem jeito a primeira vez que eu fui ... você ficar batendo aquele sino, não tem campainha ... intimida um pouco ... [e dentro] a casa era super simples, não tinha móveis de luxo. Pelos arcos, colunas romanas, gregas, então você imaginava ... abriu a porta, a porta assim dupla, uma porta entalhada, madeira, uma coisa de louco, abre a porta e lá dentro sala de jantar, uma mesa de tábua comum, lavrada, com cavaletes, e as cadeiras também de madeira, e uns tocos de madeira assim, como se fossem uns bancos, onde em outras casas seria uns puffs, todo enjoados ... este tipo de móvel, é muito barato, então, não dá para entender bem o luxo da fachada. (...) A preocupação não é lá dentro, é lá fora". (Morador em condomínio)

A necessidade de seguir o "sistema de marcas de distinção" específico de cada microcosmo é que poderia explicar ou melhor dar elementos para se refletir sobre a

situação que um entrevistado me narrou sobre terrenos numa área fechada, com portaria, asfalto, iluminação, todo sistema de infra-estrutura e ... sem nenhuma construção. Segundo o entrevistado, entre os proprietários que seriam todos "de um nível bom " porque podem comprar o terreno, pagar despesas com o condomínio e não construir, ninguém quer se aventurar a ser os primeiros: esses, segundo o entrevistado, " dão o tom" e os demais seguem ou procuram seguir.¹¹

O processo de elaboração e leitura de marcas de distinção é contínuo: à leitura de códigos segue-se a produção de marcas ainda mais sofisticadas que depois vão ser igualadas e, mais além, superadas.

É essa "luta" contínua por marcas de distinção que evidenciem símbolos de prestígio e poder que explica o porque da presença constante de pedreiros, obras e reformas, apesar do condomínio já estar "assentado".

" Se você for ao [condomínio] você nunca vai ver ausência total de pedreiros, de trabalhos acontecendo e não é porque tenha necessariamente casas novas sendo construídas porque agora já está um período em que está praticamente tudo construído mas é porque as pessoas alteram as suas fachadas prá seguir outras... (Professora de Esportes em Condomínio)

" A competição é clara entre eles ... você vai conhecer o condomínio hoje e aí você vê uma casa bonita, você volta daqui a 6 meses, alguma coisa está mexendo naquela casa, porque estão construindo outra perto. Então sempre um quer estar com a casa mais bonita do que o outro que está chegando, entendeu?" (Professora de Esporte em Condomínio)

Coloca-se aqui com bastante pertinência, as observações de Pred¹² já vistas no capítulo 3. A emergência de novos desejos e vontades, ainda mais por objetos de consumo conspicuo cada vez mais sofisticados, não pode ser entendida dentro de um quadro que iguale processos de consumo a necessidades objetivas, ou a publicidade ou representações de 'marketing' . Diferentemente, Pred defende a opinião de que a aquisição de um objeto de consumo somente é de fato consumada quando se dá sua real utilização, o que incorpora rotinas ocasionais ou, diferentemente, constantemente repetidas, isto é "até que lhe seja dado um sentido, que pode mudar com o tempo "¹³. É somente dentro deste contexto que se pode entender por exemplo o gesto do homem que

¹¹ Os lotes a que o entrevistado se referia, hoje já estão com muitas casas em processo de construção. Infelizmente, não foi possível conversar com ele sobre aqueles lotes e casas para ouvir suas impressões.

¹² PRED, A *op. cit.*

se endivida para obter as marcas de distinção que naquela comunidade lhe conferem prestígio e poder, tornando-o um membro especial e superior naquele grupo, em princípio, de iguais. Pred enfatiza que as relações de poder permeiam aquilo que se consome ou não, diariamente e, cita análise de Bourdieu para quem questões de bom gosto e preferência não são o produto de mentes autônomas mas são direta ou indiretamente construídas através da participação em práticas cotidianas e nas relações de poder a elas associadas.

A aquisição de bens de luxo, 'comandada' pelo 'habitus' faz parte da estratégia e estilo de vida adotados e os bens e produtos adquiridos convertem-se em sinais de distinção. E é desta forma que "a representação que indivíduos e grupos inevitavelmente projetam através de suas práticas e propriedades é parte integrante de sua realidade social"¹⁴ bem como as representações que outros indivíduos e grupos inevitavelmente fazem destas práticas¹⁵.

Acham-se aqui também elementos para se entender a figura das estratégias de reconversão que Bourdieu coloca e define como ações e reações permanentes aonde cada grupo procura se manter ou mudar sua posição na estrutura social (mantendo a escassez ou alta distinção de suas propriedades - por ex. sinos, arcos e colunas gregas na fachada da casa; como uma entrevistada falou, casas de arquitetura tipo "E o vento levou ...") assumindo-se, evidentemente, que todos os grupos estejam interessados em seguir na mesma direção. Featherstone¹⁶ citando Bourdieu para quem o gosto classifica e classifica o classificador, enfatiza que "preferências de consumo e estilo de vida envolvem julgamentos discriminadores que identificam nosso próprio julgamento de gosto e, ao mesmo tempo, o tornam passível de ser classificado pelos outros. (...) A oferta constante de novas mercadorias, objetos de desejo e da moda, ou a usurpação dos bens marcadores pelos grupos de baixo, produz um efeito de perseguição infinita, segundo o

¹³ PRED, A *op. cit.* p. 12.

¹⁴ BOURDIEU, P. 1979. *op. cit.* p. 564.

¹⁵ Recente estudo concluiu da importância do 'habitus' de classe e da análise de Bourdieu como um todo para o entendimento dos processos de reprodução social das elites de negócios na Alemanha e França. HARTMAN, M. Class-specific habitus and the social reproduction of the business elite in Germany and France. **The Sociological Review**. 2000. Outro estudo que utiliza o trabalho de Bourdieu na análise de questões empíricas específicas: CONWAY, S. The reproduction of Exclusion and Disadvantage: Symbolic Violence and Social Class Inequalities in 'Parental Choice' of Secondary Education. **Sociological Research Online**, vol. 2, no. 4, 1997. <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/4/4.html>.

¹⁶ FEATHERSTONE, M. *op. cit.*

qual os de cima serão obrigados a investir em novos bens (...) a fim de restabelecer a distância social original".¹⁷

Discutindo a questão da emergência de novos desejos e vontades, Campbell¹⁸ coloca a importância de análises que assinalem que um ato de consumo não pode ser visto apenas enquanto uma simples dimensão econômica mas precisa ser analisado considerando-se todo o seu significado sociocultural. Essa afirmação segue as preocupações levantadas por Veblen para quem uma dimensão importante de análise de mercadorias é saber como elas adquirem significado e não apenas como são feitas.

Entre todos os objetos de consumo, os bens de luxo, marcando o consumo do "desnecessário", são aqueles que nos colocam maiores interrogações quanto a seu significado e 'exigem' análises que nos façam entender a origem de sua demanda. Especificamente com relação a bens de luxo, Bourdieu ressalta que, dentre todos os campos possíveis, seriam aqueles que melhor expressariam diferenças sociais. Sua aquisição, em si, teria o poder de agir como um marcador social de superioridade sobre aqueles que têm suas ações dominadas por 'urgências comuns' - esse fato em si é fundamental numa sociedade onde consumo é a esfera privilegiada para diferenciação de indivíduos.

As diversas entrevistas indicaram que em São Carlos o topo da hierarquia de consumidores é 'ocupado' por cidadãos moradores em condomínios horizontais ou loteamentos fechados, e, dentre estes, os moradores do Condomínio Parque Faber ocupariam local privilegiado.

"Pq. Faber hoje [está] totalmente fechado. Então hoje, todas as novas esposas de médicos, as novas ... quer dizer as emergentes mesmo, têm que morar no Pq. Faber prá ser chique(...) Morar no Pq. Faber virou um rótulo (...) Condomínios [são] mais atrativos prá emergentes do que prá quem realmente tem dinheiro mesmo ... estas pessoas já se enjoaram da casa, tem lá suas fazendas, mas aqui na zona urbana pela praticidade mora em apto. (...) Acho que hoje quem tem não mostra, se esconde. Por questões de segurança e de praticidade." (Morador em bairro "aberto")

¹⁷ *id. ibid.* p. 38.

¹⁸ CAMPBELL, C. *op. cit.*

Um outro aspecto relacionado, mencionado nas entrevistas, se refere ao condomínio ser visto como 'lugar de novos ricos'. Novamente, a análise desenvolvida por Campbell¹⁹ dá algumas pistas para discussão. Discutindo o que para ele seriam limitações da análise de Veblen no que se refere a considerar consumo simplesmente como o resultado de uma competição por maior *status*, cita o estudo de Lauman e House sobre 'novos ricos' e assim caracteriza estes novos grupos: são aqueles mais abertos ao consumo conspícuo, principalmente porque precisam validar sua nova posição social; são aqueles mais conscientes da necessidade de consumir com 'bom gosto' para serem aceitos. E, quem lhes serve de parâmetro não são elementos da elite tradicional mas os 'novos profissionais'. No caso do condomínio discutido dois exemplos que parecem adequados foram dados em entrevistas: profissionais (no caso, arquitetos e paisajista) contratados por proprietários moradores nos condomínios não necessariamente para fazer projetos que reflitam aquilo que os proprietários são ou precisam mas que são chamados a desenhar algo que 'apareça', que seja 'diferente', que tenha um adicional, que 'chame a atenção'.

"Eu acho o Faber a favela dos ricos. Fui ver uma casa para comprar. (...) Achei a casa muito ... sei lá, feitas por arquitetos, então são cheias de canto e eu não estou acostumada com aquilo. Então cada cômodo perdeu um espaço violento para deixar bonito. Casas todas quebradas. Eu gosto de espaço. Não sei se é porque sou gordinha ... Eles quebram muito. Muitos cantos. Mezanino numa casa ..."
(Moradora em bairro "aberto")

"... então os valores do pessoal do Faber é muito de consumismo, muito um querendo ser melhor do que o outro. Tinha um rapaz lá que estava fazendo um projeto de irrigação (...) um projeto para o jardim e o rapaz estava comentando comigo... ele tinha programado num projeto para molhar as plantas às 6 horas da manhã e 7 ou 8 hs da noite que é a hora que tá fresco. E o dono ficou ofendido, "imagina ... (...) Não! Eu quero que faça tal hora e tal hora" "Mas tá um solão ... " "Não, mas é nessa hora que o povo vê. Nesta hora é que o pessoal está indo jogar bola e é nesta hora que tá todo mundo saindo de casa". Veja você, é essa a mentalidade lá, fazer para os outros verem e não prá você" (Moradora em Condomínio)

A opção por adquirir uma moradia no residencial fechado mais cobiçado no momento deve implicar em limitações e ausências, certamente em escolhas (quanto aos melhores investimentos culturais a serem feitos, por exemplo) e assim, a colocação de estratégias para toda a unidade familiar, que ao mesmo tempo em que aprende os códigos necessários para o alcance do objetivo, aprende também, a ler e decifrar estes códigos, num processo que se repete continuamente.

¹⁹ CAMPBELL, C. *op. cit.*

A ênfase na repetição constante do processo de produção e reprodução de códigos para apreciação de objetos de consumo e leitura de suas associações simbólicas colocam no centro do debate a ação da família, enquanto dimensão crucial e privilegiada para articulação das necessidades do mercado abstrato e da esfera da vida cotidiana. A família enquanto unidade de consumo ao mesmo tempo que "agência" controladora de processos educacionais informais mas efetivos que atua para garantir a reprodução das relações sociais e de poder básicas para a manutenção do sistema.

Ao discutir-se a família, o primeiro passo, seguindo Leser de Mello ²⁰, é a delimitação do espaço conceitual e abandono de pretensões de explicações totalizantes. A autora, deixando de lado idéias de padrões associados a muitas discussões que falam em unidades familiares nucleares, enfatiza o polimorfismo da forma família e vai falar em aglomerados familiares. O que, numa primeira e rápida leitura aparece como desorganização, é na verdade organização de uma forma diferente, segundo necessidades específicas.

Esse núcleo é que concentra, regula e dá ordem ao processo concreto de sociabilidade, dando forma a desejos por marcas de distinção, táticas para sua aquisição e posse e, continuamente, propiciando ferramentas para a leitura dessas marcas.

Ao longo desta investigação, exemplos foram dados que descrevem essa atuação: os 'sacrifícios' para se morar no lugar certo e a ansiedade continuamente presente na competição que impregna os processos de leitura e produção dos códigos de marcas de distinção e bom gosto, aos quais acham-se associadas relações de prestígio e poder. Estas relações mascaram relações sociais desiguais, dando-lhes um caráter de inevitabilidade e obviedade.

Estes processos são calcados na dimensão consumo, particularmente na aquisição compulsória de bens que agem como marcadores de distinção social e poder e uma importante questão coloca-se quanto ao objetivo maior do processo educacional

²⁰ LESER DE MELLO, S. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C.B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC - Ed. Da PUC-SP. 1997.

qual seja a formação de cidadãos capazes de lidar com diferenças, visando a implementação de um projeto comum.

Paralelamente, existiria uma busca pela ausência de conflitos: uma TV em cada quarto, um banheiro para cada criança. Esta privacidade dificultaria a existência de conflitos, vistos como indesejáveis ²¹. Contudo, sem eles impede-se também o aprendizado da negociação necessária para o estabelecimento de um projeto comum. Infelizmente, como indicado em algumas entrevistas, este processo também não seria fomentado pela escola, como visto no capítulo 4.

São, portanto, pertinentes questões quanto ao tipo de processo educacional aberto a estas crianças, muitas deslocadas em relação à comunidade maior ao mesmo tempo em que acham-se em contínuo movimento de competição por bens simbólicos, marcas de prestígio e poder *vis a vis* seus próprios 'iguais'.

Contudo, a realidade é mais nuançada e diferentes exemplos também foram dados de moradores de condomínio que questionam aspectos da vida intramuros aonde liberdade é confundida com ausência de limites e impermeabilidade a influências externas e que conseguem no cotidiano da dinâmica intramuros manter e ensinar valores de responsabilidade:

" Todo mundo acho tem essa preocupação de sociabilizar os filhos, de não viver isolado, ninguém fica sendo um livro aberto para ninguém mas ao mesmo tempo a gente tem que ter a sociabilidade que o ser humano precisa, ninguém é uma ilha. Eu estou conseguindo manter essas duas coisas (...) Eu saio com meu filho pequeno (...) ele gosta muito de ver os pedreiros, caminhão, ele gosta de ver as pessoas. Então o tempo todo que eu tenho, das 7 da manhã que ele acorda às 9 que eu venho para [o consultório] a gente fica pela rua (...) "bom dia", "como o Sr. chama? " "está tudo bem com o Sr? " (Moradora do Condomínio Faber)

"Liberdade... é um questão altamente problemática. (...) Eu acho que este é um problema grande não só de condomínio mas dentro de condomínio eu acho que ele se agrava – que a coisa é a liberdade. Então é a liberdade de fazer o que quer. Eu acho que liberdade não é fazer o que quer. Meus filhos tem liberdade – eles tem liberdade inclusive de me questionar quando eu coloco uma coisa e eles não concordam com isso. Só que se eu coloquei e eu dei um motivo claro para o que eu coloquei eu dei o limite. Eu não dou limite sem motivo ... Você tem crianças aqui, assim sem regras, sem controle. (...) [entrevistada deu exemplo já mencionado no capítulo 4] (...) eu quero saber onde meu filho está assim como

²¹ LASCH, C. *op. cit.* discorre sobre o desejo que existiria em nossa cultura de evitar conflitos, muitas vezes negando sua existência ou suavizando-os. Dizer "não" ou colocar limites transformou-se numa "arte". Diversos artigos em revistas populares abordam a questão, indicando seu apelo a pais confusos.

quando eu saio eu digo prá ele aonde eu estou (...) E tem regra: ele tem que voltar prá almoçar, ele tem que tomar banho todo dia... você acha que essa mãe sabia se fazia três dias que esse filho não tomava banho? [exemplo dado no capítulo 4] Ela não sabia. E ela falou isso com a maior naturalidade possível (...) como se eu fosse a neurótica ... " (Moradora do Condomínio Faber).

Capítulo 6

OS MÚLTIPLOS LADOS DO MURO: REPRESENTAÇÕES E CIDADANIA

A proposta deste capítulo é refletir sobre as relações entre o isolamento habitacional / segregação espacial, o processo de reprodução social e a questão de cidadania tendo como consideração subjacente a existência de estrita vinculação entre os discursos e práticas do cotidiano e as relações de poder¹. Evidentemente que a questão de segurança exerce um apelo importante: a maioria dos moradores de condomínio horizontais ressaltou a problemática da violência urbana crescente, principalmente em grandes centros urbanos, ao justificar sua escolha por moradia. Mas, quando se fala de cidades médias, no caso mais específico de São Carlos, esta justificativa, embora real, foi relativizada e outros fatores para escolha foram também apontados e explorados, principalmente como o morar em condomínios residenciais horizontais revela-se importante capital simbólico nas "lutas" no mercado de capital cultural. Ainda mais, nas várias entrevistas realizadas, pudemos perceber a existência de diversas representações dos muros e existência de ambigüidades, colocando-se a pertinência da discussão da questão do cerceamento para proteção como item polêmico para discussão e, tornando ainda mais dissonante a atitude de naturalidade associada, no geral, a formas de arbitrariedade e invasão de direitos.

Questões de direitos e verdade não são abstratas e assim a discussão a respeito de cidadania e justiça desenvolve-se dentro do espaço demarcado de um lado pelo discurso oficial de direitos individuais isto é o discurso moral e jurídico de justiça coletiva segundo o qual 'todos são iguais'; e de outro lado, por um discurso (melhor dizendo discursos) não articulado, porem extremamente disseminado, ligado a diferentes setores da sociedade, que justifica (mas também questiona) privilégios, desigualdades e impunidade, como indicado através de extratos de transcrições de entrevistas com moradores e não-moradores em condomínios horizontais em São Carlos.

¹ PRED, A *op. cit.*

6.1 " ... LOTEAMENTOS FECHADOS ? " DEFININDO CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS (HORIZONTAIS) FECHADOS E LOTEAMENTOS

Uma multiplicidade de linhas definidoras e contrastantes apareceu na voz dos entrevistados, em seus silêncios e reticências quando precisavam definir condomínios (não necessariamente seguindo perguntas da pesquisadora mas simplesmente quando desejavam enfatizar um argumento determinado). Essa diversidade de discursos sobre um mesmo tema apenas espelha as dificuldades de entendimento da matéria e, talvez mais do que isso, as diferentes interpretações sobre a legislação nesta área ligada a diversos atores políticos da comunidade.

A ausência de um Plano Diretor Urbanístico² na cidade torna os critérios para instalações de novos empreendimentos bastante flexíveis. Estes novos empreendimentos, atendendo a planos de investimentos e lucros econômicos mais imediatos e interesses político-eleitorais específicos,³, não obedecem a considerações de planos centralizados que contemplem as questões de cidadania e espaços públicos.

² Como mencionado na nota 2 da Introdução, esta pesquisa foi realizada antes da promulgação do 'Estatuto da Cidade' (Lei Federal nº 10.257/2001). Esta Lei, já prevista na Constituição de 1988, regulamenta a elaboração de Planos Diretores em todos os municípios que possuam mais de 20.000 habitantes. A existência de um Plano Diretor na cidade constitui uma condição essencial para regulamentar o crescimento da cidade de uma forma concertada que supere desigualdades e promova acesso igual aos bens e serviços urbanos. O presente trabalho focaliza um momento anterior onde a inexistência de um Plano Diretor 'permitia' abusos, alguns dos quais serão mencionados neste capítulo.

³ Nas diversas entrevistas fui informada sobre os 'desdobramentos urbanísticos aleatórios' da cidade de São Carlos, seguindo interesses político-eleitorais ou simplesmente interesses econômicos diretos e rápidos de personagens tradicionais da cidade. A ausência de um Plano Diretor estabelecendo as diretrizes para o desenvolvimento da cidade talvez seja ao mesmo tempo causa e consequência dos diversos interesses específicos. Alguns entrevistados assim se expressaram sobre a questão:

"... de um lado tem bairros muito ricos, de outro lado tem esta parte pobre. Cidade Aracy, Jdim, Medeiros, Sta. Felícia. Estes bairros explodiram em questão de 5 anos. Foram totalmente habitados rapidamente. Houve um atrativo para estes bairros se desenvolverem. Os grandes latifundiários começaram a lotear estes bairros e tem um grande latifundiário na cidade e tem alguns grandes bairros como Cidade Aracy, Jardim Medeiros e alguns outros bairros daquela região dali por ex. que ele fazia um loteamento, aí ele dava ... naturalmente com outros objetivos ... meio lote prá uma pessoa, prá pessoa comprar o outro lote vizinho. Ele acabou atraindo todo este povo. Este pessoal não deve trabalhar mas eles tem a casa. São edificações super precárias mas próprias. Eles não tem documentação mas são próprias. por ex. se você. conhecer a Cidade Aracy, você. pergunta "meu Deus, como é que alguém pode morar neste barranco enorme, é um buraco enorme, uma coisa meio pantanosa, totalmente arenosa, a gente pensa, como é que dá para morar neste areião? "

" Não tem plano, vão comprando terras, criando bairros. Por exemplo o esquema deste político, o bairro Cidade Aracy não tem condições de solo, é um areeiro, não tem condições para construção. O esquema dele sempre foi assim: ele doa meio lote e meio lote ele te vende. Vai pro Paraná para atrair pessoas. E ele te dá um prazo para construir, não tem projeto de casa. Você pode fazer sua casa de madeira, isopor, alvenaria, com tijolo, do jeito que você quiser. Não tem um padrão".

Na verdade, a multiplicidade de discursos encontrados entre os entrevistados quando o assunto era o de definir condomínios/loteamentos fechados espelha a grande diversidade de leituras da legislação, sempre amparadas por interesses específicos.

“ O condomínio fechado é aquele que tem perante a prefeitura. .. a cidade ... ele tem a vida própria dele sem depender de prefeitura de , coleta de lixo... luz elétrica,,, isso é um condomínio fechado. Agora loteamento fechado já tem a coleta de lixo da prefeitura, limpeza de rua... Um loteamento fechado pode ser um condomínio fechado depois desde que ... como é que é? para funcionar como condomínio fechado como condição precária... com o tempo ele vai passar a ser um condomínio fechado em vista dele não utilizar não depender de prefeitura, de órgãos públicos, no caso coleta de lixo, limpeza de rua, de SAAE.... seria isso o que define... E o loteamento fechado ... ele é fechado de fato e não de direito, já aqui é o contrário ... por ex. a sra. tem aqui hoje, aqui não é o caso porque todos os lotes não tem ligação (...) a prefeitura poderia vir aqui e dar uma passagem ... Então tem toda uma legislação a obedecer que é diferente.” (Corretor Imobiliário)

“ No caso aqui por ex. a Faber é a dona da área, a SOBLOCO é que implanta e administra a parte da infra-estrutura, asfalto... lote urbanizado, a prefeitura não tem nada a ver... só tem a ganhar, porque ela recebeu tudo prontinho, com asfalto, é que nem o SAAE e a CPFL, receberam tudo com energia elétrica, água, e a rede foi entregue sem custo nenhum, então a cidade só tem a ganhar com um empreendimento como este daqui. (Corretor Imobiliário)

“... Os loteamentos fechados não são legalizados..... Se uma pessoa vier, se identificar e quiser entrar, ela pode entrar. Se a prefeitura quiser abrir as ruas , ela pode abrir. Tanto que o condomínio mais antigo daqui não tem muro fechado, é cerca viva. Isto serve para todos os condomínios daqui da cidade. Em São Carlos não existe uma lei que autorize... os que existem não são aprovados pela Prefeitura como condomínio fechado. Existe uma legalização, um registro no cartório, toda uma estrutura e a Prefeitura concorda mas se ela quiser abrir ruas, ligar tudo, ela pode fazer isto. Só que existe uma concordância.... Em Campinas existe legislação”. (Moradora de Condomínio)

“... olhe, tem uma história pregressa de definição disto, na Câmara Municipal, a criação deste bairro. Então o que aconteceu? O investidor fez o planejamento, pegou a aprovação da prefeitura, construiu e doou para a prefeitura. Então na verdade esta rua é uma rua do Município. A minha rua não é dentro de um condomínio, é uma rua municipal. Acontece que em troca de asfaltar, fazer a canalização da água (...) num bairro normal seria a prefeitura mas aqui tudo foi o investidor que fez e nós que pagamos – porque quando compramos o lote estava embutido no custo. Então, em troca desta doação, a prefeitura aprovou o fechamento dos muros. Esta situação, juridicamente, é meio complicada (...) Foi assim também com essa via de acesso recém-inaugurada pelo prefeito, com festa, há uns 2 ou 3 anos, com grande publicidade ... Quem vai pagar? Quem comprar os lotes futuros vai estar embutido no custo... “ (Moradora do Condomínio)

Em entrevista realizada com o Promotor de Justiça de São Paulo, Dr. José Carlos de Freitas, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, Habitação e Urbanismo do Estado de São Paulo, procurei esclarecer a matéria já que na

prática de condomínios residenciais e loteamentos as exceções pareciam constituir a regra e a nebulosidade e confusão quanto ao entendimento parecem cumprir o papel de manter oculta a situação de irregularidade. Os parágrafos seguintes apoiam-se integralmente em extratos desta entrevista .

" Condomínios fechados e loteamentos são duas figuras jurídicas distintas. No caso dos condomínios fechados, estes são regidos pela Lei 4.591/64, que é a Lei de Incorporações Imobiliárias. Essa lei rege os condomínios no aspecto de que tudo aquilo que está dentro daquela área do projeto é área privada. O que é mais comum " é o condomínio de prédio de apartamentos (...) ou às vezes uma forma conjugada de dois ou três prédios de apartamentos ... uma grande área de lazer, playground, uma piscina, espaço para estacionamento, todos estes espaços (...) são espaços privados. Não há áreas que foram repassadas para o Poder Público. E aí está uma primeira diferença entre o condomínio e o loteamento. Quando você tem o loteamento (Lei Federal 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências) você tem um repasse de áreas públicas ao domínio municipal. Então são abertas vias de circulação, ruas, algumas vielas sanitárias, praças, áreas verdes, áreas institucionais (...) que são áreas reservadas para o município fazer uma creche, um posto de saúde, uma escola municipal, uma biblioteca ... enfim tudo que tenha uma finalidade voltada para o público. Então são bens de uso comum do povo. No loteamento há o recorte das áreas para formação dos lotes., as pessoas vão comprar esses lotes e construir suas casas em cima desses lotes. (...) No condomínio você não tem a figura do lote. (...) Se [se] pensar no prédio de apartamentos, você tem a unidade residencial, que é uma fração ideal do prédio que corresponde ao apartamento. Quem compra o apartamento também é proprietário em condomínio de uma fração ideal do todo, das áreas comuns ali ... das escadarias, do elevador, do hall, do playground, da garagem, da piscina etc... No caso dos condomínios horizontais (de casas térreas ou assobradadas) é a mesma legislação da dos prédios de apartamentos. Portanto, no caso do condomínio, não há o repasse de áreas públicas para o domínio público. No loteamento existe isso."

" E, quanto ao loteamento fechado ? É uma figura híbrida entre o loteamento e o condomínio que não existe em termos de legislação federal. Os Municípios estão criando estas leis locais , criando essa figura de loteamento fechado , preenchendo uma lacuna da legislação Federal. Então o que a Promotoria sustenta é que essa Legislação

Municipal não encontra respaldo na Constituição e que o Município está criando uma figura jurídica quando não há previsão na legislação federal. (...) No 'loteamento fechado' as pessoas simplesmente se assenhoram do espaço público, se apoderam desse espaço e pretensamente estão colaborando com o poder público quando dizem o seguinte: "você não precisa entrar aqui com o caminhão da prefeitura prá buscar o lixo, porque a gente recolhe e coloca aqui na portaria ... você não precisa fazer a manutenção das vias , que nós fazemos isso "... mas isso aí não é contrapartida nenhuma porque a população não está tendo retorno. Era um serviço que deveria estar sendo prestado pela Prefeitura. Mas alguém pode dizer "mas está deixando de colher lixo ali prá colher no resto da cidade". Não importa. Os impostos são todos pagos prá que esse serviço seja prestado em todo território municipal. Então , a contrapartida dos moradores desses loteamentos é assim imaginária, ilusória porque ela não devolve nada para a população. O espaço público está sendo privatizado. Aquele parque que era para lazer da população no fim-de-semana , está sendo restrito a um grupo de moradores. [Um exemplo ...] vamos imaginar que amanhã fechássemos o Parque do Ibirapuera e fizéssemos vários condomínios no entorno e disséssemos aos moradores "nós vamos cuidar do parque, das árvores, vamos cuidar da fauna, da flora, então esse é o nosso retorno e a prefeitura não precisa entrar com serviço público aqui." Você está privatizando uma área que hoje é um dos poucos espaços na cidade de São Paulo utilizados para lazer no fim de semana".

6.2 VANTAGENS DOS ESQUEMAS HÍBRIDOS PARA OS INCORPORADORES E OUTROS ATORES POLÍTICOS

Uma grande vantagem para o incorporador com relação a apresentar um esquema híbrido entre loteamento e condomínio é a de que neste esquema é vendido o lote onde o comprador tem liberdade para construir (o que tem mais apelo de mercado) e ao mesmo tempo lhe é oferecida participação sobre espaços públicos (o que não existe no caso de loteamentos). Ou, na explicação mais detalhada do Promotor entrevistado:

" [No caso de um loteamento] não se pode falar ... ' eu e X. somos proprietários de uma parte ideal da rua' . Não existe isso no loteamento. Se for um condomínio aquilo não é rua, é um caminho de acesso, particular. (...) não é uma rua pública mas um acesso para v. chegar à sua casa. Se foi registrado como loteamento, aquilo é uma rua pública. (...) Se v. fizer um condomínio grande (...) além de v. pagar IPTU sobre sua casa, v. vai

pagar também IPTU sobre as ruas, porque aquela rua não é pública. Então vai encarecer muito mais o seu condomínio. (...) A outra vantagem é a seguinte: o empresário além de vender um lote, para a pessoa construir do jeito que ela quiser, que tem um atrativo grande, a pessoa não tem que pagar IPTU sobre aquele espaço porque aquilo é um espaço público; (...) a prefeitura não pode tributar um bem que é dela. (...) [O comprador] privatiza uma área enorme e paga um valor menor do que pagaria num prédio de apartamentos. [Fazendo uma comparação, considerando] a qualidade de vida de uma pessoa que comprou um lote num loteamento fechado e aquele que mora num apartamento, o cidadão do apartamento está pagando mais do que ele. (...) se se fizer uma comparação do padrão de casa e de apartamento com a mesma área construída por exemplo, o cidadão que mora neste loteamento fechado está pagando infinitamente menos em relação a esse que mora num apartamento".

A criação por leis municipais desta figura híbrida, "loteamento fechado", também pode trazer certas vantagens específicas para outros atores políticos. Quando da criação do 'loteamento fechado' por lei municipal, ocorre ao mesmo tempo a autorização da utilização de ruas, praças, de áreas verdes, de parques e da figura de uma Associação de Moradores: "há algumas leis municipais que temos analisado que criam a obrigação para esta Associação (...) que deve arcar, grande parte das vezes, com os custos de manutenção de vias públicas, de coleta de lixo, ... até de patrulhamento por policiamento privado... (...) E aí começa uma série de irregularidades, de ilegalidades, de inconstitucionalidades. Porque o serviço público de coleta de lixo, de manutenção de vias públicas, de limpeza destas vias, já é custeado com o pagamento dos impostos, do IPTU. (...) O Poder Público contrata empresas para a realização deste serviço através de processos de licitação. Quando o município repassa isso para a Associação de Moradores, já surge a primeira dúvida: quem vai ser contratado? Não vão ser os moradores que vão fazer isso. Eles vão contratar uma empresa para fazer isso. (...) E, as vezes, é uma forma de se contornar a lei de licitação, de se contratar qualquer pessoa. (...) A Associação não está sujeita às regras de licitação. E, às vezes é contratada aquela empresa que tem uma certa ligação com o prefeito da cidade ... uma certa coincidência neste aspecto. Essas Associações também têm um certo caráter político [no sentido de que] acabam formando grupos de atuação que dominam certas relações dentro daquele loteamento, viabilizando a indicação de políticos que vão concorrer a cargos públicos dentro daquele município. Ou facilita o financiamento de campanhas de certos políticos.

Mas o aspecto que nos chama muito a atenção é a privatização do espaço público..." (entrevista idem). E é a este aspecto que os dois próximos itens irão se referir.

6.3 OS ESQUEMAS HÍBRIDOS E O BEM-COMUM: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CIDADANIA

A proliferação dos chamados condomínios e loteamentos residenciais fechados na cidade de São Carlos chama atenção pela rapidez com que vem ocorrendo. Os investidores imobiliários em cidades médias parecem contar com as representações do medo da violência em cidades grandes e com representações que consideram a questão *status* associada à moradia como uma peça fundamental no mercado de capital simbólico de distinção entre grupos sociais. E assim, elementos de segregação e diferenciação social são aprofundados e reproduzidos incessantemente. Neste e no item seguinte serão abordadas algumas questões de direitos segundo reflexões de N. Bobbio e de alguns entrevistados.

Um dos aspectos mais preocupantes da existência da figura híbrida "loteamentos fechados", segundo palavras do Promotor, é o da privatização do espaço público. "Aquela área que é ocupada pelo loteamento fechado era uma área indivisa, não havia ocupação. Com a criação do loteamento, vai surgir uma população emergente ali. De pessoas que vão morar, que vão ter necessidades públicas, etc. que vão transitar pelas diversas ruas da cidade para chegar até ali. Ou seja, [os moradores destes loteamentos fechados] vão ocupar o espaço urbano e vão privatizar outra parcela deste espaço" (entrevista idem). E, quando se cria um loteamento (pela Lei federal 6.766/79) são criadas áreas verdes, praças, áreas institucionais que deveriam, ser utilizadas por todas as pessoas da população. No caso dos loteamentos fechados esta área é privatizada. Então as pessoas que estão fora, não têm acesso a elas. Existem barreiras físicas (guaritas, cancelas, portões, muros, grades...) impedindo, ou ao menos criando certa inibição para que as pessoas de fora ingressem e freqüentem aquelas áreas, que são públicas, em princípio (entrevista citada).

Em seu sentido mais geral, “cidadania implica o direito universal aos equipamentos sociais existentes e aos bens que a sociedade produz” ⁴ não estando os as liberdades e direitos de cidadania sujeitos a barganhas⁵. Contudo, a realidade é marcada por profundas desigualdades onde a cidadania está ausente nas práticas sociais e é “... reiterado o desconhecimento do outro como sujeito de direitos” ⁶

Bobbio⁷, discutindo a questão de fundamentos dos direitos do homem, mostra como a existência de um fundamento absoluto é ilusória. Esta ilusão foi bastante comum durante séculos aos jusnaturalistas que imaginavam ter colocado certos direitos acima de qualquer refutação, derivando-os diretamente da natureza humana (ou seja, um sistema que aceitava como justo tudo o que se fundava na natureza). Diferentemente, Bobbio afirma a impossibilidade de atribuição de um fundamento absoluto a direitos historicamente relativos e levanta quatro dificuldades contra a ilusão que seria esta busca:

1) ‘Direitos do Homem’ é uma expressão mal definida e vaga que inclui definições tautológicas e termos avaliativos sendo, portanto, impossível dar uma noção precisa do seu significado;

2) ‘Direitos do Homem’ compõem uma classe variável, que tem se modificado ao longo dos tempos para incluir novos carecimentos, interesses, meios disponíveis para sua realização e transformações técnicas;

3) “Direitos do Homem” compõem uma classe heterogênea, podendo incluir desejos muito diversos e (o que é pior) incompatíveis, onde a afirmação de um implica na anulação do outro e

4) ligado ao anterior mas mais enfático ainda, onde revela-se uma antinomia entre os direitos invocados cujo desenvolvimento não pode proceder paralelamente (por ex. quanto mais aumentam os poderes dos indivíduos mais diminuem as liberdades dos mesmos indivíduos).

Para o autor, uma das teses fundamentais é a de que os direitos do homem são históricos, isto é, “emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria

⁴ MINTO, C. **Legislação educacional e Cidadania virtual anos 90**. São Paulo. 1996. Tese (Doutoramento em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

⁵ BARBOSA, J. **O que é justiça**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

⁶ TELLES, V. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza**. São Paulo. 1992. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. p.6.

⁷ BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem"⁸ Assim, direitos nascem em defesa de novas liberdades e contra velhos poderes, novos carecimentos ligados a mudanças nas condições sociais e de desenvolvimento técnico: direitos sociais vão sendo cada vez mais especificados , abrangendo setores cada vez mais localizados - crianças, idosos, mulheres etc.

"A Declaração Universal⁹ contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigurando-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais"¹⁰

Assim também com a discussão dos direitos de terceira geração, ligados à proteção do meio ambiente, por exemplo, e finalmente os de quarta geração ligados, por ex., às questões sociais relacionadas às transformações tecnológicas, genéticas etc. Esta declaração significaria então apenas uma certa 'pausa' num processo ainda não concluído.

" Os Direitos elencados na Declaração não são os únicos e possíveis direitos do homem: são os direitos do homem histórico, tal com este se configurava na mente dos redatores da Declaração após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, numa época que tivera início com a Revolução Francesa e desembocara na revolução Soviética . Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdades e poderes" ¹¹

Desta forma por exemplo, a questão do impedimento de determinada liberdade não se coloca como um problema simplesmente filosófico, não podendo ser dissociada do estudo dos problemas históricos, sociais, econômicos e psicológicos inerentes à sua realização. No caso do direito de ir e vir (o outro extremo do processo de fechamento

⁸ *Id. ibid.* p.32.

⁹ Se foi somente após a Guerra Mundial (1948) que a Declaração Universal dos Direitos do Homem foi promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi com a Revolução Francesa, principalmente, que Cartas Constitucionais das nações foram estabelecidas as quais, opondo-se ao processo de normas difusas e indiscriminada da sociedade feudal e as normas arbitrárias do regime monárquico ditatorial, [anunciavam] uma relação jurídica centralizada, o chamado "Estado de Direito que coloca-se como o oposto ao estado de Nascimento, ao Estado Despótico, até então existente sob a regência da aristocracia". COVRE, M. L.M. O que é cidadania? São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.p.21

¹⁰ BOBBIO, N. *op.cit.* p.30

dos espaços sociais) , afirmado no Artigo 5º da nossa Constituição , que trata das garantias individuais dos cidadãos, seu cerceamento parece estar relacionado ao aumento da importância do direito à propriedade e segurança. Em outras palavras, existiria uma crença geral em nossa sociedade neste momento econômico-histórico de que a realização deste direito (segurança patrimonial e individual) implicaria na reconfiguração do direito de ir e vir - sendo visto, por muitos, como um exemplo adequado ao que Bobbio se refere nos itens 3 e 4 acima ao discutir a questão da impossibilidade do fundamento absoluto, no caso, a existência de desejos incompatíveis, onde a afirmação de um implica na anulação do outro,

Acham-se incluídas nesta questão, duas grandes ordens de Direito, ambas contempladas na Constituição Federal: de uma lado, o direito de locomoção (expressão da liberdade das pessoas) e de outro, o direito à segurança (integridade e incolumidade físicas). Em processos específicos que vem buscando a legalização de loteamentos fechados é usado o argumento de que *o fato de o Estado não estar aparelhado o suficiente para garantir segurança ao indivíduo, justifica sua auto-defesa em loteamentos fechados*. Estes pedidos acabam sendo indeferidos pois se considera que ' loteamentos fechados ' são figuras híbridas, sem existência jurídica e que a não-existência de serviços de segurança ou sua insuficiência existe não somente para aqueles moradores mas para todos os residentes de um determinado município. Outrossim, desconsiderando a máxima do 'todos os cidadãos são iguais', estar-se-ia apoiando determinados grupos de maior poder aquisitivo dentro da sociedade, que poderiam suprir a insuficiência de serviços de segurança e excluindo deste processo aqueles que , não tendo dinheiro, precisam se sujeitar a criminalidade e serviços mal prestados"¹² Essas respostas individuais quanto à prestação de serviços que deveriam ser para todo o município, ligadas à existência de recursos econômicos diferenciados, seriam reforçadas com a aprovação desses 'loteamentos fechados', assim como o discurso individualista.

Moradora entrevistada, refletindo sobre a questão 'segregação habitacional e direitos' fez o seguinte comentário :

¹¹ *id. ibid.* p. 33.

¹² Todas as informações constantes neste parágrafo foram obtidas em entrevista com Dr. José Carlos de Freitas, Promotor de Justiça de São Paulo, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, Habitação e Urbanismo do Estado de São Paulo (20/06/2001) .

"Essas pessoas que se isolam nesses lugares é pensando em segurança, vamos supor. Ela não tem um direito assegurado. Ela tem um privilégio né de estar num lugar seguro. Então ela nunca vai exercer o direito dela mesmo de estar seguro em qualquer lugar ... Eu sempre falo que quem tem uma coisa melhor do que eu porque tem o dinheiro prá comprar, ela não tem um direito, ela tem um privilégio e aí ela esquece que nós vivemos numa sociedade . Então você tem o direito de por sua criança numa escola particular, com um ensino bom. Não ... você não tem o direito, você tem o privilégio porque se amanhã acabar o dinheiro do seu bolso você vai para o Estado. Você vai ver que a situação do ensino é falido praticamente. Você perdeu todo este tempo de estar lutando por um ensino gratuito de qualidade. Você perdeu esta chance por que ? enquanto você tem o dinheiro você compra os seus privilégios. (Moradora em bairro "aberto")

A questão de individualismo *versus* comunidade foi também abordada por outro entrevistado (jornalista policial) ao ser questionado especificamente sobre o crescimento da segurança privada:

"... é a prova viva que no Brasil nós estamos perdendo a crença na justiça. Desde que v. contrate um segurança prá ficar na porta de sua casa é ... porque v. já está pagando água, luz, já tem [taxa prá] segurança. Aí v. vai contratar um outro segurança prá fazer um serviço que a polícia não está fazendo. Quer dizer é o fim de tudo porque desde que v. bota segurança na porta da sua casa prá tentar barrar a ação do assaltante, v. está mostrando que a polícia está errada, que alguma coisa está errada. E em vez de v. abrir a boca no mundo, não v. põe a tranca, mete um segurança na porta e fala "eu quero que o mundo lá fora se dane, vou pensar na minha família". "

Tratar-se-ia, segundo Bobbio¹³, de considerar as condições específicas nas quais a liberdade de ir e vir pode ser cerceada. Como o autor afirma, o estudo que se impõe não é apenas filosófico: a questão do impedimento de determinada liberdade não pode ser dissociada do estudo dos problemas históricos, sociais, econômicos e psicológicos inerentes à sua realização. No caso da escolha por esquemas de moradia fechados, argumentos relativos a segurança foram discutidos e relativizados (capítulo 4) assim como questões relacionadas a família (capítulo 4) e *status* (capítulo 5). A enorme proliferação deste tipo de arranjo de moradia segregada parece estar também relacionada à questões de flexibilidade e tolerância com relação ao diferente.

6.4 A QUESTÃO DA TOLERÂNCIA

¹³ BOBBIO, N. *op. cit.*

Na prática, ao invés de expandir nossa capacidade de aceitação e tolerância com relação a diferenças e diversidades que caracterizam cada vez mais a sociedade, estamos vivendo um modelo de 'cidadania regulada' (Telles), onde proliferam exemplos de espaços higienizados que promovem uma sociabilidade controlada e um encontro de iguais. O estabelecimento de fronteiras demarca um território de inclusão e sentimentos de igualdade internamente e, de outro lado, marca uma clara oposição e exclusão a tudo que é de fora, "a todos que não são como somos"¹⁴.

Tratar-se-ia, então, da escolha por uma moradia cujo ideal "é a criação de uma ordem privada na qual os residentes podem evitar muitos dos problemas da cidade e gozar um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social"¹⁵. Contudo, o acesso à mercadoria 'moradia fechada' é restrito, limitado a capacidade de poder aquisitivo; o ter possibilita e confere legitimidade ao ser¹⁶. Análises e transcrições das entrevistas nos capítulos anteriores indicaram também como capacidade econômica é um elo frágil para sustentar quebras e conflitos. Ainda mais, como indicado no Capítulo 5 existe também um processo de diferenciação interna que é marcado por uma corrida incessante em direção à obtenção daqueles que são considerados como símbolos de distinção. Ao invés de negociação, a dinâmica da rotina interna do condomínio parece fortalecer a necessidade pelo estabelecimento constante de diferenças não negociáveis. Ao invés de alvos de negociação, as diferenças apontadas no capítulo 5, por exemplo, são entendidas como alvos que devem ser conquistados e um dia superados.

A intolerância a 'todos que não são como somos' é explorada pelos agentes que fazem da segregação espacial uma condição para segurança e bem-estar e tem-se, cada vez mais, o aparecimento de medidas que atuam no sentido de categorizar a realidade numa relação maniqueísta de um termo 'NÓS' (equalizado a segurança) e um termo 'ELES' (equalizado a suspeitos).

¹⁴ O sociólogo Loïc Wacquant, em recente visita ao Brasil, assim se expressou em entrevista sobre as questões de exclusão e moradia: "A dinâmica de guetificação aqui vem das classes mais altas, que querem criar seus guetos com seus bairros fechados". *Folha de São Paulo*, Caderno Ribeirão. 22/04/2001.

¹⁵ CALDEIRA, T. *op. cit.* p. 328.

¹⁶ Uma das conclusões de trabalho que focaliza o processo de inclusão/exclusão no espaço público urbano, via investigação de Painel de Informações ao público, pensando nos diversos sujeitos-alvo das mensagens, é a de que os diversos sujeitos são chamados a ocupar seus lugares na realidade urbana através de interpelações "de um *dever ser* a partir do qual se legitima seu *poder estar*." ZOPPI-FONTANA, M. Um estranho no ninho - entre o jurídico e o político: o espaço público urbano. **RUA**. NuDecri - Unicamp. Julho 1999. Número especial p.63.

Em seu artigo "As Razões da Intolerância", Bobbio¹⁷ distingue dois significados desta palavra: um relacionado a questões de tolerância a crenças e opiniões diferentes que estaria baseado em temas sobre a verdade e questões teóricas; outro significado diz respeito a questões de tolerância com relação ao diverso, seja por motivos físicos ou sociais, trazendo à tona os temas de preconceito e discriminação.

" A questão fundamental que foi posta sempre pelos defensores da tolerância religiosa ou política é (...) como são compatíveis, teórica e praticamente, duas verdades opostas? A questão que deve pôr a si mesmo o defensor da tolerância em face dos diferentes é outra: como é possível demonstrar que o mal-estar diante de uma minoria ou diante do irregular, do anormal, do "diferente", deriva de preconceitos inveterados, de formas irracionais, puramente emotivas, de julgar os homens e os eventos? "¹⁸

O autor analisa o significado do primeiro tipo de tolerância, ao passo que este trabalho concentra-se no significado de segundo tipo. As razões apontadas para segregação espacial são derivadas de intolerância entendida como discriminação, mal-estar não localizado ou justificado, desigualdade atribuída de forma irracional.

No tema de intolerância, transcreveremos as considerações obtidas em entrevista com um morador de um bairro de classe média alta, bastante exclusivo da cidade. Nas diversas reuniões da Associação de Moradores do referido bairro é recorrente o tema da colocação de muros, de artifícios que marquem os "que não são como somos" ou os "outros". Contrapondo-se a isso, o entrevistado enfatizava o diálogo como a melhor forma quando se quer trabalhar com a exclusão existente. Na verdade, a transcrição é um exemplo de 'exclusão internalizada', isto é do sentimento de exclusão como incorporado pelo "outro", por aquele que não é como somos, o prá lá do muro, o que nasceu do lado 'errado'.

"... Eu plantei duas ameixeiras aqui na frente da minha casa, porque os meninos passavam pra ir pra escola [crianças que vêm do Jdim. Sta Felícia, bairro pobre da cidade, para Escola Estadual de Primeiro Grau Conde do Pinhal], pra eles comerem. Aí eu falei pra o segurança "se eles subirem, estas ameixeiras estão aqui na frente da minha casa não quero que você espante". A primeira vez que os meninos chegavam, eu abria o portão, eles falavam " lá vem o homem " e corriam . Eu falava " não, não, venham, venham, vamos conversar...tenham cuidado pra não quebrar os galhos pra deixar para os outros também comerem"; aí eu conversava "v. subiu, tá comendo tudo? Coloque no bolso, venha e divida

¹⁷ BOBBIO, N. *op. cit.*

¹⁸ *id. ibid.* p. 204.

com seu colega que ficou em baixo; ... vs. podem plantar" ... " e planta? ", eles perguntavam. "planta sim". "Mas como planta?" " Olhe , cuspa. Isso aqui é uma semente...aí eles ficavam em dúvida, " ah, mas na minha casa não vai nascer." "nasce em qualquer lugar". Porque a gente já sente assim "não, mas eu sou pobre ... não vai nascer". Impressionante isso!. Por que a escola não ensina prá crianças que uma semente nasce em qualquer lugar ... a semente não sabe das exclusões que a gente faz... É impressionante esse tipo de coisa. Porque acho que prá quem é pobre a terra é pobre, parece que mistura tudo ... não sei o que é isso. ... não sou psicólogo, não sou antropólogo mas aí eu pensava como é que se constrói ... esta exclusão é muito maior do que a gente imagina "

E, um aspecto bastante preocupante é a naturalidade com que são feridos estes princípios constitucionais e como são aceitas estas quebras.

Bobbio resume o dilema claramente quando coloca que "o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não [é] mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los"¹⁹. Mais do que uma questão filosófica, seria uma questão política ampla no sentido de que mais do que saber e procurar provar a natureza de determinados direitos, tratar-se-ia de defendê-los.

*"Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados"*²⁰

Discursos individualistas, assim como argumentos que em última análise referem-se à justificativa *segurança* não soam dissonantes. A política neo-liberal toma perfeitamente assente estes discursos, determinando, enquanto ideologia dominante o que e como deve ser dito: os discursos disponíveis. O populismo autoritário²¹ da sociedade atual "leva a cabo um ataque violento e contínuo contra a noção de esfera pública, onde qualquer idéia de um todo coletivo ou provisão estatal é tida como desnecessária (...) e onde a idéia de que qualquer indivíduo possa ser responsável por qualquer outro indivíduo, além de sua própria família, é simplesmente deixada de lado"²². Contrariamente ao discurso cristão e jurídico de cidadania, justiça coletiva e compromisso com o social coloca-se a abordagem do discurso individual da 'profilaxia social'

¹⁹ BOBBIO, N. *op. cit.* p.25.

²⁰ BOBBIO, N. *op. cit.* p. 25.

²¹ HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1998.

²² WILSON, E. The unbearable lightness of Diana. **New Left Review**, no.226, Nov/Dec, pp.1346-145, 1997. p.143.

necessária e comprometimento apenas com as próprias famílias: "a individualização de assuntos coletivos" (id. : 143), abordagem que inclui as questões de cidadania, violência social, segurança, consumo, valores morais e estilos de vida.

Um ponto importante que Bourdieu (representando o grupo francês " Raison 'Aigir ") ressaltou na Conferência de Viena, já citada (capítulo 1), diz respeito ao questionamento de ' formas de fazer ' que tomamos como 'naturais'²³ . Diversos processos estão implicados no fazer e refazer da realidade social, por ex. a questão de 'status' como item importante na proliferação de esquemas habitacionais segregados, como foi mostrado. Esses processos precisam ser questionados e, a existência, tão simplesmente, de opiniões, reflexões e discursos diversos, produzidos por diferentes atores sociais indica a fragilidade destas 'verdades' e discursos monolíticos. E a questão não apenas sendo vista como uma questão técnica, demanda diálogo para soluções que contemplem vários ângulos. No caso específico de muros/barreiras que implica no binômio direito de locomoção/segurança, o Promotor de São Paulo entrevistado, já mencionado, deu o seguinte exemplo que considera uma solução equilibrada entre os direitos de segurança e de ir e vir:

" Qdo. eu falo com os empresários do setor imobiliário... eles vêm aqui tentar me convencer de que loteamento fechado é a grande solução ... eu cito como ex. o que acontece na Riviera de São Lourenço, que é um grande loteamento. Algumas quadras foram aproveitadas para casas e outras para prédios de apartamentos mas aquilo surgiu como uma forma de loteamento. (...) Lá, qdo. a pessoa ingressa no loteamento, não tem cancela mas sim um cidadão que fica anotando a chapa de seu veículo; [também] eles criaram uma certa barreira física que o obriga a reduzir a velocidade. Então v. tem um afunilamento da rua, são ruas largas, eles colocam lá aqueles funis de sinalização de trânsito, de modo a que só passa um carro por vez e tem uma lombada ao final desse afunilamento, e por esses dois motivos v. é obrigado a reduzir a velocidade, com isso v. faculta a que o cidadão, o guarda, tenha tempo para anotar sua chapa. V. é filmado e no entanto v. não é impedido de ingressar ; ninguém pergunta aonde v. vai, e nem exige identificação. Ninguém quer saber se v. é morador, adquirente de apartamento ou casa lá, enfim ... v. ingressa , vai lá na praia, pratica o seu lazer, que a praia é também espaço público, um bem de uso comum do povo, circula por lá e vai embora como se nada tivesse acontecido... e aí eu pergunto para esses empresários: "porque vocês não aplicam essa mesma figura?" (...) O que não pode é criar uma barreira como uma cancela. Essa cancela inibe a circulação das pessoas. Já é um fator de inibição. Eu não posso entrar que deve ser área privada ... na realidade não é, aquilo lá é área pública".

Analisando o exemplo dado, o entrevistado fez as seguintes considerações:

²³Ver nota 6 da Introdução, Revista 'Caros Amigos', jan. 2001.

" Então veja bem... neste exemplo é possível v. conciliar de um lado o direito de segurança e a vida dos moradores que têm a sua segurança privada, tem um patrulhamento interno com uma viatura particular (...) com o interesse de quem está fora que quer circular, que quer ver coisas bonitas, querem ver casas feitas com uma arquitetura diferenciada. (...) A paisagem urbana (...) se ela for bem trabalhada, [sua] beleza causa uma espécie de conforto psíquico para a pessoa que a vê . (...) Ao invés de circular [somente] por uma favela (...) ela vê coisas bonitas, bem projetadas, e até para os arquitetos , os engenheiros que projetaram aquela edificação têm um retorno, para mostrar o trabalho deles. Então, ver coisas bonitas não pode ficar restrito a um grupo de pessoas"

Este mesmo ponto foi levantado por uma moradora entrevistada quando relatou sua experiência de querer entrar num condomínio (item 4.3 , capítulo 4); seus motivos para a 'visita' relacionavam-se a curiosidade de quem deseja ver coisas novas e bonitas.

Nas 'Considerações Finais', esta e outras sugestões serão apresentadas à Administração Municipal. Contudo, elas devem ser vistas dentro de um contexto que priorize o diálogo entre diferentes representações e o processo de negociação. A transcrição seguinte 'fala' dos diversos lados do muro e a perplexidade do conflito de direitos na prática:

"... nós estávamos aqui dentro e de repente eu escuto o barulho de uma pedra, que bateu no telhado e até caiu aqui neste toldo. Eram uns moleques que estavam fora jogando pedra para dentro... ou seja, literalmente, alguém que se vê excluído desse muro gigantesco e que simbolicamente gostaria de furá-lo, sabe? ... foi um negócio chocante. Na hora eu pensei ... " nossa mãe, o que eu faço? Xingo? Vou atrás? Denuncio prá polícia? Faço que não vi? Ou então vou lá prá baixo, vou conversar? Quando eles viram que eu abri a janela eles fugiram... mas eu vou te dizer, eu fiquei chocada... é quase como se dissesse assim "não adianta você. se enterrar nesse muro, eu chego lá... " é um baita de um simbolismo , gigantesco, porque tem bem 3, 4 m. Prá mim a pergunta chave é esta... de quem é a responsabilidade desta pedra? Será que a responsabilidade é dele? Não acho que seja dele. É muito mais profundo do que isso. Ele sentiu aquela raiva deste muro... Eu entendo... mas ao mesmo tempo eu tenho que pensar na minha cabeça que poderia levar uma pedrada, ou do meu filho, ou do meu marido, não é?... então a gente está vivendo isso ... "
(Moradora de Condomínio)

6.5 "O QUE VOCÊ FEZ NO ÚLTIMO FIM-DE-SEMANA?" OS ENTREVISTADOS E O LAZER

" Confesso para você que depois que mudei para cá dificilmente saio daqui. (...) Quando morava num apartamento na outra cidade fatalmente eu saia. Se tivesse um dia bonito a gente ia para o clube, para a praça, andar de bicicleta, patins. E se tivesse um tempo feio a gente ia ao Shopping. Algum lugar a gente ia. Depois que eu mudei para cá, dificilmente eu saio daqui porque o grupo deles [os filhos] está aqui dentro e quando um ou outro viaja, eles chamam um amigo para vir passar o dia aqui. Joga bola, a gente faz um churrasquinho aí no fundo, meu marido e eu temos uma folguinha, pegamos uma sauna, faz um churrasco, joga bola no quintal. Dificilmente eu saio daqui de dentro, eu acabo [aqui]. Eu não acho que isto

aqui me basta mas na prática eu não tenho mais aquela ânsia de ter que sair. Eu sou uma pessoa mais caseira"(Moradora em Condomínio)

" acho que a gente fica meio isolado; já era um pouco antes por causa do jeito do meu pai agora não é por causa do jeito dele não, é por causa do lugar ... nossa! prá entrar aqui é ... pelo menos meus amigos [eles são de fora] de vez em quando eu até tento... mas não rola nada. " (Moradora em Condomínio)

" aí fora é mais em termos de vida noturna; agora durante o dia a gente fica mais por aqui mesmo. Geralmente algum lugar, jantar, café, final de semana, mais à noite. Agora durante o dia, até se ia muito no clube São Carlos mas agora acabamos ficando por aqui mesmo. (...) Não temos chácara ou sítio. Não gosto da idéia, não ". (Moradora em Condomínio)

Estas afirmações parecem compatíveis com as reflexões feitas por uma entrevistada moradora de um bairro de classe média alta da cidade, quando perguntada sobre as atividades de sua família no último fim-de-semana:

" Nós fomos prá Ribeirão jogar boliche no shopping de lá. No Sábado teve festa da irmã de uma amiguinha do meu filho. A gente passeia muito com as crianças. A praça, o kartódromo, fora um pouco mas principalmente nós ficamos aqui em São Carlos, nós vamos ao clube country, ao SESC, à Federal andar de bicicleta, à USP, ao Pq. Ecológico, se por ex. tem uma corrida de kart, nós vamos lá. (...) Eu tive uma infância muito boa. Brinquei demais. Meu marido também. Acho que a gente traz isso prá vida adulta. Então você quer que suas crianças tenham isto. Brincar, ir prá rua. Acho que faz parte. (...) Tudo tem-se medo. Quem mora num condomínio acho que sai menos. (...) Agora, essa pergunta sua me abriu os olhos para uma coisa ... quem mora em condomínio fica muito mais em casa (...) Eu acho que o pessoal que mora em condomínio já tem tudo lá [e] está pagando aquele cond. então quer aproveitar, e fica lá. Cria uma certa obrigatoriedade. É como ter um apto. na praia: você se sente na obrigação de estar indo sempre. As pessoas tem uma obrigatoriedade de ficar lá. Quando é diferente, diversifica e cria uma sociabilidade maior ... " (Moradora em bairro "aberto")

As oportunidades de lazer abertas para toda a população são praticamente inexistentes. Alguns entrevistados mencionaram a questão e suas consequências.

" A classe mais alta querendo ter lazer ela sai daqui e vai para Ribeirão Preto, freqüentar os bares, ir ao shopping, ao cinema. O lazer está lá. O pessoal pega o carro e sai. (...) Alternativas para adolescentes de bairros periféricos não existem. Precisamos criar programas para criar espaços de lazer na comunidade, trabalhar estes espaços junto ao poder público. (...) Veja agora qdo. se criou aquele espaço no centro, próximo ao mercado, que é um espaço que tem quadra etc. ... e que é totalmente aberto à comunidade, aquilo lá acho que é o mínimo. Só que foi feito um no centro da cidade. Quando na realidade isto deveria estar distribuído, espalhado. (Líder no trabalho social com menores da cidade)

"... há anos venho lutando ... a prefeitura com poucos recursos transformaria estas áreas que hoje são abandonadas em áreas de esporte e recreação para a sociedade, com quadra de volley e área com pista para as pessoas de mais idade, os adultos jogarem malha, alguns aparelhos de ginástica, principalmente para estes que não tem acesso aos clubes da cidade e tudo o mais que é a grande massa e além disso estaria melhorando o aspecto urbanístico, visual da cidade, oferecendo alternativas aos jovens (...). É muito fácil dizer "está nas drogas" mas ele não tem muitas alternativas ... você, anda na cidade, na periferia, no final de semana. Cruza com moçada sentada numa esquina, ouvindo rádio, uma música, fumando, tomando uma cervejinha. Obviamente, ele gostaria de ocupar parte daquele tempo queimando energia com esporte, com coisa positiva, mas não consegue fazer porque não tem opção. (...) A maior parte dos políticos olha a sociedade como uma massa de manobra.... para a maioria dos políticos, política é um meio dele crescer financeiramente, posição pessoal, interesses pessoais, não interesses da comunidade, da sociedade. (Vereador de São Carlos)

6.6 INCLUSÃO, EXCLUSÃO E RECLUSÃO : TRÊS MOVIMENTOS COM UM SÓ MURO

*"... As grades do condomínio
São para trazer proteção
Mas também trazem a dúvida
Se é você quem está nesta prisão"*

(Grupo RaPPa ; música: "A minha Alma"; ano: 2000)

O muro que inclui é o mesmo que exclui e é o mesmo que provoca sentimentos de reclusão pelos que estão dentro de seus limites e sentimentos de agressão, talvez até mais acirrados, por parte daqueles que estão fora de seus limites; barreiras têm também o poder de potencializar os "outros", somando aos inimigos os anteriormente indiferentes. As considerações feitas pelos entrevistados colocaram estes diversos ângulos.

O MURO QUE INCLUI...

"....eu vejo, neste condomínio que as pessoas mudam... meu marido mudou... ele está se engajando em coisas com as quais ele não se engajava antes... em coisas relativas ao condomínio, melhoria da vida na comunidade sabe? Então tá havendo este movimento que eu acho que é positivo ... eu nunca mais tinha tido isto... uma xícara de farinha que a gente mandava prá vizinha.. então existem mecanismos, vamos dizer, de sociabilidade que são nascentes..." (Moradora de Condomínio)

... É O MESMO QUE EXCLUE...

"... uma coisa que aconteceu que incomodava muito algumas pessoas da Associação, eram crianças que vinham lá de cima de Sta. Felícia [bairro pobre de São Carlos] e costumavam passar para ir para a escola e começaram a pensar em cercar para segurança com arame farpado. Então isso impedia as crianças que vinham ali pela caixa d'água que tinham que encompridar o caminho. Aí não sei, os pais das crianças começaram a cortar o arame e a gente começou a colocar em

assembléias que " olha , nós estamos declarando guerra para a população... não é assim que se faz, colocar arame farpado é uma coisa agressiva, é declarar conflito mesmo " Isso não era muito aceito. ... " (Morador de bairro "aberto", que tem em suas reuniões o tema sempre recorrente de cercar ou murar suas ruas)

... QUE É O MESMO QUE PROVOCA SENTIMENTOS DE RECLUSÃO

" Tem amigo meu que não vem aqui porque eles não gostam de toda esta burocracia prá passar na portaria: eles pegam RG, nome inteiro, telefone, anotam placa do carro, a hora em que entrou , que saiu. Eu tenho uma turma, (...) do tempo do colegial (...) aí eles vinham me buscar , só que eles evitavam ao máximo, sempre vinha dois ou três carros, só que só um entrava, passava aquelas coisas, o que estava com paciência aquele dia entrava para me buscar... mas chegou uma hora em que ninguém vinha mais aqui; tinha que passar por tudo aquilo. Tem amigo meu que não gosta de vir aqui, porque tem que passar por isso tudo ... aí nem vale a pena... estava perdendo amizade " (Moradora em Condomínio)

"... e você acha que se acha natural morar-se numa quase prisão com muros altos e arames ? (Moradora em Condomínio) ²⁴

Assim, se de um lado, o estabelecimento de fronteiras demarca um território de pertencimento e sentimentos de igualdade internamente, de outro lado, marcam uma clara oposição e exclusão a tudo que é de fora, "de todos que não são como somos". Os muros marcariam o espaço dos "cidadãos-totais" (os de dentro), diferenciando-o do espaço dos "meio-cidadãos" (os de fora). Contudo, como as transcrições e análises assinalaram, o segregamento também configuraria o espaço da reclusão. Ainda mais, os muros, longe de afirmarem a existência de um interior uniforme e imutável, constitui-se em *locus* privilegiado para a troca e " luta " no mercado simbólico de bens culturais e para o processo de aprendizado de esquemas de codificação e decodificação dos sinais de distinção e hierarquia que lhe é implícito.

²⁴ Esse aspecto, aparato de segurança – prisão, é focalizado com maestria no conto 'Segurança'. VERÍSSIMO, L.F. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 RESULTADOS OBTIDOS

Confirmando as hipóteses levantadas, os comentários e análises das entrevistas realizadas neste trabalho de investigação tornaram mais visível a realidade da multiplicidade de representações dos muros e da importância dessas ambigüidades. Tornaram, ainda, bastante frágeis explicações que recorrem tão somente ao argumento segurança. Segurança é um argumento real, como todas as entrevistas demonstraram, mas foi relevante desvendá-lo, para alcançar a importância de outras dimensões na explicação de espaços habitacionais segregados, numa cidade como São Carlos.

A necessidade de conhecer outras dimensões que fossem relevantes para entender a escolha por moradias segregadas levou-me a discutir as contribuições de Bourdieu¹, particularmente seus conceitos e noções de *habitus*, reprodução social, marcas de distinção, '*status*', mercado de bens simbólicos e representações. Discussões sobre consumo ajudaram a ampliar o conhecimento da comunidade de consumidores de condomínios horizontais. O processo de consumo, entendido não como o último estágio do processo de produção mas enquanto dimensão que envolve projetos e estilo de vida, deu uma dimensão relevante à existência de bens simbólicos, às decisões quanto a escolhas de bens culturais, estratégias de adiamento de recompensas, às aparentes contradições individuais. Nas aquisições dos indivíduos há mais elementos do que simplesmente a compra de novos objetos. Aquisições incluem desejos de mostrar, sabendo que aquelas aquisições serão lidas e interpretadas segundo um código interno de diferenciação e poder. Está implícito, assim, o processo de aprendizado de esquemas de codificação e decodificação de marcas de distinção, de estabelecimento de estratégias de vida e planos (individuais ou coletivos, isto é, da unidade familiar) de aquisições de bens culturais e simbólicos: do que deve ou não ser adquirido, comportamentos "adequados" ou que devem ser extintos, características que devem ser ou não reforçadas, gostos que devem ou não ser mantidos, enfim a aquisição de determinada competência cultural.²

¹ BOURDIEU, P. 1979. Op. cit.

² *Id. ibid.*

Dados das entrevistas sobre as comunidades fechadas pareceram também apoiar outros aspectos levantados por textos básicos consultados. Essas comunidades, em sua descrição, apresentam um elemento importante de contínua "luta" silenciosa por domínio no mercado interno de bens simbólicos e a determinação de uma hierarquia interna de poder. E assim, aos muros visíveis que separam esses grupos dos outros "de fora", acrescentam-se os muros internos invisíveis que se referem ao processo sempre mutável de apropriação de marcas de distinção, *status* e poder.

Quando perguntados por que escolheram morar em condomínio, as respostas dos 14 entrevistados moradores em condomínio, enfatizaram basicamente o seguinte: a questão segurança, com o condomínio sendo visto como "única opção segura para quem gosta de casa térrea"; família/ qualidade de vida/ espaço de lazer principalmente para as crianças, com a família podendo "ficar mais junta aos domingos", ou as crianças podendo "ficar soltas à vontade, com segurança". Estas principais justificativas foram analisadas no Capítulo 4.

Quando moradores em bairros 'abertos' foram questionados se morariam em condomínios fechados e por quê (Tabela 2, Capítulo 4), a maioria citou 'ausência de espaço' e 'ausência de privacidade' como razões para preterirem essa opção. Apenas uma entrevistada afirmou desejar morar em condomínio fechado, não o fazendo por motivos econômicos. Paralelamente, alguns não desejavam essa opção de moradia por considerá-la prejudicial à educação das crianças, ao lhes proporcionar um ambiente que favorece apenas um encontro de iguais. Diversos entrevistados deste subgrupo e outros dois do subgrupo de profissionais ligados ao condomínio, referiram-se especificamente ao Condomínio Parque Faber que, possuindo ampla área de lazer, criaria uma certa obrigatoriedade de permanência em seus limites, facilitando um distanciamento da realidade da cidade. Esses entrevistados questionavam se os moradores de condomínios seriam mais comprometidos com a comunidade pequena do condomínio do que com a cidade de São Carlos. Tais dúvidas como que exigiram a discussão de questões ligadas a cidadania e direito, conflito de direitos assegurados na Constituição (o direito de ir e vir e o direito à integridade física), questões relativas ao processo de educação e comportamentos de tolerância e representações quanto aos temas de inclusão - exclusão - reclusão. Estas discussões, iniciando-se pela definição de condomínios residenciais (horizontais) fechados e loteamentos, desenvolveram-se no Capítulo 6.

Os temas recorrentes e as principais justificativas apresentadas nas diversas entrevistas foram: violência e segurança; família e educação das crianças; e cidadania.

VIOLÊNCIA/ SEGURANÇA

Uma das partes principais do Capítulo 4 foi uma certa desmistificação do argumento segurança. Como consequência, segurança, apesar de real, foi relativizada e considerações sobre *status* ganharam peso na explicação da proliferação de espaços habitacionais segregados na cidade de São Carlos.

Violência e seu corolário segurança são temas preocupantes e foram bastante mencionados na maioria das entrevistas realizadas, contudo, variaram as maneiras como esses temas foram abordados, indicando a existência de diferentes representações sobre a questão.

O Capítulo 4, item 4.3, considerou em detalhe as representações dos diversos grupos, com extratos das entrevistas, e tabela com dados de criminalidade na região. Basicamente, sete foram os tipos de questões :

- Aumento constante do refinamento tecnológico de técnicas de segurança pode levar a crimes mais qualificados e potencialmente mais violentos. Argumentos sugerem que sofisticação tecnológica pode dar-se indefinidamente, sempre num crescendo, não oferecendo, contudo, uma resposta adequada ao problema inicial de violência. Entrevistados mencionaram que esta escalada é contraproducente, podendo levar também a uma escalada nos níveis e tipos de crimes: por exemplo um crime 'simples' contra a propriedade, roubo de uma casa, por exemplo, poderia, por causa dos muros do condomínio, levar os ladrões a seqüestrar o proprietário em seu carro, fora dos limites dos muros, intimando-o a entrar no condomínio, caracterizando-se, enfim, como crime contra a pessoa.
- Técnicas de segurança mais sofisticadas não necessariamente detêm o crime. Diversos entrevistados mencionaram 'casos' (ocorridos em São Carlos ou não) que

expuseram a falta de relação entre sofisticados itens de segurança e a eficácia da prevenção. No final do trabalho é discutida a importância do diálogo e da negociação, complementando itens de segurança.

- Obstruções diversas, e mais precisamente os muros e grades, terminariam por salientar a especificidade de um determinado local, colocando implicitamente a questão de que algo especial existiria lá, atizando a 'curiosidade' ;
- Obstruções teriam o 'poder' de aumentar o número de inimigos potenciais, pois transformariam em inimigos reais os anteriormente indiferentes. Uma das características do condomínio é a ausência de aspectos característicos marcantes que os ligue a uma localidade específica a seu redor ³; nenhum dos entrevistados - moradores em condomínios - assinalou contato com vizinhos imediatamente próximos, do lado de fora dos muros .
- Técnicas de vigilância produziriam estigmatização. Sua proliferação, cada vez mais baseando-se em cálculos racionais e 'fórmulas matemáticas', envolveria cada vez menos, diálogo e negociação. Diversos entrevistados salientaram a rigidez, por exemplo de encaminhamentos na portaria de alguns dos condomínios, que não procedem a qualquer tipo de negociação com o visitante, mesmo este apresentando documentos. Por outro lado, um entrevistado, representante de grupo local de Segurança Residencial, comentou que medidas de segurança são tomadas sempre em função de solicitações dos próprios moradores, o que coloca questões sobre o processo de decisão interna (também discutidas no item 4.3).
- A forma sensacionalista e simplista como a 'mídia' reporta casos e dados sobre a violência, enfatizando os casos negativos, impediria que soluções alternativas fossem propostas.. Um dos entrevistados, profissional com larga experiência de trabalho com adolescentes infratores da cidade, confessou, por exemplo, que havia naqueles dias, recebido relatório da polícia, confirmando não ter havido no ano 2000 nenhum

³CALDEIRA, T. *op. cit.* p. 265. "Com seus muros e controles, seu foco totalmente voltado para dentro, os condomínios fechados adquirem uma relativa independência do meio ambiente ao redor. Assim, eles são versáteis e flexíveis , ilhas de distinção que podem ser inseridas em qualquer tipo de vizinhança".

crime/homicídio cometido por menores da cidade; contudo, ele não havia sentido nenhum reflexo dessa boa notícia por parte da sociedade mais abrangente.

- Restrição e privacidade são interpretados diferentemente, mesmo por moradores em condomínios. Os que vêem restrições tais como controle permanente, técnicas de segurança sofisticadas, regras estritas, distância de uma forma positiva, as associam a privilégios e exclusividade que o dinheiro pode comprar. "A posse" dessas restrições seria indicativa de posse econômica e *status* social mais elevado. No caso dos que vêem essas restrições de forma negativa, os principais argumentos são o de proximidade das casas e esquemas de segurança na portaria muito burocráticos, afugentando os visitantes.

FAMÍLIA / EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Estes temas foram analisados, utilizando-se o referencial teórico de Bourdieu sobre teoria de consumo e marcas de distinção sociais, mais especificamente suas noções de *habitus*, escolha, representações, consumo conspícuo, consumo de bens culturais e simbólicos, mercado de troca de bens culturais.

A aquisição de bens de luxo, 'comandada' pelo *habitus*, faz parte da estratégia e do estilo de vida adotados, e os bens e produtos adquiridos convertem-se em sinais de distinção. A família e o grupo de pares mais próximo e também a escola possuem papel fundamental no aprendizado e no 'deciframento dos códigos' implícitos nas marcas de distinção.

Habitus é entendido como o princípio gerador de todas as práticas (incluindo tanto aquelas necessárias para a produção de marcas de distinção, reconhecíveis, isto é, práticas classificáveis como aquelas necessárias para decifrar códigos de distinção, ou práticas classificadoras. As categorias de escolha e gosto foram entendidas dentro destes parâmetros. Um pressuposto foi o de que o nível de representações projetado pelos indivíduos, através de suas práticas, é uma parte integral da realidade social⁴. O estudo dessas práticas e marcas de distinção, portanto aumenta o conhecimento daquele

⁴ BOURDIEU, P. 1979. *op. cit.*

específico grupo de indivíduos.

Somente dentro desse arcabouço é possível entender estratégias de estilo de vida adotadas: o morar no lugar 'certo' (no caso de São Carlos, os condomínios residenciais horizontais fechados), isto é, aquele que propicie maior número de contatos relevantes para escolhas futuras; pertencer a ele, em si, como sinal de distinção, indicando uma posição 'especial' na cidade ainda que esta escolha implique restrições e o adiamento de recompensas.

Seria oportuno citar alguns exemplos do que foi dito acima, dados durante as entrevistas e mencionados nos diversos capítulos: morar em uma casa quase vazia por ter vendido muitos dos bens anteriores para comprar a possibilidade de estar naquele condomínio; fazer um vultuoso empréstimo para construir uma fachada monumental e manter o interior da casa numa simplicidade rústica (sob críticas de outros membros da família); reformar constantemente o exterior da casa para deixá-la compatível ou ainda mais 'especial' que a de seus vizinhos, 'aperfeiçoando' marcas de distinção que tornem seus donos especiais naquela comunidade, ou seja, que os coloquem mais alto na hierarquia de relações de poder dentro do condomínio..

As crianças se desenvolveriam, dentro deste meio, fechadas, e mais completamente expostas às características de um meio que entende a capacidade de consumo como a definidora principal de capacidades individuais. Naquela comunidade, como enfatizaram alguns entrevistados de bairros 'abertos', o que une os membros é seu poder de consumo: *" não sei se a pessoa vai prá lá é prá se esconder (...) ou se é segurança, ou se é status mesmo. E esta escolha de estar junto, acho que é só o nível financeiro que faz a seleção, né? "*

Quando perguntados sobre questões de educação das crianças, os diversos entrevistados (moradores ou não em condomínios) levantaram diversos aspectos relacionados a cada um desses tópicos e alguns extratos aparecem nos diferentes capítulos. Em síntese, as principais questões levantadas foram:

- A segurança do ambiente fechado para o lazer seguro das crianças, foi apontada por praticamente todos os entrevistados, moradores ou não em condomínio. No caso de não - moradores a maioria tinha dúvidas quanto à relação entre aspectos positivos e

negativos (não aprender a negociar com diferenças). No caso de moradores, alguns mencionaram que alguns pais 'usariam' a certeza dos muros como elementos definidores do que pode ou não ser feito, adotando uma posição de complacência, bastante negativa quanto ao aprendizado de hábitos e necessidade de regras.

- Diversos entrevistados levantaram questões que enfatizavam a exposição das crianças a uma visão que ligaria competência e 'valor' individual à capacidade de consumo. Nesse aspecto, entrevistas com pais e lojista do *Shopping Center* foram reveladoras (Capítulo 3 apresenta alguns extratos destas entrevistas), pois o *Shopping* seria visto tão somente em seu aspecto de proporcionar um 'ambiente seguro', não parecendo importar seus efeitos educacionais enquanto 'templo do consumo'.
- Dada sua exposição e concentração a um tipo de sociabilidade sempre entre iguais - igualdade em sua capacidade de consumo - foi bastante questionada a possibilidade daquelas crianças poderem lidar com diferenças e desenvolverem habilidades necessárias a processos de negociação.
- Também foi ressaltada a existência de comportamentos relacionados à dificuldade - enquanto reais donos daquele espaço - em lidar com estranhos; comentários de alguns entrevistados (moradores em condomínio e bairros 'abertos') seriam exemplos adequados da chamada "psicologia do território"⁵.
- Em relação ao item anterior, diversos entrevistados mencionaram a separação que existe entre as relações desenvolvidas dentro daquele microcosmo e o mundo real, questionando a preparação das crianças para o enfrentamento de dificuldades objetivas.
- Entrevistados, moradores em condomínios, assinalaram a dificuldade que têm em estabelecer regras e horários, pois o cotidiano do condomínio parece o de "um eterno clube, no verão". Este foi um problema apontado principalmente pelos

⁵ JACOBS, J. *Op. cit.* A autora fala de "psicologia do território" referindo-se à tendência de concentração de um número significativo de indivíduos que temem contatos fora de sua classe.

moradores do condomínio com ampla área de lazer e, segundo eles, apesar de dizer mais respeito às crianças, aplicar-se-ia também a alguns adultos.

- Todos os itens anteriores questionam a eficiência desse processo na formação de cidadãos, uma vez que o processo básico de socialização não priorizaria a incorporação de regras baseadas no respeito mútuo e cooperação. Um entrevistado, considerando o processo de socialização entre iguais e as dificuldades para o desenvolvimento de processos de negociação, questionou o tipo de cidadão que estaria sendo desenvolvido (Capítulo 4, item 4.4) .

CIDADANIA

Diversos entrevistados, moradores em bairros 'abertos' ou especialistas consultados, questionaram a relação condomínio e sociedade mais ampla. No geral, suas dúvidas relacionavam-se ao processo de fechamento característico da vida em condomínios, indagando se um indivíduo morador num condomínio teria maior compromisso com seu grupo local ou com a comunidade mais ampla, a cidade.

Seguindo leituras que mencionavam estudos na área de moradia em condomínios nos Estados Unidos ⁶, onde moradores relutavam em pagar determinadas taxas municipais, alegando já pagarem taxas altas relativas a facilidades de lazer ou outras, dentro do condomínio (piscina, quadras, sala de leitura, etc.), os diversos contatos realizados neste estudo procuraram saber a opinião dos moradores entrevistados. Nenhum morador de condomínio entrevistado questionou o pagamento de taxas municipais; porém, nenhum, também, utiliza-se da rede de serviços comunitários sejam culturais ou de lazer da cidade. Fato é, contudo, que esse tipo de procedimento é o mesmo para praticamente todos os entrevistados, morem ou não em condomínios. Tal comportamento parece refletir a precariedade dos serviços públicos oferecidos à população, em geral, e ao comportamento geral de não - compromisso com a rede pública de serviços.

⁶ LIND, M. *op. cit.*

Alguns especialistas entrevistados mencionaram a importância de atividades de lazer que ofereçam alternativas, organizadas e adequadamente equipadas, sobretudo para grupos de adolescentes. Estas opiniões serão mais detalhadamente comentadas na última parte, a seguir, relativa à apresentação de sugestões práticas, surgidas desta investigação, para implementação em planos políticos desenvolvidos na cidade.

Um aspecto que surgiu a partir de entrevistas com moradores de condomínios ou não, e foi reforçado pelos especialistas consultados, refere-se à existência de corpos específicos de leis, válidos apenas dentro dos muros. A existência dessas pseudo-legislações específicas, segundo os especialistas entrevistados, é preocupante. Exemplo foi dado de acobertamento de roubo intramuro, tendo o entrevistado ressaltado a diferença de tratamento dispensada, isto é 'perdão' quando se trata de um infrator 'de dentro dos muros' e prisão e intolerância quando se trata de infrator 'de fora'.

A questão de pseudo-legislações ou códigos de conduta que agem dentro de limites bastante específicos e o processo contínuo de produção e reprodução de marcas de distinção que estabelecem grupos e hierarquias sociais e de poder internos trazem à tona a importância da discussão sobre o processo de fragmentação que 'paira' sobre a sociedade atual. A pergunta colocada por uma entrevistada sobre os perigos deste processo é pertinente: "*O que vai acontecer com a cidade?... Eu fico pensando neste bairro (o caso do bairro Jardim Canadá em Ribeirão Preto, mencionado no capítulo 1), este pedaço que cercaram, já pensou se cada um resolve construir outro muro e pegarem um pedacinho prá eles, isolado, ali dentro ?*"

2 SUGESTÕES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Nesta parte final serão articuladas algumas considerações, que gostaria, pudessem oferecer subsídios para ações da Administração Municipal quanto ao processo de proliferação de esquemas de habitação segregados. Estas sugestões devem ser vistas dentro de um contexto novo dado pela definição do Estatuto da Cidade - Lei federal nº 10.257/2001⁷. Se até então a proliferação de esquemas de ocupação de áreas públicas

⁷ Ver nota 2 Capítulo 6.

contavam com a indiferença (quando não, a sutil cooperação)⁸ das prefeituras, a definição do estatuto muda esse cenário ao tomar possíveis esquemas que visam ao desenvolvimento urbano controlado. Discussões do Estatuto da Cidade ocorrem amplamente pois essa lei regulamenta a elaboração de Planos Diretores em todos os municípios que possuam mais de 20.000 habitantes⁹.

O terreno está fértil, portanto, para a realização de discussões que considerem a existência e pertinência de diferentes visões e necessidade do diálogo. A presente investigação, apesar de considerar um local específico, a cidade média de São Carlos, discorre sobre o declínio dos espaços públicos, a proliferação de espaços segregados que "exigem" processos de sociabilidade controlada, a proliferação de técnicas e aparatos de vigilância sofisticados, a proliferação de sistemas classificatórios.

A atualidade destes temas pode ser vista amplamente. Somente nos últimos meses, notícias em jornais e revistas indicaram a relevância da questão de moradia e processos de fechamento¹⁰, ressaltando a questão de conflitos de direitos (o direito de ir e vir e do direito à integridade física, ambos garantidos pela Constituição), discutida no Capítulo 6, quando foi mencionada pelo Promotor de Habitação do Estado de São Paulo exemplo de medida que contemplaria os dois direitos. Diversos entrevistados indicaram que no caso de comunidades fechadas, cujo critério para inclusão é a capacidade de consumo, questões como diálogo, negociação e tolerância para com a diferença não são colocadas.

⁸ Diferentes "modalidades de ocupação de áreas públicas têm proliferado com o beneplácito das prefeituras. Delas são exemplos os bolsões residenciais, os loteamentos em condomínio e o fechamento de ruas de antigos bairros. Assistimos ao aumento de uma modalidade de privatização do espaço público para fins de moradia, ora protagonizada pela camada social mais abastada ou politicamente influente, que se apodera de áreas verdes, praças, espaços livres, jardins, áreas de lazer, ruas, além de outros espaços que deveriam estar sendo utilizados para abrigar edificações e usos coletivos como creches, escolas, postos de saúde, bibliotecas, quadras poliesportivas, dentre outros equipamentos comunitários..." (FREITAS, J.C. **O Estatuto da Cidade e o Equilíbrio no Espaço Urbano**. Co-edição do Ministério Público do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado - IMESP, 2001. No prelo.). Outro entrevistado mencionou como através da omissão, o Poder Público termina por reforçar posicionamentos individualistas que infringem um direito constitucional.

⁹ Em São Carlos, foi realizado o Fórum da Cidade em 8 e 9 de Novembro de 2001 que reuniu diversos profissionais da área de urbanismo e público em geral com o objetivo de discutir as condições de infraestrutura da cidade, das redes de equipamentos e de serviços e da situação ambiental da cidade e assim iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor da cidade.

¹⁰ Nos meses de setembro e outubro por exemplo os seguintes artigos foram publicados: 'Medo leva a fechamento de ruas em Campinas', *Folha de São Paulo*, 08/10/01; 'Muito verde, lazer e ... assaltos', *Folha de São Paulo*, 23/09/01; 'Área Pública vira condomínio', *Folha de São Paulo*, 28/10/01. Ver, também, artigos em jornal mencionados nas notas 11 e 14 a seguir.

Conclusão importante deste trabalho foram as de que o argumento segurança, ainda que real, precisava ser relativizado e da existência de diferentes representações sobre o que seja violência e segurança ¹¹. Assim, o binômio violência/ segurança não poderia ser tratado como uma questão apenas instrumental ou meramente técnica a ser resolvida por medidas que contemplem tão somente sofisticação tecnológica¹² ou simplesmente aumento de medidas repressivas (por exemplo, aumento do número de cadeias, ou redução da idade penal¹³) Sofisticação tecnológica pode dar-se indefinidamente, sempre num crescendo, não oferecendo, contudo, uma resposta adequada ao problema inicial de violência. Considerando diferentes representações, ambigüidades e incertezas, uma possível solução do binômio violência/segurança precisa envolver negociação, diálogo e a discussão de objetivos, responsabilidades e questões de deveres e direitos.

A Administração Pública tem um papel importante como desencadeador deste processo de negociação. O fato disso não ocorrer, tem consequências como as descritas a seguir, da cidade de Iracemápolis.

Aquele caso (mencionado nos Capítulos 1 e 3) constitui-se em exemplo adequado de que apenas normatizar espaços segregados e métodos de vigilância não é solução.

¹¹ Os acontecimentos trágicos nos Estados Unidos em 11 de Setembro, colocaram na agenda de uma forma brusca e urgente, questões sobre o que seja segurança. Até então, ataques hipotéticos ao país ocorriam em cenários que requeriam instrumentos de alta tecnologia; os ataques reais do dia 11 mostraram como métodos simples podiam "furar" o cerco de sofisticação tecnológica. E, segundo artigo do jornal, "a única defesa real contra ataque externo é um esforço real, sério, contínuo e corajoso para encontrar soluções políticas para os conflitos" ("Três lições para os Estados Unidos", *Folha de São Paulo*, 14/09/01). A linguagem bélica, reforçando uma visão maniqueísta da realidade social, 'eles e nós', aniquila qualquer possibilidade de articulação ou processos de negociação. Também, o evento em Nova York trouxe dúvidas quanto à existência de correlação necessária entre sofisticação tecnológica e segurança / contenção de violência. Recente artigo no jornal *Folha de São Paulo* (10/10/01) sobre o aumento de violência na cidade de Ribeirão Preto ('Ribeirão vive guerra branca'), traz as seguintes opiniões: 'Estamos vivendo uma guerra não declarada, uma guerra branca', disse Ribeiro (membro do reage Ribeirão, grupo criado em 1995 para lutar contra a violência da cidade) Para ele, as pessoas da cidade - de todas as classes sociais - devem sentar e discutir o que pode ser feito para melhorar essa situação. 'Não adianta se esconder atrás de muros, grades, sistemas eletrônicos. (...) Em breve, se nada for feito, esses muros não serão mais capazes de protegê-los', disse ele". Outro fato: professora de Arquitetura em São Paulo, capital, ouviu de dois de seus alunos que moram em condomínio, estarem particularmente deprimidos após os ataques nos Estados Unidos, pois tinham percebido a fragilidade de onde moravam, apesar de tudo.

¹² Estou aplicando à discussão de táticas de segregação espacial a análise que FORESTER, J. *op. cit.*, apoiando-se nas discussões de Habermas sobre teoria comunicativa, desenvolve em seus trabalhos sobre organizações e administrações de planejamento urbano.

¹³ Em 29 de novembro de 2001, foi assinado em São Carlos o "Pacto contra a Redução da Idade Penal", quando diversas autoridades se posicionaram a favor da experiência bem sucedida de São Carlos com relação à implantação total do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na cerimônia, entre outros debateram Dr. João Batista Galhardo, juiz da Vara da Infância e da Juventude, Salvador Soler, representante

Reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, 08/08/00 mencionava apenas o desejo do prefeito de fechar a cidade. E o próprio prefeito, quando entrevistado, considerava a questão como meramente técnica. O prefeito perdeu as eleições. A implementação do projeto foi sustada, não necessariamente como consequência da derrota. Conversando com ele soubemos dos objetivos de seu projeto e de como 'o direito de ir e vir', como promulgado na Constituição, não seria quebrado (descrição do projeto pelo prefeito no capítulo 3). A idéia do prefeito, contudo, não teve apoio; ou melhor dizendo, sua Administração parece não ter cuidado para que as diferentes representações quanto a tal medida fossem expressadas e canalizadas num processo que incluísse diálogo e negociação. Em outros termos, a Administração Municipal considerou a questão apenas como eminentemente técnica.

" Tomamos esta providência sem consultar ninguém, sem perguntar prá ninguém (...) porque sabe o que eu achei engraçado de tudo isto? Pessoas estudiosas, admiradas, mas vai fechar a cidade? Condomínio fechado, residencial é feito neste país só para rico. Ao pobre nenhum tipo de segurança. Era uma idéia que eu jamais deixaria de colocar em prática. Eu sacrificaria até uma obra que fosse menos necessária para um projeto destes. O jornalista me perguntou "mas isso não pode estar causando certa polêmica, causando impacto, não pode causar até a derrota política sua? Aí eu falei, se isto for causa da derrota, eu quero perder a eleição, porque eu quero perder a eleição com idéias inovadoras e que prevê o futuro, fazendo alguma coisa, antecipando o que pode acontecer mais na frente. O projeto é bonito, não tira a estética da cidade, não é cadeia, são entradas livres em 3 rotatórias que nós temos; (...) Nós estamos protegendo o cidadão e as indústrias. E, além de tudo, estamos dando mais segurança aos próprios motoristas. Cidade cem por cento pavimentada, cem por cento com esgoto, cem por cento iluminada, cidade saudável economicamente, tudo em dia. Muito pouco discutida esta idéia (de cercar - dos portais) . Mas é um trabalho muito bem feito; eu também não preciso perguntar para os vereadores porque não é um projeto que precisa ser aprovado pela câmara, porque são verbas baratas, custo muito baixo...." (Prefeito de Iracemápolis)¹⁴

da UNICEF e Dom Luciano Mendes de Almeida, responsável pela Pastoral do Menor, que falou sobre a violência dos muros e grades.

¹⁴ Recente artigo no jornal *Folha de São Paulo* de 07/10/01 ('Prefeito 'tranca' praça em Patrocínio') parece confirmar a existência de certa visão na Administração que relega o diálogo quando se tomam medidas de 'segurança'. O artigo diz em seu segundo parágrafo: "A Prefeitura impediu o acesso ao local utilizando correntes, colocadas aos finais de semana e feriados, dias em que a praça recebia cerca de mil pessoas, inclusive de cidades vizinhas". Lendo todo o artigo, cheguei aos seguintes fatos: tendo a justificativa de que o som alto dos carros e os tumultos constantes, chegavam a atrapalhar até as missas na igreja instalada no local, a prefeitura assinou decreto proibindo o trânsito em cerca de cem metros de rua adjacente à praça em questão, com a colocação de correntes das 18hs às 22hs, nos fins de semana e feriados. Despacho da vara Civil, acionada por mandato de segurança impetrado, assegurou que o ato do prefeito não é ilegal uma vez que "não houve obstrução alguma ao livre trânsito de pedestres". Diversas opiniões são relatadas: comerciantes descontentes (vão recorrer novamente); moradores agradados ao que parece; jovens desagradados ("a cidade é pequena e não tem nada o que fazer além da praça. Acabou tudo, o bate-papo com os amigos, a diversão e também o 'pior' as paqueras").

Em relação ao conflito de direitos: o direito à locomoção e o direito à segurança, ambos inscritos na Constituição, o poder público também pode representar papel importante.

A figura de 'loteamentos fechados', segundo muitos, viria responder ao conflito de direitos. Contudo, como visto no Capítulo 6, esta é uma figura híbrida que não tem existência jurídica¹⁵. Mas, soluções podem existir que contemplem as duas ordens de direitos. Naquele mesmo capítulo, foi citada uma alternativa usada em um grande loteamento na praia de Bertioga, que, segundo o Promotor entrevistado, conciliaria os interesses: de um lado o direito de segurança dos moradores que têm sua segurança privada (patrulhamento interno que circula com uma viatura particular) e de outro o direito de quem está fora, que deseja circular e ver coisas bonitas e diferenciadas. Naquele loteamento, resumindo a descrição dada pelo Promotor, e transcrito no capítulo já mencionado, não existe cancela, mas câmaras na entrada e uma pessoa que anota as chapas de todos os veículos que entram; esses veículos são obrigados a reduzir a velocidade, dado o afunilamento da rua de entrada e a lombada.

Outro exemplo de conciliação dado por uma advogada entrevistada (Entrevistas Preliminares), refere-se a um loteamento em São Paulo, capital:

"Você tem uma guarita com estreitamento da entrada: o guarda cumprimenta, anota a chapa, mas não pára ninguém. Aliás, ali circulam ônibus. Nós, os moradores, portamos um selo no carro. Só isso. As pessoas circulam normalmente (depois da briga que fizemos para não haver cancela). E temos um carro da Associação de Moradores que circula pelo parque para vigilância e auxílio. (...) Acho que conseguimos um meio termo."

Uma terceira sugestão de procedimentos, que podem ser adotados pela Administração Pública, refere-se à criação de um grupo que, ligado à defesa de direitos humanos, disponibilizasse atendimento para casos em que o cidadão afirma que seu direito de locomoção e uso do espaço urbano foram ofendidos. Essa sugestão foi dada por uma advogada de São Paulo entrevistada, quando discutíamos o relato de moradora

¹⁵ Loteamentos fechados " são figuras (...) cujos criadores - a pretexto de oferecerem segurança para poucos privilegiados - cerceiam a liberdade de ir e vir da população, transformam loteamentos em condomínios, ruas e praças públicas em domínio privado, divisas em muralhas, transfiguram bairros em feudos, convertem moradores em eternos condôminos devedores, rotulam cidadãos comuns de invasores indesejados" (FREITAS, J.C. *op.cit.*).

de São Carlos que havia sido impedida de entrar num condomínio , durante sua visita dominical para ver as coisas novas da cidade (Capítulo 4, item 4.3). Falando do incidente, a moradora de São Carlos, lamentou não ser uma advogada porque sabia que seus direitos como cidadã haviam sido infringidos, mas não dera seqüência à queixa, porque não queria gastar dinheiro e tempo. Segundo a advogada entrevistada a sugestão de uma espécie de 'ombudsman' para questões de uso do espaço público procede, porque a constante defesa de um direito ofendido pode acabar provocando, ainda que seja por temor, seu respeito.

Uma quarta sugestão refere-se a identidade e segurança. Diversos autores enfatizaram a questão de que sentimento de segurança, de uma forma geral, aparece associado ao estar entre iguais. Esse sentimento generalizado foi manifestado por diversos entrevistados, moradores e não - moradores em condomínios, como um dos fatores determinantes da escolha por uma moradia segregada. Nessa visão, os muros marcam um território seguro de inclusão e "o outro" aparece, ainda que apenas implicitamente, como "um suspeito", como o forasteiro, aquele que não conhece as regras, não sabe ler os códigos. Na discussão sobre segurança (item 4.3, capítulo 4) exemplos foram dados de contravenções intramuros. A visão que iguala segurança ao estar entre iguais, bastante observada nesta investigação e um dos argumentos a justificar a escolha de moradias segregadas, levada ao extremo, pode resultar em desconsideração de que "o suspeito" pode estar ao lado¹⁶ e traz graves implicações para a elaboração de planos gerais de segurança para a cidade.

Uma última sugestão à Administração Municipal diz respeito a lazer , adolescentes e 'gangs'. Fazendo considerações gerais sobre violência, segurança, adolescência e a imagem ameaçadora da representação de "cidade fragmentada". com o responsável por experiências com menores carentes e infratores na cidade, o mesmo fez uma distinção entre violência individualizada e de 'gangs' . Esta sim, segundo ele, constituiria um grande problema a ser enfrentado, pela cidade, nos anos futuros.

" Um grupinho, 4 ou 5 garotos juntos, entraram e roubaram, e a gente trata como 'gangs'. Eu acho que isso não é 'gang' . O que eu sinto como 'gang' é quando passa a haver uma identificação. Quando eles se dão um nome, estabelecem regras de comportamento muito bem definidas.. Eles trabalham símbolos entre

¹⁶ Outro exemplo do 'outro' que ironicamente acha-se dentro do mesmo território (considerado seguro) são os altos índices de violência doméstica.

eles. Grupo do Gonzaga; grupo da região do Cruzeiro do Sul. Agora é 'zona sul' que vai se contrapor certamente aos grupos do Tijuco Preto, do Jacobucci. [diversos bairros da cidade] Aí começa a existir a 'gang', vão se fechando, vão criando o isolamento deles de outra forma; talvez não tenham como levantar parede mas eles se fecham dentro do grupo pela identificação do grupo. Então isso sim, vai se tornar uma coisa muito mais perigosa porque a massa ela é muito irracional. Cria um outro espaço, e não é nem um espaço físico, mas um espaço virtual".

O Fórum da Cidade que procura elaborar o Plano Diretor de São Carlos apresentou, como uma de suas metas, a revitalização do centro da cidade. Esse tema, considerado de bastante importância, teve um seminário específico ¹⁷. Conjugando esse desejo e os temores bem fundamentados do especialista em trabalhos com menores na cidade, sugere-se que centros de lazer e esporte para jovens sejam instalados na área central da cidade. Esses centros, bem equipados e construídos ¹⁸, se constituiriam em polos de atração para jovens de todas as áreas, forjando uma identidade comum relativa à cidade de São Carlos e não a fragmentos dessa.

Questões sobre *status* e consumo conspícuo fazem parte da dimensão individual e não podem ser alvo de interferência. Mas, na medida em que estas dimensões interferem com o público, cabe à Administração Municipal propor alternativas e equacionar o uso do espaço público de modo que os direitos básicos contemplados na Carta Constitucional sejam conciliados ¹⁹.

¹⁷ Nota 9 apresentou informações sobre o Fórum. Anteriormente, e como preparação a ele, em junho (28/06/2001) foi organizado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Universidade Estadual Paulista - UNESP (Rio Claro), o Seminário "Revitalização da Área Central em Cidades Médias" com o objetivo de aprofundar a problemática do funcionamento das áreas centrais em cidades médias, no sentido da prevenção e correção de problemas espaciais emergentes, focalizando a questão da produção e gestão do espaço público.

¹⁸ Em outros termos, contrariando uma certa atitude existente de que a construção de equipamentos públicos pode se dar com material "de segunda" e sem atentar para o item estética. Experiências do Serviço Social do Comércio - SESC, que em geral parecem indicar a preocupação em juntar os conceitos de lazer e cidadania, poderiam ser discutidas e aproveitadas.

¹⁹ Apêndice 7 traz cenas do hoje mas também de uma realidade cuja proliferação se deseja evitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. C. **A morada do vale: sociabilidade e representações** (um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal). Tese (Doutoramento em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1995.
- ARANTES, A. **Paisagens Paulistanas** Transformações do espaço Público. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARENDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BARBOSA, J. **O que é justiça**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.
- BLAKELY, E. SNYDER, M. **Fortress America: gated communities in the United States**. Cambridge: Brookings Institution Press. 1997.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- BOURDIEU, P. **La Distinction** critique sociale de jugement. Paris: Les Éditions de Minuit. 1979..
- _____. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. London: Routledge and Kegan Paul, 1984.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- _____. **The Field of Cultural Production**. Columbia University Press. 1993.
- BUARQUE, C. Pequeno glossário de termos da apartação. In: BOCAYUVA, P. e VEIGA, S. **Afinal, que país é este?** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999, pp. 99-116.
- CALDEIRA, T. **City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo**. Berkeley, 1992. Dissertação de Doutorado em Antropologia. Universidade da Califórnia. 1992.
- CALHOUN, C., LI PUMA, E. e POSTPONE, M. (org.) **Bourdieu: Critical Perspectives**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- CAMPBELL, C. **The Romantic Ethic and the Spirit of Modern Consumerism**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.
- CARVALHO, J. Um mundo de grades: da claustrofobia à agorafobia, mimeo, Universidade de Brasília. s/d.
- CARVALHO, M.C.B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC - Ed. Da PUC-SP. 1997.
- CAVALCANTI, R. **Cidadania e Acesso à justiça**. São Paulo: Ed. Sumaré. 1999.
- CLARKE, D. Consumption and the City, Modern and Post-modern. **International Journal of Urban and Regional Research**. Vol. 21, pp.218-237, 1997.

CONWAY, S. The reproduction of Exclusion and Disadvantage: Symbolic Violence and Social Class Inequalities in 'Parental Choice' of Secondary Education. **Sociological Research Online**, vol. 2, no. 4, 1997.

<http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/4/4.html>.

CORTES, V. P. Vida Urbana e Fim de Século A visão de Canclini. **Sociabilidades** - Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea - LASC, FFLCH - USP. São Paulo, out. 1996, pp. 73-77.

COVRE, M. L.M. **O que é cidadania?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.p.21

CREWE, L. e LOWE, M. Gap on the map? Towards a geography of consumption and identity. **Environment and Planning A** vol. 27, pp.1877-1898. 1995.

D'INCAO, M.A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social**; Ver. Sociol. Universidade de São Paulo. Vol. 4, nos.1-2, 1992, pp. 95-109.

DAVIS, M. **Cidade de Quartzos** Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltd., 1993.

DOUGLAS, M e ISHERWOOD, B. **The world of goods**. Towards an Anthropology of consumption. New York:Basic Books, 1979.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1990.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. Postmodernism and the aestheticization of everyday life. In: LASH, S. e FRIEDMAN, J. (org.) **Modernity and Identity**. Oxford: Blackwell Publishers, 1992, pp. 265-290.

FERNANDES, A. Consenso do Urbanismo e Questões sobre a cidade. **RUA**. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP - NUDECRI. Campinas, SP, número especial, julho 1999, pp. 43-51.

FLAX, J. Postmodernism and gender relations in feminist theory. **Journal of Women in Culture and Society**. Vol. 12, 4, 1987.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FORESTER, J. **Critical Theory, Public Policy and Planning Practice**. New York: State University of New York Press, 1993.

FREITAS, J.C. **O Estatuto da Cidade e o Equilíbrio no Espaço Urbano**. Co-edição do Ministério Público do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado - IMESP, 2001. No prelo.

FREITAS, R. Nas alamedas do consumo: os shopping centers como solução contemporânea de lazer nas cidades globalizadas. **Contacto**. Brasília/DF, Ano 1 no. 2, p. 127-138, 1999.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. 36ª ed.

FRIEDMAN, J. **Consumption and Identity**. Switzerland: Harwood Academic Publishers. 1994

GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity** Self and Society in the Late Modern Age. California: Stanford University Press, 1991.

GONDIM, L. Um encontro com Habermas nas encruzilhadas da pós-modernidade: a contribuição de J. Forester para uma teoria da prática de planejamento. **Cadernos IPPUR**. UFRJ, no. 1, Ano IX, 4 jan-dez. 1995.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GRAHAM, S. Spaces of surveillant simulation: new technologies, digital representations and material geographies. **Environment and Planning D**, vol. 16, pp. 483-504, 1998.

GUATTARI, F. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates** Revista de estudos regionais e urbanos, Ano v, no. 16, 1985.

GUBA, E. e LINCOLN, Y. **Fourth Generation Evaluation**. California: Sage Publications, 1989.

GUIDUCCI, R. **A cidade dos cidadãos**. Um urbanismo para todos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1998.

HARAWAY, D. and D. HARVEY. Nature, politics and possibilities: a debate and discussion with David Harvey and Donna Haraway, **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 13, p.507-527, 1995.

HARAWAY, D. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. (org.) **Tendências e Impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. 1994.

HARTMAN, M. Class-specific habitus and the social reproduction of the business elite in Germany and France. **The Sociological Review**. 2000, pp. 241-259.

HARTWICK, E. Geographies of consumption: a commodity-chain approach. **Environment and Planning D : Society and Space**. Vol. 16, pp. 423-437, 1998.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1973.

_____. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

IZIQUE, C. O novo rural brasileiro. **Pesquisa**. Revista da FAPESP. São Paulo, no. 52, pp. 48-55, Abril 2000.

- JACKSON, P. e HOLBROOK, B. Multiple meanings: shopping and the cultural politics of identity. **Environment and Planning A** Vol. 27, pp.1913 - 1930., 1995.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- JAMESON, F. **Pós-Modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- JARVIS, B. **Postmodern cartographies** the geographical imagination in contemporary American culture. London: Pluto Press, 1998.
- JENKS, C. (org.) **Cultural Reproduction**. London: Routledge, 1993.
- JOHNSON, R. Introduction. In: BOURDIEU, P. **The Field of Cultural Production**. Columbia University Press. 1993.
- LANDEUR, P. Paysages sous surveillance. In: PICON-LEFEBVRE (Org.) **Les espaces publics modernes**. Paris: Groupe Moniteur, 1997, 175-189.
- LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração** A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed. 1991.
- LE GOFF, J. **Por Amor às Cidades** conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LEE, M. **Consumer Culture Reborn** the cultural politics of consumption. London: Routledge, 1993.
- LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos Ltda., 1968.
- LEITE, M.P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, no. 44, outubro 2000, pp. 73-90.
- LESER DE MELLO, S. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C. **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC - Ed. da PUC-SP, 1997.
- LIND, M. **The Next American Nation** The New nationalism & the Fourth American Revolution. New York: Free Press Paperbacks, 1996.
- LOBO, E.S. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social**. Revista de Sociologia Universidade de São Paulo. Vol. 4, Nos. 1-2, 1992.
- LYOTARD, J-F. **O Pós-Moderno explicado às crianças**. Correspondência 1982 - 1985. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1993.
- MAGNANI, J.G. e TORRES, L.L. (org.) **Na metrópole**. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996.

MCNAY, L. Gender, Habitus and the Field. Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity. **Theory, Culture & Society**. Vol. 16 (1). 1999, pp. 95-117.

MEEHAN, J. **Feminists read Habermas**. London: Routledge, 1995.

MICELLI, S. Introdução: A força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1992.

MINAYO, M.C.S., Assis, S.G., Souza, E.R. et al. **Fala Galera** Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro. RJ: Garamond, 1999.

MINTO, C. **Legislação educacional e Cidadania virtual anos 90**. São Paulo. 1996. Tese (Doutoramento em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

ORLANDI, E. A desorganização cotidiana. **Escritos**. No.1 Laboratório de Estudos Urbanos. UNICAMP. s/d., pp. 3-10.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Ed. Pontes. 1987.

_____. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. N/O Limiar da Cidade. **RUA**. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP - NUDECRI, Campinas, SP, número especial, julho 1999, 7-19.

PASTORE, J. **Brasília: a cidade e o homem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

PERALVA, A e ADORNO, S. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, vol. 9, n. 1, maio 1997, pp.1-4.

PISCITELLI, A G. Tradição oral, memória e gênero: Um comentário metodológico. **Cadernos PAGU**. N. 1, 1993, pp. 149-171.

PRED, A. Interfusions: consumption, identity and the practices and power relations of everyday life. **Environment and Planning A** Vol. 28, pp. 11-24, 1996.

PORTO, M.S.G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12 (1), pp. 187-200, maio de 2000.

QUEIROZ, M.I. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991

ROMERO, A **Alphaville: ilusão do paraíso**. Tese (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, 1997.

SADER, E. **O Anjo Torto** Esquerda (e Direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, M. , SOUZA, M.A. , SCARLATO, F.C. et al. (Org) **Fim de Século e Globalização** O novo mapa do mundo. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SANTOS, M., SOUZA, M.A e SILVEIRA, M.L. (Org.) **Território** Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. **Rochdale e Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra**, Tese (Doutoramento em Geografia), Universidade de São Paulo, 1994.

SARTI, C. Família, e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C. **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC - Ed. da PUC-SP, 1997.

_____. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. Comunicação ao XIX Encontro Anual da ANPOCS, 17-21 out. , 1995.

SENNET, R. **O declínio do homem público** As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SILVA, M.F. Processo de Implantação da Fábrica de Motores/ Volkswagen no Município de São Carlos. Monografia. Grupo de Estudos Interdisciplinares Sobre Cultura e Desenvolvimento. UNESP, 1998.

SOJA, E. **Postmodern Geographies** The Reassertion of Space in Critical Social Theory. London: Verso. 1989

SOUZA, P. Dentro e fora: violência e irrupção urbana em cidades médias. **Escritos**. Laboratório de estudos Urbanos - Labeurb, No. 1. S/d., pp. 11-16.

SPINK, M. (org.) **Práticas Discursivas** e produção de sentidos no cotidiano. São Paulo: Cortez, 1999.

SPOSITO, M.P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**. Universidade de São Paulo, 5(1-2), pp.161-178, 1994.

TEIXEIRA, I. A Macroeconomia da violência. **Conjuntura Econômica**. Vol 49, No. 5, maio 1995, pp. 38-40.

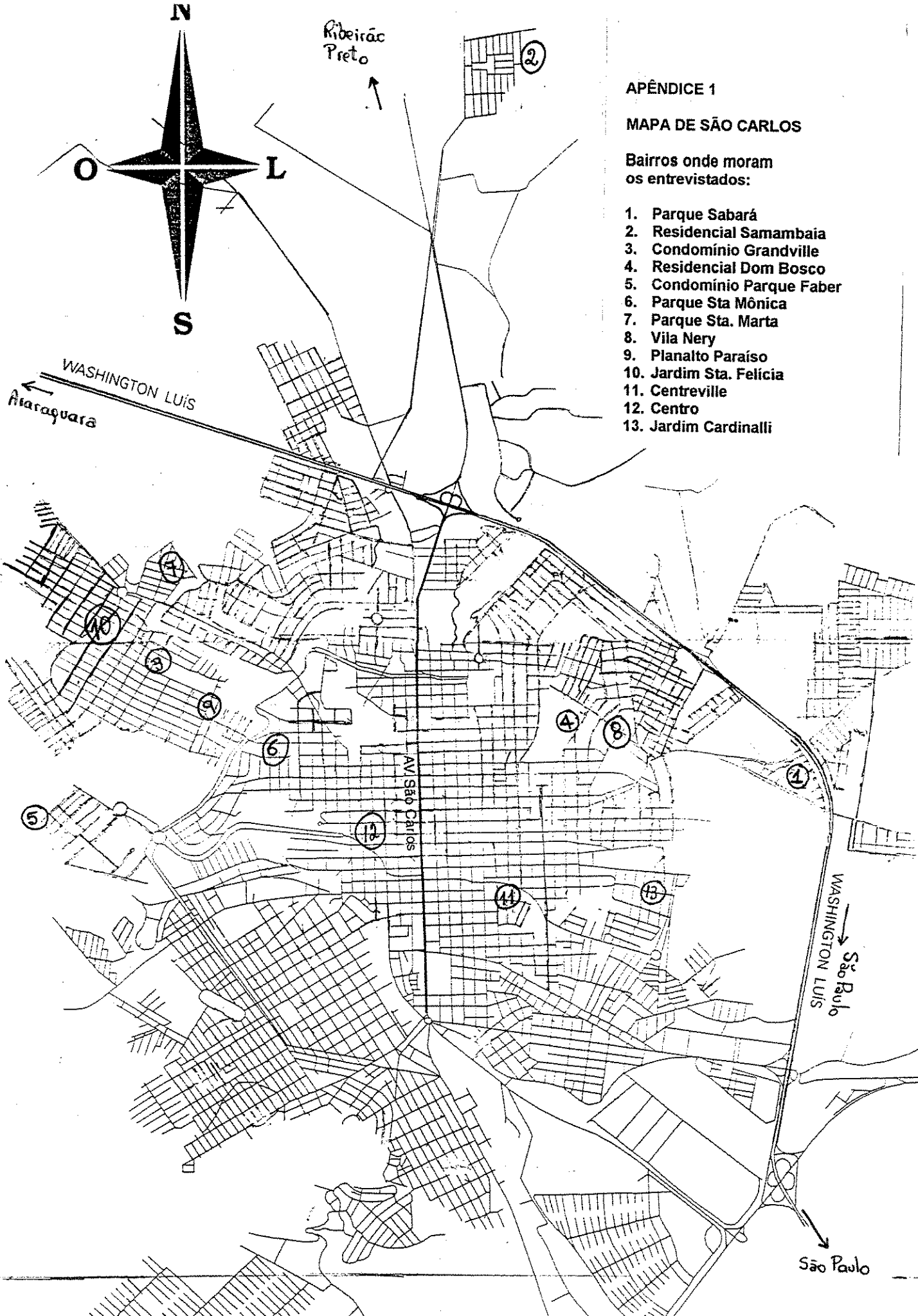
TELLES, V. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza**. São Paulo. 1992. Tese (Doutoramento em Sociologia), Universidade de São Paulo.

VERÍSSIMO, L.F. **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, vol. 9, n. 1, maio de 1997, pp. 5-41.

WILSON, E. The unbearable lightness of Diana. **New Left Review**, no.226, Nov/Dec, pp.136-145, 1997.

ZOPPI-FONTANA, M. Um estranho no ninho - entre o jurídico e o político: o espaço público urbano. **RUA**. Nudetri - Unicamp. Julho 1999. Número especial, pp. 53-65.



APÊNDICE 2
TABELAS RELATIVAS À CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS, SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA E PROFISSÃO

As tabelas abaixo referem-se à caracterização dos entrevistados divididos em 5 'categorias': moradores em condomínio; moradores em "bairros abertos"; profissionais ligados ao condomínio; profissionais (moradores ou não de São Carlos) que no desempenho de sua atividade discutem questões de cidadania, espaço público e/ou habitação e entrevistados durante a Fase Preliminar.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO 'TIPO' E SEXO

SEXO	Fem.	%	Masc.	%	TOTAL
TIPO					
Moradores Em Condomínios	10	71,4	4	28,5	14
Profissional ligado ao Condomínio	3	60,0	2	40,0	5
Moradores em bairros "abertos"	5	62,5	3	37,5	8
Profissional Outro *	4	33,3	8	66,6	12
TOTAL	22	56,4	17	43,5	39

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	ATÉ 20 ANOS	DE 21 A 30 ANOS	DE 31 A 40 ANOS	DE 41 A 50 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	SEM RES POSTA	TOTAL
TIPO							
Moradores em Condom.	2		3	2	1	6	14
Profissional ligado ao Condom.		2	1	1		1	5
Moradores em bairros "abertos"			2	3	1	2	8
Profissional Outro *			1	1	1	9	12
TOTAL	2	2	7	7	3	18	39

TABELA 3 - PROFISSÕES

' TIPO'	PROFISSÃO	TOTAL
Moradores em Cond.	Estudante (2) Dona-de-casa Nutricionista Pequena Empresária: alimentação Médica Advogada Imobiliária Advogado e Contador Professor Universitário (3) Engenheira Pesquisadora Diretora de Escola Infantil	14
Profissional ligado ao Condom.	Professor de Esportes no Condomínio (2) Lojista no Shopping Center anexo ao Condomínio (2) Corretor de Imóveis no Condomínio	5
Moradores em bairros "abertos"	Assistente Social (2) Dona-de-casa Secretária Prof. Universitário Engenheira Cabeleireiro (2)	8
Profissional Outro *	Assistente Social (3) Clérigo Contador – Advogado Coordenador Pedagógico Cargo Público: Prefeito Municipal de Iracemápolis Cargo Público: Vereador da Câmara Municipal de São Carlos Promotor Público de Habitação do Município de Ribeirão Preto Promotor Público de Habitação do Estado de São Paulo Jornalista Policial em Jornais e Rádio da cidade de São Carlos Diretor de Empresa de Sistemas Avançados de Segurança	12
TOTAL		39

* Acham-se incluídos na categoria 'Profissional Outro' os diversos profissionais entrevistados (moradores em São Carlos ou não) que no desempenho de sua atividade discutem questões de cidadania, espaço público e/ou habitação.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS (ENTREVISTAS PRELIMINARES)
SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA

	ATÉ 20 ANOS	21 A 30 ANOS	31 A 40 ANOS	41 A 50 ANOS	ACIM DE 50 ANOS	SEM RESPOSTa	TOTAL
FEMININ				2	2		4
MASCULI NO				2		2	4
TOTAL				4	2	2	8

TABELA 5 - PROFISSÕES / ENTREVISTAS PRELIMINARES

EP Entrevista Preliminar	Advogada Arquiteto Corretor Imobiliário (3) Jornalista Técnica em Treinamento Professor Universitário	8
--------------------------------	--	---

APÊNDICE 3 - TRABALHOS SOCIAIS COM MENORES E POPULAÇÃO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, SEGUNDO ENTREVISTAS REALIZADAS NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO / 2000

EDUCANDÁRIO SÃO CARLOS - SALESIANOS, obra assistencial e promocional para crianças e adolescentes carentes, dirigida pela Congregação Salesiana.

A obra possui três programas principais cujos responsáveis foram entrevistados:

1. No prédio do Educandário 200 crianças são atendidas fora do período escolar (manhã e tarde). Também ocorrem cursos de iniciação profissional para 230 adolescentes e escolinha de futebol para 200 crianças. Trabalhos com famílias são realizados e alfabetização de adultos.
2. 'Projeto Casa Aberta' - é um programa de atendimento à criança e adolescente para atender meninos e meninas de rua da cidade de São Carlos. No decorrer dos anos de 1998 e 1999 foram cadastrados 139 meninos e meninas abordados pelos educadores nas ruas ou através de contato direto da entidade. Uma característica do projeto é a grande transitoriedade da população atendida.
3. Programa 'Liberdade Assistida' - menor de idade infrator recebe do juiz medida sócio-educativa. É compulsória sua participação no programa que conta com psicólogo, educador e assistente social.

Segundo os entrevistados, profissionais que atuam no Programa, São Carlos tem o privilégio de ter uma Comissão composta pelo Juiz de Menores, Padre responsável pelos trabalhos com menores do Educandário e outros profissionais preocupados com a questão da re-educação de menores infratores aqui em São Carlos. Os membros dessa Comissão esforçam-se bastante para não enviar menor algum de São Carlos para unidades da FEBEM que veem como uma escola de pós-graduação no crime. Assim, esses adolescentes infratores são encaminhados pelo juizado e atendidos pelo Programa.¹²

SOS - SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS funciona apenas como um albergue, atendendo todo o tipo de pessoa carente que necessita pernoitar na cidade. A princípio uma pessoa pode ficar até três dias a cada três meses. Na prática é muito difícil estabelecer esse critério dada ausência de documentos. O atendimento, segundo o presidente entrevistado é assistencial e básico mas eficiente: pernoite de migrantes que vão de uma para outra cidade. O Albergue Noturno oferece apenas condições para banho, roupa limpa, jantar e cama. Toda manhã uma Assistente Social da Prefeitura vai até o Albergue, visando triagem e realizando encaminhamentos, trabalhos que segundo o entrevistado não lhes cabe. As pessoas atendidas estão na faixa etária de 20, 30 e 40 anos. Ainda segundo o presidente, o número de moradores de rua em São Carlos, cadastrados é 40 - porém moradores de rua permanentes não tem acesso a este programa.

¹ Ver nota 13 de 'Considerações Finais' que menciona o 'Pacto contra a redução da idade Penal', assinado em São Carlos (29/11/01) e que atesta o reconhecimento da experiência de São Carlos no tratamento de menores infratores.

APÊNDICE 4 – PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS E SEMINÁRIOS RELEVANTES À INVESTIGAÇÃO

“ URBANIZAR A CIDADE? “

I Jornada Científica Saber Urbano e Linguagem

26/08/1998

Organização: Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB

Projeto Temático “O sentido Público no Espaço Urbano”

Simpósio Internacional

“Gênero e Relações Interétnicas entre a Juventude das Cidades Contemporâneas”

Promoção: Projeto Rockefeller / IFCH

PAGU – Núcleo de estudos de Gênero

Doutorado em Ciências Sociais / IFCH – Área de Cultura e Política

Depto. De Antropologia / IFCH

“CIDADE ATRAVESSADA”

Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem

Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb NUDECRI / UNICAMP

24/25/26 Nov. 1999

Seminário “A Construção social dos lugares. Aspectos metodológicos e conceituais”

Promoção: Laboratório de estudos Urbanos – LACEURB (Nudecri – UNICAMP)

18/10/2000

Seminário “ Revitalização da Área Central em Cidades Médias” 28/05/2001

Promoção: Laboratório de Urbanismo e Habitação – LUHA

Promoção de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar

Laboratório de Planejamento Municipal

Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro

Colóquio CASA : Definições de Um Objeto

29/05/2001

Organização: CIEC – Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade

IFCH - UNICAMP

Apêndice 5

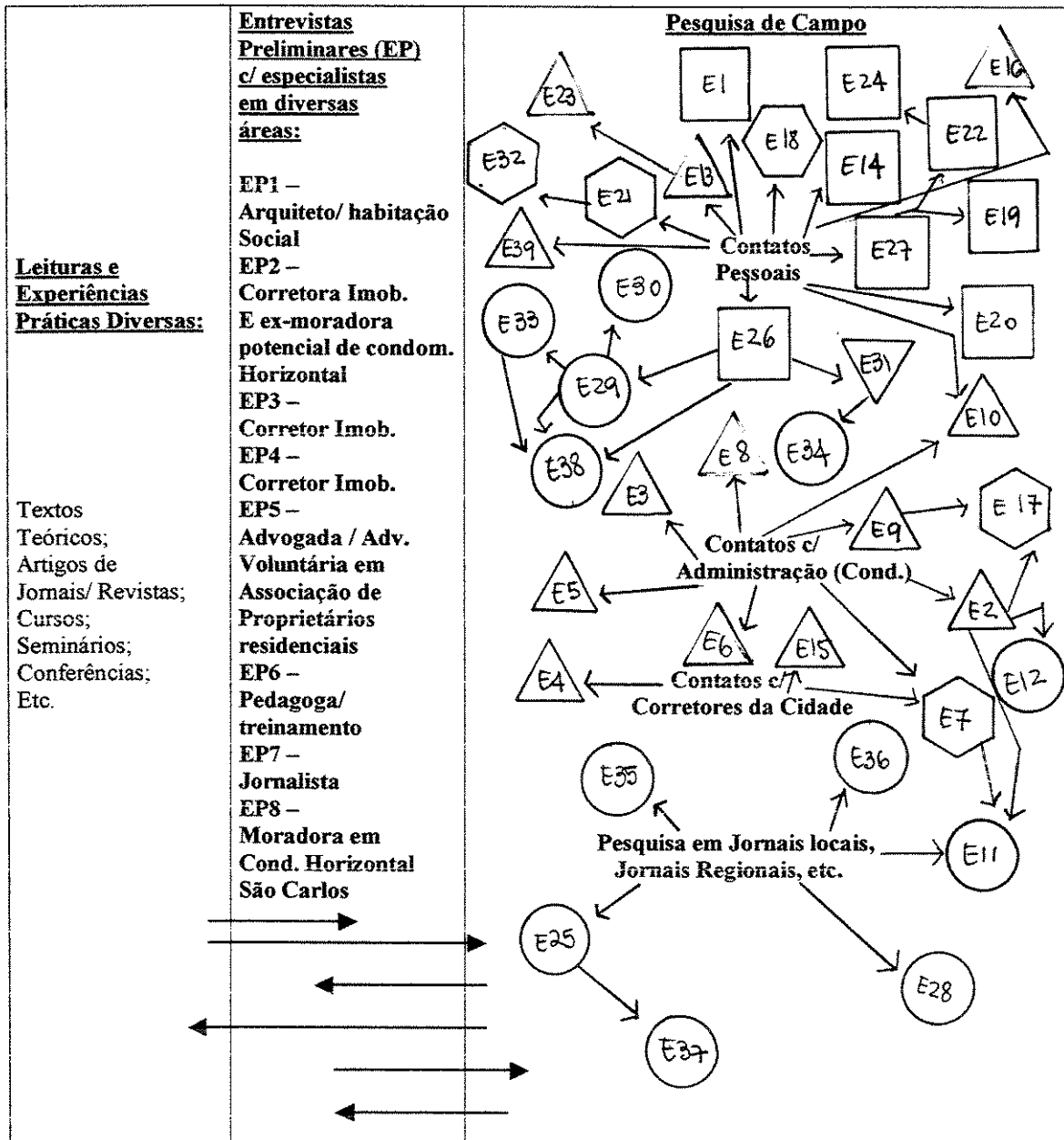
MAPA DE ASSOCIAÇÃO DE IDÉIAS / RELAÇÃO ENTRE ENTREVISTAS

Morador em Condomínio Horizontal - São Carlos (14) ▾

Morador em Bairro "Aberto" - São Carlos (8) □

Profissional ligado ao Condomínio - São Carlos (5) ⬡

Profissional que no desempenho de sua atividade discute questões do espaço público, cidadania e/ou habitação (12) ○



**APÊNDICE 6 - RESENHAS DOS PRINCIPAIS PONTOS DOS TRABALHOS DE
E. GUBA / Y. LINCOLN E M. SPINK QUE FORAM CONSIDERADOS IMPORTANTES
NA CONDUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO REALIZADO.**

GUBA, EGON G. e LINCOLN, YVONNE S., *Fourth Generation Evaluation*, California: Sage Publications, 1989.

Guba e Lincoln negam o paradigma convencional o qual partindo da posição ontológica da existência de uma realidade objetiva que pode ser descrita e conhecida, postula, epistemologicamente, a dualidade sujeito-objeto, acreditando que o sujeito possa se colocar "fora" da realidade investigada, assumindo um estado de neutralidade. A descrição ou explicação assim produzida, acreditam os seguidores deste paradigma, representaria exatamente o objeto tal qual ele é. Seguindo este raciocínio, metodologicamente, o processo de pesquisa deve ser delineado de tal forma a tornar possível a descoberta de mecanismos causais (através do estabelecimento de testes e hipóteses), o objetivo último sendo o de apresentar meios cada vez melhores para o desenvolvimento da predição e controle dos fenômenos, daí porque a importância da organização de relações tipo "se.... então...", isto é leis causais.

Há evidentemente diferentes maneiras de colocar o modelo tradicional em prática mas uma forma que tem sido preponderante é aquela que convencionalmente conhecemos como o "paradigma científico" (se uma disciplina não pode adotar estes pressupostos então trata-se de uma pseudo ciência). Fundamental nesta abordagem, apesar de poder tomar variadas formas, é a colocação da existência de uma realidade fora do sujeito, cujos mecanismos imutáveis poderiam então ser conhecidos e descritos com neutralidade; e, dada a separação Sujeito - Objeto, estariam excluídos qualquer juízo de valor ou influência, o resultado sendo portanto objetivo. Palavras como neutralidade, objetividade e verdade (entendida como a produção de conhecimento do objeto, "tal qual ele é") são, portanto, partes integrantes deste paradigma.

Do outro lado do 'spectrum', os autores colocam e defendem o Paradigma Construtivista. Ontologicamente, este paradigma assume a existência de diferentes realidades, construídas socialmente e assim verdade é definida como aquela construção, a mais bem informada e sofisticada sobre a qual existe consenso entre os indivíduos participantes mais competentes (não necessariamente mais poderosos). Do ponto de vista epistemológico, este paradigma assume a existência de um processo inteiramente interativo entre sujeito e objeto sendo portanto o resultado de uma investigação, literalmente, um "produto de criação". É precisamente esta interação que criaria os dados

que emergiram de uma investigação e, desde que não se pode falar da existência independente de sujeito ou objeto, o paradigma construtivista elimina a distinção ontologia – epistemologia. Os autores falam de uma “metodologia hermenêutica” que envolve um processo dialético e contínuo de interação, análise, crítica, reiteração, re-análise etc. , conduzindo à emergência de uma construção de caso comum a todos os participantes. Diálogo, busca por consenso e negociação (os autores falam da “construção de uma agenda para negociação”) são termos vitais nesta abordagem.

Do ponto-de-vista metodológico, ao invés da busca por supostas técnicas que não provoquem “influências contaminadoras” (neutralidade procurada ansiosamente pelo método positivista-científico) o paradigma construtivista afirma que a investigação precisa ser desenvolvida de um modo a expor as construções de atores variados e suas críticas a estas construções (uns aos outros) ao mesmo tempo em que cria o espaço para o aparecimento de novas construções (uma metodologia hermenêutica).

SPINK, MARY J. (org.) , Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano, São Paulo: Cortez Editora, 1999.

O segundo conjunto de textos fundamentais para o desenho do trabalho de campo foram aqueles organizados por Mary Spink (1999) com a finalidade de situar a perspectiva construcionista adotada na coletânea e, mais especificamente, elaborar a forma de trabalhar com linguagem no âmbito da psicologia social, mais especificamente “discutir os pressupostos e definir os conceitos que vêm fornecendo subsídios para a compreensão da produção de sentidos no cotidiano a partir da análise das práticas discursivas” (p. 14) A discussão metodológica desenvolvida na obra visa problematizar o conceito instituído de pesquisa científica e apresentar a posição construcionista endossada.

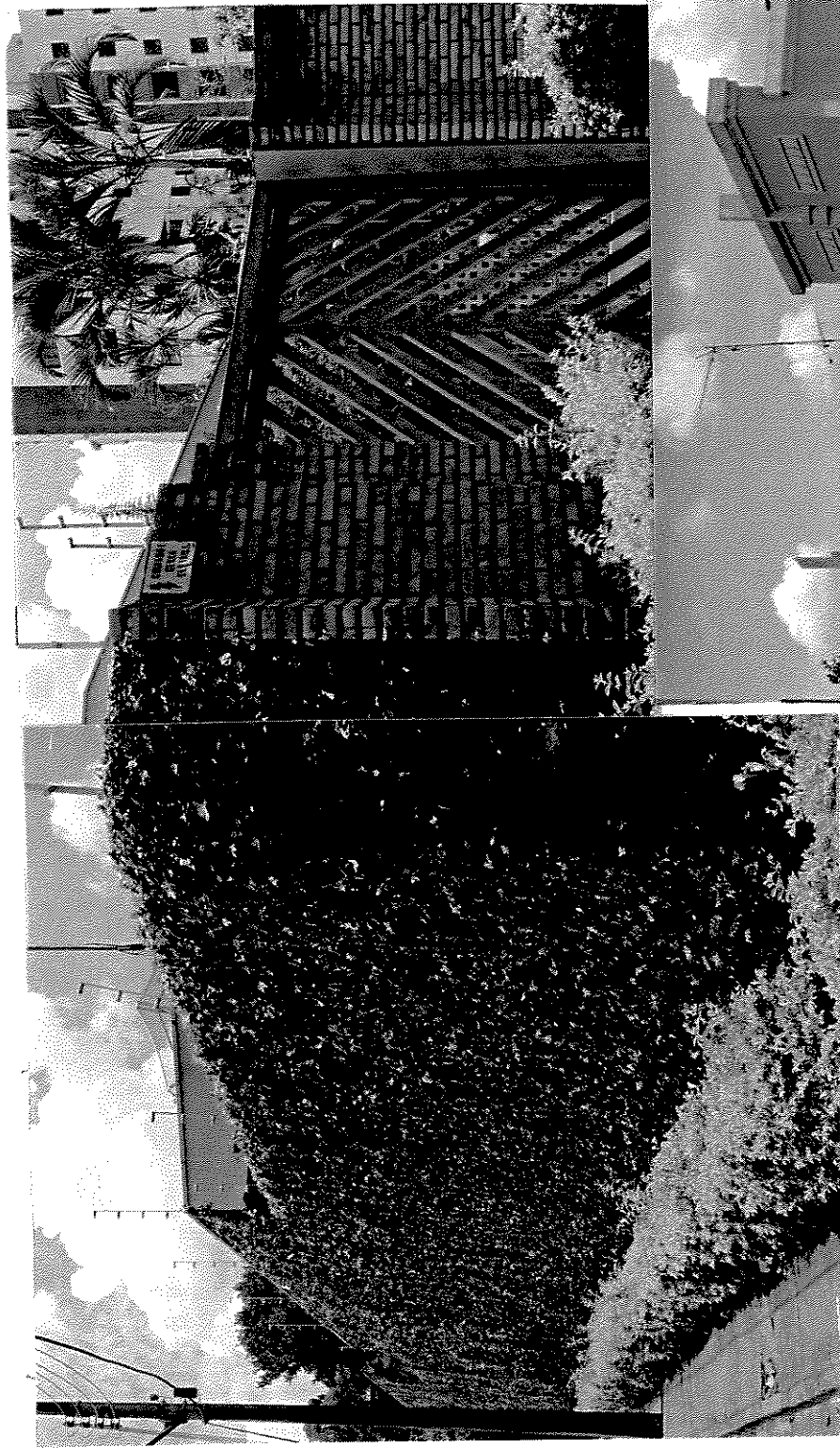
Segundo a autora, diferentemente do pensamento filosófico tradicional que aparece representado pelos paradigmas empirista e idealista e que é pautado por estratégias de validação há muito consagradas pela tradição, a postura construcionista social é pautada por uma visão hermenêutica da produção de conhecimento, definindo-o não como algo que se possui mas como algo que se constrói em coletividade, privilegiando o confronto de inúmeras vozes onde, portanto, a produção de sentidos é um esforço perpassado por dialogia. A pesquisa científica é uma prática reflexiva e crítica mas também uma prática social e como tal representa um processo inacabado e contínuo que exige uma postura de busca permanente, seja no campo teórico seja no campo metodológico.

III

Os procedimentos utilizados na construção do conhecimento científico são advindos de um conjunto de concepções sobre a natureza, o ser humano e o próprio conhecimento e por meio da visão hermenêutica da produção de conhecimento, que funda a postura construcionista " [busca] construir um modo de observar os fenômenos sociais que tenha como foco a tensão entre a universalidade e a particularidade, entre o consenso e a diversidade, com vistas a produzir uma ferramenta útil para transformação da ordem social" (p.61). O construir enquanto um processo, contínuas idas e vindas num processo cumulativo marcam a tentativa de examinar as convenções que nos explicam e à nossa situação em uma época e contexto social determinados e caracterizam o conhecimento produzido pela pesquisa edificante. Nesse sentido, a adoção por uma metodologia qualitativa não é uma escolha apenas técnica mas relaciona-se ao objetivo da pesquisa que é o de "explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou contabilizam o mundo no qual vivem, incluindo a si mesmos"(p. 76), através do exame do movimento constante e cada vez acrescentado do processo de investigação.

Assim, dentro desse contexto, rigor, validação e fidedignidade tendo como parâmetro a realidade exterior desaparecem, dando lugar à reflexão sobre polissemia e ética onde o conceito de verdade está ligado à possibilidade de socializar o processo interpretativo em sua inteireza, dando visibilidade e transparência tanto aos objetivos como aos procedimentos de coleta e análise dos dados.

Todas essas técnicas, formas de fazer, formas de conduzir as entrevistas partiram de um paradigma que epistemologicamente nega o dualismo sujeito - objeto e privilegia a interação, a pesquisa científica como um processo inacabado e contínuo de busca permanente. Assim, não existe um estágio chamado verdade , que existiria na realidade e ao qual se chega através de testes de hipóteses mas rigor e fidedignidade estão ligados à transparência, isto é à visibilidade dos procedimentos adotados para coleta e análise dos dados. Associo-me à epistemologia construcionista especificada por Mary Spink onde a produção de conhecimento ocorre alinhada à pesquisa edificante e é fundamental a crença de que "somos essencialmente produtos de nossas épocas e de nossos contextos sociais; não escapamos das convenções aí desenhadas. O construcionismo é um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente situadas"(Spink, id., p.78).

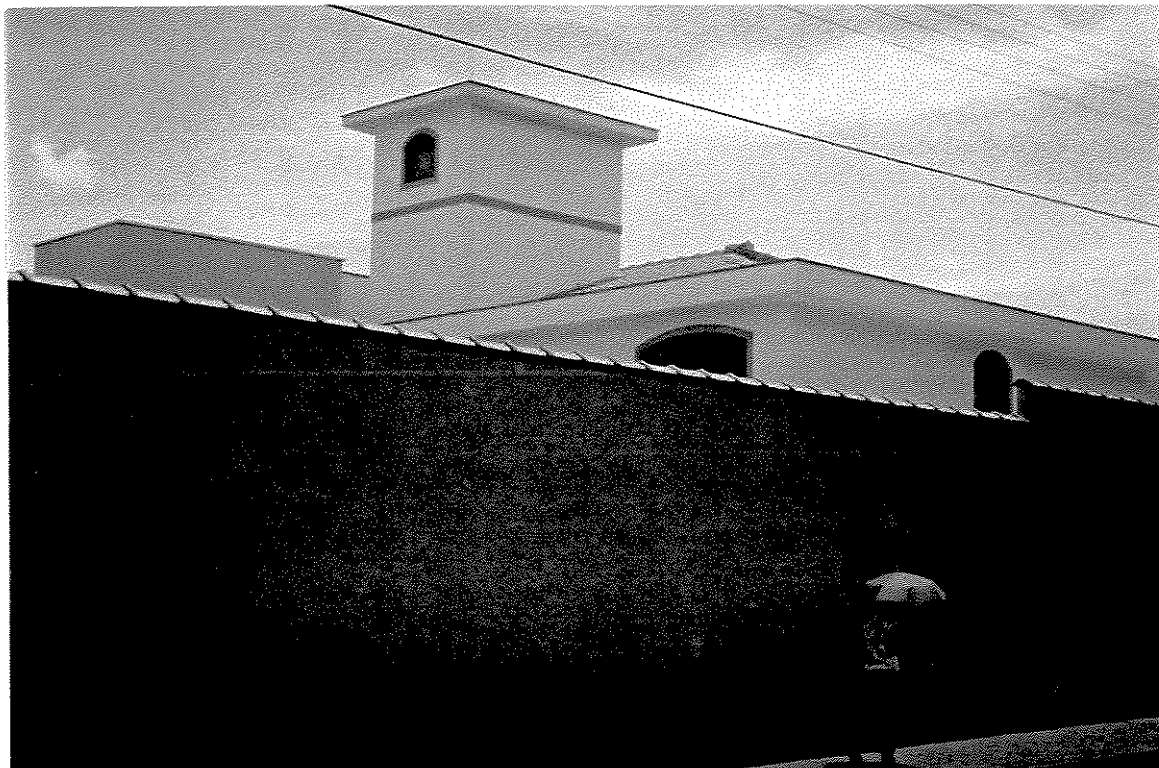


A.7 (a)



A. 7 (b)





Apêndice 7 (c) :

O pedestre e o muro - isolamento, insegurança e identidade mutante